

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	21
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	22
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	297
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	304
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	305
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	307

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	309
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	31.162
Preferenciais	31.162
Total	62.324
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.062.440.368	980.816.744	990.224.751
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	127.013.972	135.422.515	163.426.338
1.01.01	Caixa	14.352.187	16.361.758	19.522.250
1.01.01.01	Disponibilidades	14.352.187	16.361.758	19.522.250
1.01.02	Aplicações de Liquidez	112.661.785	119.060.757	143.904.088
1.02	Ativos Financeiros	721.156.594	689.083.046	677.147.200
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	212.523.607	237.128.073	248.098.786
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	185.906.957	208.187.175	215.818.070
1.02.02.02	Derivativos	26.616.650	28.940.898	32.280.716
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	508.632.987	451.954.973	429.048.414
1.02.04.04	Operações de Crédito	343.372.638	317.359.419	279.580.268
1.02.04.07	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de Operações de Arrendamento	-30.316.513	-23.373.567	-21.835.445
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	195.576.862	157.969.121	171.303.591
1.03	Tributos	43.148.689	37.120.562	37.967.903
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	43.148.689	37.120.562	37.967.903
1.03.01.06	Ativos Fiscais	43.148.689	37.120.562	37.967.903
1.04	Outros Ativos	83.793.648	81.872.412	76.275.431
1.05	Investimentos	75.300.048	25.980.085	23.208.562
1.05.01	Participações em Coligadas	75.296.430	25.958.916	23.187.617
1.05.01.01	Participações em Coligadas e Controladas	75.296.430	25.958.916	23.187.617
1.05.05	Outros Investimentos	3.618	21.169	20.945
1.06	Imobilizado	5.712.275	6.066.686	6.102.538
1.06.01	Imobilizado de Uso	16.029.469	15.755.314	14.849.653
1.06.01.01	Imóveis de Uso	2.425.172	2.463.155	2.443.916
1.06.01.02	Outras Imobilizações de Uso	13.604.297	13.292.159	12.405.737
1.06.03	Depreciação Acumulada	-10.317.194	-9.688.628	-8.747.115
1.07	Intangível	6.315.142	5.271.438	6.096.779
1.07.01	Intangíveis	39.532.031	38.014.032	38.034.190

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.07.01.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	27.220.515	28.523.504
1.07.01.02	Outros Ativos Intangíveis	12.311.516	10.793.517	9.510.686
1.07.03	Amortização Acumulada	-33.216.889	-32.742.594	-31.937.411

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.062.440.368	980.816.744	990.224.751
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	911.803.579	833.122.298	845.613.298
2.01.01	Depósitos	421.913.140	406.882.409	392.471.481
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	116.968.926	100.870.087	159.971.460
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	147.875.535	115.842.979	87.059.806
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	67.675.096	79.728.750	54.971.762
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	13.970.462	11.853.084	12.748.389
2.01.09	Outras Passivos Financeiros	117.502.650	85.789.650	103.263.274
2.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	25.897.770	32.155.339	35.127.126
2.03	Provisões	0	360.501	313.983
2.03.01	Resultado de Exercícios Futuros	0	360.501	313.983
2.04	Passivos Fiscais	4.316.676	2.970.639	5.388.834
2.05	Outros Passivos	64.354.508	65.519.235	59.725.759
2.05.01	Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.141.393	4.312.234	4.249.744
2.05.02	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	4.257.374	5.033.675	5.921.882
2.05.03	Outras Provisões	2.621.910	2.459.361	2.160.187
2.05.04	Diversos	53.333.831	53.713.965	47.393.946
2.07	Patrimônio Líquido	81.965.605	78.844.071	79.182.877
2.07.01	Capital Social Realizado	55.000.000	55.000.000	57.000.000
2.07.02	Reservas de Capital	436.314	387.537	302.665
2.07.04	Reservas de Lucros	31.033.712	27.241.353	22.337.439
2.07.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	32.253.028	27.954.392	23.128.797
2.07.04.09	Ações em Tesouraria	-1.219.316	-713.039	-791.358
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.504.421	-3.784.819	-457.227

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	89.128.977	89.510.090	99.165.058
3.01.01	Operações de Crédito	62.676.931	49.671.784	46.237.064
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	27.036.056	28.372.573	57.259.976
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-6.587.976	7.617.437	-277.672
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	-1.212.149	1.434.356	-5.605.733
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	7.216.115	2.413.940	1.551.423
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-71.178.111	-56.931.567	-83.174.153
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-55.201.831	-34.550.727	-44.594.777
3.02.02	Resultado Operações de Empréstimos e Repasses	4.561.017	-9.424.889	-24.511.485
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-20.819.824	-12.580.038	-13.216.424
3.02.05	Resultado Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	282.527	-375.913	-851.467
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	17.950.866	32.578.523	15.990.905
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-5.062.258	-11.361.641	-8.238.856
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	15.647.370	15.503.655	14.126.335
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços	15.647.370	15.503.655	14.126.335
3.04.03	Despesas com Pessoal	-6.270.788	-6.027.467	-6.220.134
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-13.059.814	-13.194.063	-11.337.530
3.04.05	Despesas Tributárias	-3.536.857	-3.371.632	-2.841.346
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	7.625.877	2.978.645	4.600.025
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-11.962.853	-10.986.261	-9.813.620
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	6.494.807	3.735.482	3.247.414
3.04.08.01	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	5.977.331	3.676.647	3.007.124
3.04.08.02	Resultado Não Operacional	517.476	58.835	240.290
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	12.888.608	21.216.882	7.752.049
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.514.907	-2.198.897	8.036.741
3.06.02	Diferido	1.514.907	-2.198.897	8.036.741
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	14.403.515	19.017.985	15.788.790
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-106.875	-2.161.881	-64.555

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-68.908	-1.132.791	-28.965
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-37.967	-1.029.090	-35.590
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	14.296.640	16.856.104	15.724.235
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-1.938.115	-1.860.596	-1.668.087
3.10.01	Participações	-1.938.115	-1.860.596	-1.668.087
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	12.358.525	14.995.508	14.056.148

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	12.358.525	14.995.508	14.056.148
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-719.602	-3.327.592	-718.979
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-759.367	-3.581.648	-1.291.042
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	39.765	254.056	572.063
4.04	Resultado Abrangente do Período	11.638.923	11.667.916	13.337.169

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	44.517.411	12.448.525	25.984.912
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	47.456.551	55.383.479	6.853.719
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	12.358.525	14.995.508	14.056.148
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	35.098.026	40.387.971	-7.202.429
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.939.140	-42.934.954	19.131.193
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.878.316	33.110.288	-30.183.420
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	17.021.437	2.681.298	-53.030.752
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-38.782.310	-47.440.659	-79.248.979
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	-4.575.336	-10.022.362	10.951.716
6.01.02.05	Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-523.362	-469.012	823.244
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	-434.445	209.318	-107.645
6.01.02.08	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-2.115.554	-1.548.498	-7.476.244
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Depósitos	15.030.731	14.410.928	118.259.315
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	16.098.839	-59.101.373	30.339.013
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-5.439.226	25.748.805	7.318.412
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	-360.501	46.518	52.242
6.01.02.14	Imposto Pago	-331.373	-2.569.320	0
6.01.02.15	Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros	-11.761.689	62.407.067	-6.656.801
6.01.02.16	Redução (aumento) em Outros Ativos	-688.063	-5.676.353	27.159.289
6.01.02.17	Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes	-2.330.644	-1.530.289	139.380
6.01.02.18	Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	-16.318.872	-93.789.615	-3.503.797
6.01.02.19	Aumento (redução) em Outros Passivos	7.317.805	38.044.299	4.410.201
6.01.02.20	Aumento (redução) em Outras Obrigações Fiscais Correntes	375.107	2.554.006	-113.981
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.778.107	-371.933	3.413.296
6.02.01	Aquisição de Investimento	-33	-3.487	-145
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-996.109	-1.075.927	-1.076.414
6.02.03	Aplicações no Intangível	-2.664.234	-20.352	-1.740.278
6.02.04	Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimento	0	13.345	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	511.740	431.904	639.346
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	133.420	-21.304	101.729
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	288.712	335.084	1.293.445
6.02.08	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	0	0	-493.156
6.02.09	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	-48.111.010	0	0
6.02.11	Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	-208.921	-908.100	-1.606.000
6.02.12	Alienação de Participações em Coligadas e Controladas	4.268.328	876.904	6.294.769
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	18.730.469	-6.970.127	-21.628.469
6.03.03	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-506.277	78.319	-110.223
6.03.05	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	62.604.962	99.229.585	71.204.332
6.03.06	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-36.098.379	-96.732.607	-82.628.491
6.03.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-7.269.837	-9.545.424	-10.094.087
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.469.773	5.106.465	7.769.739
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	34.297.636	29.191.171	21.421.432
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.767.409	34.297.636	29.191.171

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	387.537	27.241.354	-3.784.820	0	0	78.844.071
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	387.537	27.241.354	-3.784.820	0	0	78.844.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	48.777	-1.766.166	0	-6.800.000	0	-8.517.389
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	48.777	-506.277	0	0	0	-457.500
5.04.04.01	Resultado com Ações em Tesouraria	0	68.894	0	0	0	0	68.894
5.04.04.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	-20.117	0	0	0	0	-20.117
5.04.04.03	Ações em Tesouraria	0	0	-506.277	0	0	0	-506.277
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.259.889	0	-1.520.000	0	-2.779.889
5.04.06.01	Dividendos Prescritos	0	0	40.111	0	0	0	40.111
5.04.06.02	Dividendos	0	0	-1.300.000	0	-1.520.000	0	-2.820.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-5.280.000	0	-5.280.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-759.367	12.358.525	0	11.599.158
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	12.358.525	0	12.358.525
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-759.367	0	0	-759.367
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-759.367	0	0	-759.367
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.558.525	39.765	-5.558.525	0	39.765
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	617.926	0	-617.926	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	617.926	0	-617.926	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	4.940.599	39.765	-4.940.599	0	39.765
5.06.02.01	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	4.940.599	0	-4.940.599	0	0
5.06.02.02	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	39.765	0	0	39.765
5.07	Saldos Finais	55.000.000	436.314	31.033.713	-4.504.422	0	0	81.965.605

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	302.665	22.337.440	-457.227	0	0	79.182.878
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	302.665	22.337.440	-457.227	0	0	79.182.878
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-3.649.000	0	-3.649.000
5.04.04.01	Ações em Tesouraria	0	40.821	78.319	254.056	0	0	373.196
5.04.04.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	44.051	0	0	0	0	44.051
5.04.06.01	Dividendos	0	0	-200.000	0	-5.800.000	0	-6.000.000
5.04.06.02	Dividendos Prescritos	0	0	6.530	0	0	0	6.530
5.04.06.03	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	4.796.733	0	-4.796.733	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.649.000	0	-3.649.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.581.649	14.995.508	0	11.413.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.995.508	0	14.995.508
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.581.649	0	0	-3.581.649
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-3.581.649	0	0	-3.581.649
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.06.01.01	Cisão	-2.000.000	0	-527.444	0	0	0	-2.527.444
5.06.01.02	Reserva Legal	0	0	749.775	0	-749.775	0	0
5.07	Saldos Finais	55.000.000	387.537	27.241.354	-3.784.820	0	0	78.844.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-15.068	-110.223	0	-3.837.087	0	-3.962.378
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-110.223	0	0	0	-110.223
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-15.068	0	0	0	0	-15.068
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-512.087	0	-512.087
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.325.000	0	-3.325.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	14.056.148	0	14.056.148
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.056.148	0	14.056.148
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	120.364	10.219.061	-718.980	-10.219.061	0	-598.616
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	702.807	0	-702.807	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	702.807	0	-702.807	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	120.364	9.516.254	-718.980	-9.516.254	0	-598.616
5.06.02.01	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	120.364	0	0	0	0	120.364
5.06.02.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	9.516.254	0	-9.516.254	0	0
5.06.02.03	Ajuste de Valiação Patrimonial	0	0	0	-1.291.042	0	0	-1.291.042
5.06.02.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	572.062	0	0	572.062
5.07	Saldos Finais	57.000.000	302.665	22.337.439	-457.227	0	0	79.182.877

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	80.137.023	84.484.926	95.105.153
7.01.01	Intermediação Financeira	89.128.977	89.510.090	99.165.058
7.01.02	Prestação de Serviços	15.647.370	15.503.655	14.126.335
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-20.819.824	-12.580.038	-13.216.424
7.01.04	Outras	-3.819.500	-7.948.781	-4.969.816
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-50.141.532	-46.626.121	-69.957.729
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.323.932	-8.698.621	434.939
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-319.032	-291.900	-253.865
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.687.335	-2.282.474	-2.067.985
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-15.037	-14.899	-3.489
7.03.04	Outros	-6.302.528	-6.109.348	2.760.278
7.04	Valor Adicionado Bruto	20.671.559	29.160.184	25.582.363
7.05	Retenções	-2.853.434	-3.637.533	-2.641.934
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.853.434	-3.637.533	-2.641.934
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.818.125	25.522.651	22.940.429
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.977.331	3.676.647	3.007.124
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.977.331	3.676.647	3.007.124
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.795.456	29.199.298	25.947.553
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	23.795.456	29.199.298	25.947.553
7.09.01	Pessoal	7.825.764	6.901.462	7.093.344
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.719.934	3.397.120	3.623.045
7.09.01.02	Benefícios	1.234.120	1.203.198	1.243.870
7.09.01.03	F.G.T.S.	864.850	433.955	315.165
7.09.01.04	Outros	2.006.860	1.867.189	1.911.264
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.728.719	6.444.419	4.003.628
7.09.02.01	Federais	203.172	5.693.848	3.312.646
7.09.02.02	Estaduais	807	630	567
7.09.02.03	Municipais	2.524.740	749.941	690.415

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	882.448	857.909	794.433
7.09.03.01	Aluguéis	882.448	857.909	794.433
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	12.358.525	14.995.508	14.056.148
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.280.000	3.649.000	3.325.000
7.09.04.02	Dividendos	2.820.000	6.000.000	512.087
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.258.525	5.346.508	10.219.061

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	985.450.829	931.208.396	933.578.379
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.003.439	16.657.201	20.148.725
1.01.01	Caixa	22.003.439	16.657.201	20.148.725
1.02	Ativos Financeiros	866.506.664	825.125.271	822.651.958
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	147.256.620	90.642.132	157.986.775
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	145.515.302	90.299.669	157.243.312
1.02.02.02	Derivativos	1.741.318	342.463	743.463
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	55.425.671	101.241.787	109.740.387
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	55.425.671	101.241.787	109.740.387
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	663.824.373	633.241.352	554.924.796
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	663.824.373	633.241.352	554.924.796
1.03	Tributos	46.445.994	41.757.332	41.063.782
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	7.838.406	4.117.035	3.082.084
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	38.607.588	37.640.297	37.981.698
1.04	Outros Ativos	8.973.665	6.865.373	8.315.320
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	699.136	816.345	1.092.909
1.04.02	Ativos de Operações Descontinuadas	8.274.529	6.049.028	7.222.411
1.05	Investimentos	1.727.570	1.232.646	1.094.985
1.06	Imobilizado	8.190.763	8.783.785	9.537.111
1.06.01	Imobilizado de Uso	8.190.763	8.783.785	9.537.111
1.07	Intangível	31.602.734	30.786.788	30.766.498
1.07.01	Intangíveis	3.713.407	2.871.319	2.406.361
1.07.02	Goodwill	27.889.327	27.915.469	28.360.137

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	985.450.829	931.208.396	933.578.379
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	49.668.266	44.412.351	82.058.651
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	795.284.100	750.093.694	707.288.791
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	795.284.100	750.093.694	707.288.791
2.03	Provisões	9.115.143	11.604.482	13.814.978
2.04	Passivos Fiscais	7.810.800	8.175.023	10.130.248
2.05	Outros Passivos	12.892.344	10.948.351	14.195.839
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	110.680.176	105.974.495	106.089.872
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	110.182.834	105.640.146	105.776.987
2.07.01.01	Capital Social Realizado	114.669.276	109.046.574	106.205.067
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.486.442	-3.406.428	-428.080
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	497.342	334.349	312.885

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	115.225.118	77.987.308	62.774.940
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-67.721.941	-26.668.842	-18.332.228
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	47.503.177	51.318.466	44.442.712
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-27.928.450	-26.568.138	-34.778.737
3.04.03	Despesas com Pessoal	-9.896.995	-9.025.702	-8.871.482
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-37.002.811	-30.150.076	-29.706.072
3.04.04.01	Outras despesas administrativas	-8.343.118	-8.290.717	-8.243.478
3.04.04.02	Ativo tangível	-1.860.043	-1.850.780	-2.039.805
3.04.04.03	Ativo intangível	-725.459	-583.141	-539.322
3.04.04.04	Provisões (líquidas)	-1.215.490	-2.179.417	-1.656.547
3.04.04.05	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-24.828.749	-17.112.734	-17.450.188
3.04.04.06	Perdas com outros ativos (líquidas)	-161.434	-165.799	-84.908
3.04.04.07	Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	22.355	-15.113	230.713
3.04.04.08	Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados com	109.127	47.625	77.463
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	25.429.132	20.699.911	33.638.521
3.04.06.01	Receitas de tarifas e comissões	21.237.723	20.388.089	20.606.707
3.04.06.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	4.153.336	221.782	12.998.060
3.04.06.03	Receitas de instrumentos de patrimônio	38.073	90.040	33.754
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-6.656.955	-8.236.455	-29.951.965
3.04.07.01	Despesas de tarifas e comissões	-6.361.843	-5.114.788	-4.378.493
3.04.07.02	Variações cambiais (líquidas)	545.890	-2.002.286	-24.700.962
3.04.07.03	Outras despesas operacionais (líquidas)	-841.002	-1.119.381	-872.510
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	199.179	144.184	112.261
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	19.574.727	24.750.328	9.663.975
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.235.252	-9.191.005	3.786.778
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	14.339.475	15.559.323	13.450.753
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	14.339.475	15.559.323	13.450.753
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	14.339.475	15.559.323	13.450.753

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	14.287.093	15.528.052	13.418.529
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	52.328	31.272	32.224

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	14.339.475	15.559.324	13.450.753
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-1.080.014	-2.978.349	-342.372
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-1.108.715	-3.245.041	-897.996
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	28.701	266.692	555.624
4.04	Resultado Abrangente do Período	13.259.461	12.580.975	13.108.381
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	13.207.079	12.549.703	13.076.157
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	52.382	31.272	32.224

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.847.026	6.807.143	42.317.956
6.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	14.339.475	15.559.324	13.450.753
6.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	50.774.841	-13.898.808	-31.268.076
6.01.03	Variações nos Ativos e Passivos	-58.267.290	5.146.627	60.135.279
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.705.289	-1.926.692	-1.163.097
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	12.754.848	-658.510	-34.151.714
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.896.585	4.221.941	7.003.145
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	32.668.749	28.446.808	21.443.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.565.334	32.668.749	28.446.808

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	48.167.522	0	0	15.528.052	-13.055.428	105.640.146	334.349	105.974.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	48.167.522	0	0	15.528.052	-13.055.428	105.640.146	334.349	105.974.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-10.155.277	0	0	1.549.000	0	-8.606.277	0	-8.606.277
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-506.277	0	0	0	0	-506.277	0	-506.277
5.04.06	Dividendos	0	-9.649.000	0	0	1.549.000	0	-8.100.000	0	-8.100.000
5.04.06.01	Dividendos e juros sobre o Dividendos e juros sobre o capital prapital próprio do exercício anterior	0	-9.649.000	0	0	9.649.000	0	0	0	0
5.04.06.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	0	0	0	-8.100.000	0	-8.100.000	0	-8.100.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	15.528.052	0	0	-1.240.959	0	0	52.382	14.339.475
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	15.528.052	0	0	-1.240.959	0	0	52.382	14.339.475
5.05.01.01	Apropriação do lucro líquido do exercício anterior	0	15.528.052	0	0	-15.528.052	0	0	0	0
5.05.01.02	Lucro líquido Atribuível à Controladora	0	0	0	0	14.287.093	0	0	52.382	14.339.475
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-58.114	0	0	0	-1.080.014	-1.138.119	110.161	-1.027.517
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-58.114	0	0	0	-1.080.014	-1.138.119	110.161	-1.027.517
5.06.01.01	Outros	0	-58.114	0	0	0	0	-58.114	110.161	52.497
5.06.01.02	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	28.701	28.710	0	28.701
5.06.01.03	Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	0	0	0	0	0	-401.282	-401.282	0	-401.282
5.06.01.04	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-707.433	-707.433	0	-707.433
5.07	Saldos Finais	55.000.000	53.482.183	0	0	6.187.093	-4.486.442	110.182.834	497.342	110.680.176

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	39.623.623	0	0	13.418.529	-4.265.165	105.776.987	312.885	106.089.872
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	39.623.623	0	0	13.418.529	-4.265.165	105.776.987	312.885	106.089.872
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.758.766	0	0	0	-5.811.915	-9.570.681	0	-9.570.681
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	78.319	0	0	0	0	78.319	0	78.319
5.04.06	Dividendos	0	-3.837.085	0	0	0	3.837.085	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	-9.649.000	-9.649.000	0	-9.649.000
5.05	Resultado Abrangente Total	-2.000.000	12.250.855	0	0	2.109.523	-2.978.348	9.382.030	31.272	9.413.302
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-2.000.000	12.250.855	0	0	2.109.523	0	12.360.378	31.272	12.391.650
5.05.01.01	Lucro líquido atribuível à controladora	0	0	0	0	15.528.052	0	15.528.052	31.272	15.559.324
5.05.01.02	Apropriação do lucro líquido do exercício anterior	0	13.418.529	0	0	-13.418.529	0	0	0	0
5.05.01.03	Cisão	-2.000.000	-1.167.674	0	0	0	0	-3.167.674	0	-3.167.674
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-2.978.348	0	0	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-2.978.348	0	0	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	0	0	-2.978.348	0	-2.978.348
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	0	-2.978.348	0	-2.978.348
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	51.810	0	0	0	0	51.810	-9.808	42.002
5.06.01	Constituição de Reservas	0	51.810	0	0	0	0	51.810	-9.808	42.002
5.06.01.02	Outros	0	51.810	0	0	0	0	51.810	-9.808	42.002
5.07	Saldos Finais	55.000.000	48.167.522	0	0	15.528.052	-13.055.428	105.640.146	334.349	105.974.495

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	23.329.357	0	0	16.406.932	-85.709	96.650.580	558.581	97.209.161
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	23.329.357	0	0	16.406.932	-85.709	96.650.580	558.581	97.209.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.296.709	0	0	-16.406.932	-3.837.085	-3.949.751	-277.920	-4.227.671
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	16.406.932	0	0	-16.406.932	0	-2.443	-277.920	-280.363
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-110.223	0	0	0	0	-110.223	0	-110.223
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	-512.000	-512.000	0	-512.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	-3.325.085	-3.325.085	0	-3.325.085
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-2.443	0	0	13.418.529	-342.372	13.076.157	32.224	13.108.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	13.418.529	0	13.418.529	32.224	13.450.753
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-2.443	0	0	0	-342.372	-342.372	0	-342.372
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	-2.443	0	0	0	0	-342.372	0	-342.372
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	0	-342.372	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	57.000.000	39.623.623	0	0	13.418.529	-4.265.166	105.776.986	312.885	106.089.871

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	107.447.104	72.303.876	56.540.563
7.01.01	Intermediação Financeira	115.225.118	77.987.308	62.774.940
7.01.02	Prestação de Serviços	14.875.880	15.273.301	16.228.214
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-24.828.749	-17.112.734	-17.450.188
7.01.04	Outras	2.174.855	-3.843.999	-5.012.403
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-67.721.941	-28.885.478	-18.332.228
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.207.227	-8.078.399	-7.946.539
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-895.734	-713.400	-641.831
7.03.02	Serviços de Terceiros	-6.317.067	-6.231.129	-6.424.755
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-161.434	-165.799	-84.908
7.03.04	Outros	-832.992	-968.071	-795.045
7.04	Valor Adicionado Bruto	31.517.936	35.339.999	30.261.796
7.05	Retenções	-2.585.502	-2.433.921	-2.579.127
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.585.502	-2.433.921	-2.579.127
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	28.932.434	32.906.078	27.682.669
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	199.179	144.184	112.261
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	199.179	144.184	112.261
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.131.613	33.050.262	27.794.930
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	29.131.613	33.050.262	27.794.930
7.09.01	Pessoal	9.894.413	8.045.893	7.943.711
7.09.01.01	Remuneração Direta	6.351.116	5.929.439	5.749.669
7.09.01.02	Benefícios	1.737.282	1.593.386	1.514.611
7.09.01.03	F.G.T.S.	2.221	431.249	448.457
7.09.01.04	Outros	1.803.794	91.819	230.974
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.749.350	9.269.368	6.298.717
7.09.02.01	Federais	4.625.498	8.332.994	10.088.318
7.09.02.02	Estaduais	123.852	813	-830.771
7.09.02.03	Municipais	0	935.561	-2.958.830

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	148.375	175.677	101.749
7.09.03.01	Aluguéis	148.375	175.677	101.749
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.339.475	15.559.324	13.450.753
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.100.000	9.649.000	3.837.085
7.09.04.02	Dividendos	6.187.093	5.879.052	9.581.444
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	52.382	31.272	32.224

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, serão divulgadas no prazo legal no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2022, o Banco Santander observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 3,0% em 2022 frente à expansão de 5,0% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou em linha com a mediana das expectativas de mercado, a despeito da revisão altista nos resultados anteriores da série histórica, indicando maior robustez da economia brasileira em 2022. Parece-nos que a robustez está diretamente atrelada à manutenção dos estímulos fiscais e tributários aprovados anteriormente e que foram implementados ao longo do segundo semestre do ano. Os dados de atividade econômica divulgados ficaram aquém da nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior - estimávamos alta de 4,2% - porém julgamos que a frustração esteve diretamente ligada à revisão mencionada na série histórica e não à alteração na dinâmica de crescimento recente. Juntamente com os estímulos mencionados anteriormente, este quadro nos levou a alterar nossa expectativa sobre qual será a expansão em 2022. Ao invés da estimativa de 2,6% anterior, projetamos atualmente crescimento de 3,0% em 2022.

No último trimestre de 2022, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA recuar para 5,8% frente ao patamar de 7,2% observado ao final do terceiro trimestre. Apesar do recuo, o patamar atingido ainda ficou acima da meta de 3,5% determinada para 2022. O Banco entende que este ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha justificado a manutenção da taxa básica em 13,75% a.a. entre o final do terceiro trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária, principalmente após a sinalização do governo eleito de que ampliará o montante de gastos públicos a partir do próximo ano, o que poderá tornar o processo de desinflação mais lento. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,00% a.a. ao final de 2023 e 9,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuar entre R\$5,02/US\$ e R\$5,53/US\$ no quarto trimestre e encerrar o período cotada a R\$5,22/US\$. Ou seja, abaixo da cotação de R\$5,41/US\$ verificada no encerramento do terceiro trimestre. A volatilidade demonstrada pela trajetória do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio terá espaço limitado para registrar valorização significativa nos próximos anos. Na verdade, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,40/US\$ ao final de 2023 e R\$5,50/US\$ ao final de 2025.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro e; 4) novos surtos de contaminação de COVID-19 na China, elevando o receio de desaceleração intensa na economia daquele país que provocasse recessão global de grande magnitude. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) encerramento da eleição presidencial sem danos ao arcabouço institucional brasileiro; 2) aprovação de emenda constitucional autorizando o governo eleito a ampliar o montante de despesas públicas não sujeitas à regra do teto de gastos públicos a partir de 2023 e; 3) deterioração nas expectativas dos agentes econômicos quanto ao início do processo de redução da taxa SELIC em 2023 (anteriormente, apontavam possibilidade de cortes no início do ano e, atualmente, indicam chance para o segundo semestre de 2023).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Desempenho

Em relação ao desempenho financeiro, o resultado gerencial alcançou R\$1.689 milhões no quarto trimestre de 2022, com variação -45,9% no trimestre. O lucro líquido gerencial foi de R\$12.900 milhões em 2022 com queda de 21,0% se comparado com o mesmo período do ano anterior. O retorno gerencial sobre o patrimônio líquido foi de 8,35% no 4T22 e 16,3% em 2022.

A carteira de crédito atingiu R\$489.687 milhões representando crescimento de 5,8% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o crescimento da carteira de pessoas físicas com de crescimento 8,0% (principalmente por Consignado, Imobiliário e Crédito Pessoal) e Pequenas e Médias Empresas com crescimento de 7,2%. No trimestre, a carteira cresceu 1,1% com destaque para Pessoas Físicas, influenciada principalmente por movimentos sazonais de final de ano – com destaque para as linhas de Cartão de Crédito e crédito consignado por efeito principalmente do aumento da margem de consignado.

A margem financeira bruta totalizou R\$51.756 milhões em 2022 com queda de 6,9% se comparado com o mesmo período do ano anterior. No 4T22, a margem alcançou R\$12.517 milhões com queda de -0,6% em relação ao 3T22 refletindo principalmente o menor resultado com clientes no período que apresentou queda de -2,6%. A margem de operações com o mercado totalizou (R\$ 1.265) milhões no 4T22, melhora de 18,1%.

O resultado de créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$23.875 milhões com crescimento de 72,0% em relação ao ano anterior, justificado pelo crescimento da inadimplência principalmente nas operações de crédito a pessoas físicas. No 4T22, o resultado atingiu (R\$7.309) milhões com crescimento de 17,7% sobre o 3T22.

As receitas totais de prestação de serviços tiveram queda de 0,2% em 2022, no entanto, apresenta crescimento de 2,2% se normalizarmos a saída da GetNet no ano passado. No quarto trimestre de 2022, a receita atingiu R\$5.075 milhões, representando aumento de 7,2%, influenciado por Seguros (efeitos sazonais de renovação apólice de seguro de vida e mudança de registro de competência de corretagem de Seguros), Cartões e Receita de Adm. de Fundos, Consórcios e Bens.

As despesas gerais atingiram R\$6.049 milhões no 4T22, alta de 6,3% no trimestre. Esta variação é justificada por maiores gastos com pessoal que cresceu 4,8% no trimestre impactadas pelo acordo coletivo aplicado sobre a base salarial da companhia a partir de setembro de 2022, maiores gastos administrativos com variação de +7,6%, principalmente pelo crescimento em linhas de Marketing, tecnologia pela transmissão de dados e licenças de uso de software e maior gasto de amortização e depreciação que atingiu 7,1% neste trimestre refletindo principalmente os maiores investimentos realizados em software e hardware. Em 2022 as despesas atingiram R\$22.706 milhões, crescimento de 5,7%. O índice de eficiência foi de 40,8% no 4T22 com aumento de 3,37 p.p. no trimestre e 1,6 p.p. no ano. Seguimos comprometidos na busca constante por eficiência, com uma abordagem omni-channel, por meio da integração da nossa plataforma e industrialização dos nossos processos.

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	99.768,6	99.112,2	0,7	20.055,7	37.313,3	(46,3)
Despesas da Intermediação Financeira	(71.653,9)	(59.797,4)	19,8	(14.752,8)	(30.985,4)	(52,4)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	28.114,7	39.314,9	(28,5)	5.302,9	6.327,9	(16,2)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(11.360,0)	(15.652,3)	(27,4)	(3.284,5)	(2.524,3)	30,1
Resultado Operacional	16.754,7	23.662,6	(29,2)	2.018,4	3.803,6	(46,9)
Resultado não Operacional	543,1	9,0	5.934,6	93,5	33,4	180,0
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	17.297,8	23.671,6	(26,9)	2.111,9	3.837,0	(45,0)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.326,2)	(6.503,2)	(64,2)	189,0	(226,7)	(183,4)
Participações no Lucro	(2.222,0)	(2.059,7)	7,9	(616,7)	(566,2)	8,9
Participações dos Acionistas Minoritários	(179,4)	(120,9)	48,3	(75,4)	(5,3)	1.321,8
Lucro Líquido Societário	12.570,2	14.987,7	(16,1)	1.608,8	3.038,8	(47,1)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	17.297,8	23.671,6	(26,9)	2.111,9	3.837,0	(45,0)
Hedge Cambial	-	2.236,9	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	17.297,8	25.908,5	(33,2)	2.111,9	3.837,0	(45,0)

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.326,2)	(6.503,2)	(64,2)	189,0	(226,7)	(183,4)
Hedge Cambial	-	(2.236,9)	(100,0)	-	-	-
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado	(2.326,2)	(8.740,1)	(73,4)	189,0	(226,7)	(183,4)

O retorno do exercício tomando por base o resultado contábil sobre o patrimônio líquido médio atingiu 15,63%, redução de 3,09 p.p comparado ao mesmo período de 2021.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição desses ativos às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, a partir de janeiro de 2021, 50% dos ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros passaram a ser computados na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no país, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são 100% tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, em atendimento a Lei nº 14.031, toda variação cambial passou a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/COFINS) e tributos sobre a renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	(2.644,0)	3.862,1	(168,5)	(1.383,4)	1.239,7	(211,6)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	2.773,0	(6.374,1)	(143,5)	1.450,4	(1.300,2)	(211,6)
IR/CSLL	-	2.236,9	(100,0)	-	-	-
PIS/COFINS	(129,0)	275,1	(146,9)	(67,0)	60,5	(210,7)

2.2) Ativos e Passivos

Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Dez/22	Dez/21	variação anual %
Ativo Circulante e Não Circulante	1.034.164,2	950.440,4	8,8
Permanente	14.353,7	12.935,5	11,0
Total do Ativo	1.048.517,9	963.375,9	8,8
Passivo Circulante e Não Circulante	965.102,7	882.996,9	9,3
Resultados de Exercícios Futuros	-	382,2	(100,0)
Participação dos Acionistas Minoritários	1.353,3	1.257,2	7,6
Patrimônio Líquido	82.061,9	78.739,6	4,2
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.048.517,9	963.375,9	8,8

2.3) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 4,2 % em comparação a 31 de dezembro de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do exercício no montante de R\$12.570 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial negativo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$835 milhões e do pagamento de dividendos no montante de R\$2.820 milhões e dos Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$5.280 milhões.

Para informações adicionais, vide nota explicativa nº 21.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%.

Segundo as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Dez/22	Dez/21
Patrimônio de Referência Nível I	75.943,7	76.969,9
Capital Principal	69.229,0	69.919,9
Capital Complementar	6.714,7	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II	13.109,8	12.591,3
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	89.053,5	89.561,3
Risco de Crédito	559.230,6	527.119,3
Risco de Mercado	19.332,1	15.122,2
Risco Operacional	60.073,2	58.499,8
Total de RWA	638.635,9	600.741,3
Índice de Basileia Nível I	11,89	12,81
Índice de Basileia Capital Principal	10,84	11,64
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,94	14,91

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	60.654,0	41.886,9	1.761,0	54.804,7	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	15.523,0	11.096,3	568,0	2.863,1	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	12.974,1	4.586,7	1.413,0	-	100,0%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.497,5	800,6	124,9	-	100,0%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 31.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações.

O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 30 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção análise independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2022.

7. Pessoas

No Banco seguimos cuidando de nossas pessoas. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 52.603 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, temos implementado uma série de ações para promover o Bem Estar e a Saúde Física e Emocional de nossas pessoas, principalmente neste momento de retomada pós COVID-19, sempre seguindo as orientações dos órgãos sanitários e de saúde.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQIA+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa.

Neste contexto, tivemos em outubro e novembro o Todos na Mesma Página, que é uma iniciativa criada em 2021 e que ocorre de 3 a 4 vezes ao ano. Para esses encontros, incentivamos a leitura de um livro e proporcionamos um debate entre nosso CEO e toda a organização. Nas últimas apresentações, debatemos os livros "As Cartas de Bezos" e "Pequeno Manual Antirracista", com participação de 57 mil espectadores (total).

No início de outubro, tivemos a Semana Santander, que aconteceu em todas as unidades do Santander no mundo. Neste ano, nossas atividades foram pensadas com foco em um dos nossos Comportamentos Corporativos, o Think Customer (Penso no Cliente). Foram diversas atividades pensadas para melhorar a experiência dos nossos clientes. Além disso, tivemos novamente o Amigo de Valor, que apoia políticas públicas voltadas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes e permite a destinação de parte do imposto de renda devido diretamente aos Fundos de Direto da Criança e do Adolescente.

Também em outubro tivemos nossa segunda Campanha de Doação de Sangue do ano, com excelente adesão dos nossos funcionários.

8. Desenvolvimento Sustentável

Nosso propósito é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios. Ao mesmo tempo, queremos apoiar a construção de um Brasil mais justo e sustentável. Temos uma estratégia clara para as nossas aspirações ambientais (ser referência em negócios sustentáveis), sociais (trabalhar para que todos tenham oportunidades) e de governança (ter as melhores práticas de gestão ESG).

AMBIENTAL

- Em 2022, viabilizamos R\$ 32,2 bilhões em negócios sustentáveis, apoiando a transição para uma economia de baixo carbono, resiliente e inclusiva. Entre os destaques, estão:
 - Mantivemos a liderança no mercado de CBIOS, que ajudamos a criar em 2020, com 54,4% de market share.
 - Em Agro sustentável, que considera linhas que fomentam agricultura de baixo carbono e energia solar, desembolsamos R\$ 394 milhões.
- Em novembro, durante a COP27, Itaú, Marfrig, Santander, Suzano, Rabobank e Vale lançaram a empresa Biomas, cujo objetivo é restaurar, conservar e preservar 4 milhões de hectares de florestas nos biomas da Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado. A aliança prevê reduzir da atmosfera aproximadamente 900 milhões de toneladas de carbono equivalente durante o período de duas décadas.
- Participamos do lançamento da Plataforma de Inovação em Negócios da Bioeconomia na Amazônia, com o objetivo de capacitar 3 mil talentos e criar 200 startups em três anos. A iniciativa é liderada pela Fundação CERTI e conta com a coparticipação e investimentos dos bancos do Plano Amazônia (Bradesco, Itaú Unibanco e Santander) e Fundo Vale.
- Em relação a gestão ambiental das nossas atividades, atingimos nosso compromisso de termos 100% do nosso consumo interno proveniente de energias renováveis.

SOCIAL

- Realizamos a 20ª edição do programa Amigo de Valor. Desde 2002, o programa já beneficiou mais de 1,6 milhão de crianças e adolescentes em 293 municípios do Brasil, mobilizando mais de R\$ 180 milhões realizados por clientes e funcionários.
- Desde 2002, por meio do Próspera Microfinanças, também apoiamos os microempreendedores em seus negócios, e temos uma carteira de R\$ 2,7 bilhões, 1388 agentes e 885 mil clientes ativos.
- Destacamos ainda nossa atuação social, na qual já ajudamos 190 mil pessoas neste ano, por meio de nossos programas de doação de sangue e voluntariado.
- Além disso, há 25 anos, também investimos na educação, por meio do Santander Universidades, com 103 mil bolsas de estudo concedidas em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Continuamos trabalhando para que todos tenham oportunidades, com foco em inclusão produtiva e reforçando nossa contribuição para o desenvolvimento da sociedade. Reiteramos a importância do tema em eventos filantrópicos e nos tornamos membros fundadores da Aliança pela Inclusão Produtiva, cujo objetivo é promover, por meio da capacitação, a inclusão da população de menor renda no mercado de trabalho.
- Investimos ainda de forma crescente na estruturação de endowments – fundos patrimoniais ou filantrópicos – em que é possível garantir uma estrutura de sustentabilidade financeira de longo prazo para instituições e organizações sem fins lucrativos, como universidades e hospitais. Em 2022 alcançamos R\$51 milhões de ativos sob gestão nessa linha.
- Seguimos com o objetivo de aumentar a representatividade feminina nos cargos de liderança. Em 2022, o número de mulheres em cargos de liderança atingiu 33,3%, aumento de 1,9 p.p em comparação com o ano anterior.
- Desenvolvemos ainda ações para ampliar a representatividade de pessoas negras na organização e encerramos o ano com 30% de colaboradores negros na organização, o que representa um crescimento de 2,7 p.p comparado ao ano anterior.

GOVERNANÇA

- Nossa governança inclui o ESG em nossa cultura, presente em nosso dia-a-dia, em que desenvolvemos capacitação interna e inclusão de critérios ESG na remuneração de executivos, que abordam os temas de diversidade, empoderamento financeiro e financiamentos verdes.
- Nosso Conselho de Administração possui 36% de membros independentes e 27% de mulheres. Já o Comitê Executivo conta com 33% de mulheres.
- Em dezembro/22 patrocinamos a 5ª edição do Fórum Cidadão Global para debater a agenda ESG, que recebeu a CEO e secretária geral do Pacto Global das Nações Unidas, Sanda Ojiambo, o economista e cofundador da SYSTEMIQ, Jeremy Oppenheim e Paul Polman, ativista pelo clima e pelo igualitarismo.
- Como resultado de nossa atuação, fomos reconhecidos pelas seguintes organizações:
 - Prêmio Euromoney Awards, na categoria ESG;
 - ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3;
 - ICO2 – Índice Carbono Eficiente, da B3.

9. Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e suas consequências, com ações para mitigar os impactos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas em 2022, destacam-se: (a) incentivo e monitoramento do índice de vacinação dos colaboradores; (b) protocolo de testagem de contactantes, independente da presença de sintomas, e de casos suspeitos; (c) retorno seguro do grupo de maior risco ao trabalho presencial e manutenção em ambiente remoto àqueles com condições médicas especiais.

Mesmo com a queda do estado de emergência pública e flexibilização das medidas de distanciamento, os índices de contaminação e a gravidade dos casos continuam em acompanhamento pela Administração até que haja maior segurança técnica quanto ao impacto da doença em nível global.

10. Conflitos Rússia x Ucrânia

O recente conflito entre a Rússia e Ucrânia fizeram que o governo dos Estados Unidos, a União Europeia, o Reino Unido e outros governos impusessem sanções econômicas e controles de exportação contra a Rússia além de ameaças com sanções e controles adicionais. Essas medidas têm impactado os preços de energia, petróleo e outras commodities e, consequentemente, causado instabilidade e volatilidade nas economias e nos mercados em geral. Essas condições podem afetar o crédito global e os mercados de capitais.

A Administração do Banco Santander Brasil, tem acompanhado e monitorado a situação e até o presente momento não foram identificados impactos diretos ou indiretos relevantes, para o cenário atual.

11. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 01/02/2023).

Banco Santander (Brasil) S.A.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil Banco Central do Brasil 31 de dezembro de 2022

Simplex | Pessoal | Justo



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj. 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos e compartilhados entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022:

- Resolução CMN nº 4.817/2020, que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. O Banco Santander já adota o procedimento estabelecido.
- Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis. Dentre as principais alterações está a adoção de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (iv) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e (v) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O Banco Santander já adota estes pronunciamentos técnicos.
- Resolução CMN nº 4.967/2021, que determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. O Banco Santander já adota os procedimentos estabelecidos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander.

O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares:

- Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

Notas Explicativas

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Santander está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Banco Santander está avaliando impactos desta normativa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 01 de fevereiro de 2023.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Conforme Resolução CMN nº 4524/2016, as demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agências no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

Notas Explicativas

d.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/2002 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e

II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Uma vez que o Banco não detém investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real, não há operações de hedge de investimento.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855/2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

g.1) Reestruturação de Operação de Crédito

A Resolução CMN nº 4.803/2020, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/2020 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020, não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

Notas Explicativas

h) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre; o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

k) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

Notas Explicativas

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 29. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

Notas Explicativas

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Notas Explicativas

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

q) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos onde o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Nas ocorrências de decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando há garantias reais, caracterizando o ganho como praticamente certo, o ativo contingente é reconhecido, e, diante de êxito provável, estes são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

Notas Explicativas

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

t) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

u) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

v) Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

w) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

x) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 32.h

y) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021	Banco 31/12/2020
Disponibilidades	14.352.187	16.361.758	19.522.250
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	36.415.222	17.935.878	9.668.922
Aplicações no Mercado Aberto	27.344.519	15.055.356	7.348.568
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.241.815	1.655.705	1.131.436
Aplicações em Moedas Estrangeiras	7.828.888	1.224.817	1.188.917
Total	50.767.409	34.297.636	29.191.171

Notas Explicativas

	31/12/2022	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Disponibilidades	14.420.204	16.386.974	19.512.315
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.517.867	17.263.365	9.487.000
Aplicações no Mercado Aberto	27.344.519	15.055.356	7.306.408
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	344.460	983.192	991.675
Aplicações em Moedas Estrangeiras	7.828.888	1.224.817	1.188.917
Total	49.938.071	33.650.339	28.999.315

As informações relativas a 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2022				Banco 31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	57.000.534	-	-	57.000.534	25.883.579
Posição Bancada	2.758.972	-	-	2.758.972	7.066.196
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.889.322	-	-	1.889.322	706.245
Letras do Tesouro Nacional - LTN	149.081	-	-	149.081	1.556.526
Notas do Tesouro Nacional - NTN	720.569	-	-	720.569	4.803.425
Posição Financiada	32.092.796	-	-	32.092.796	6.638.709
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.372.461	-	-	2.372.461	500.173
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.796.629	-	-	7.796.629	4.644.361
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.923.706	-	-	21.923.706	1.494.175
Posição Vendida	22.148.766	-	-	22.148.766	12.178.674
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.646.253	-	-	9.646.253	2.772.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.502.513	-	-	12.502.513	8.792.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	614.286
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.645.467	31.339.759	13.847.137	47.832.363	91.952.361
Aplicações em Moeda Estrangeira	7.828.888	-	-	7.828.888	1.224.817
Total	67.474.889	31.339.759	13.847.137	112.661.785	119.060.757

	31/12/2022				Consolidado 31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	56.983.136	60.596	-	57.043.732	25.912.368
Posição Bancada	2.741.574	60.596	-	2.802.170	7.094.986
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.889.322	-	-	1.889.322	706.245
Letras do Tesouro Nacional - LTN	161.981	-	-	161.981	1.585.316
Notas do Tesouro Nacional - NTN	690.271	60.596	-	750.867	4.803.425
Posição Financiada	32.092.796	-	-	32.092.796	6.638.709
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.372.461	-	-	2.372.461	500.173
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.796.629	-	-	7.796.629	4.644.361
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.923.706	-	-	21.923.706	1.494.175
Posição Vendida	22.148.766	-	-	22.148.766	12.178.673
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.646.253	-	-	9.646.253	2.772.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.502.513	-	-	12.502.513	8.792.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	614.285
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	749.444	2.323.976	1.731.211	4.804.631	6.492.133
Aplicações em Moeda Estrangeira	7.828.888	-	-	7.828.888	1.224.817
Total	65.561.468	2.384.572	1.731.211	69.677.251	33.629.318

Notas Explicativas

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco					Consolidado				
	31/12/2022					31/12/2022				
	Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	56.613.580	(349.161)	-	56.264.419	43.030.702	66.076.432	310.913	-	66.387.345	54.550.213
Títulos Públicos	52.316.756	(242.010)	-	52.074.746	41.914.956	60.187.489	418.064	-	60.605.553	51.360.528
Títulos Privados	4.296.824	(107.151)	-	4.189.673	1.115.746	5.888.943	(107.151)	-	5.781.792	3.189.685
Títulos Disponíveis para Venda	103.680.860	-	206.961	103.887.821	149.877.343	114.725.927	-	(624.387)	114.101.540	157.876.639
Títulos Públicos	53.074.118	-	(923.044)	52.151.074	113.510.140	62.958.764	-	(1.705.960)	61.252.804	122.306.684
Títulos Privados	50.606.742	-	1.130.005	51.736.747	36.367.203	51.767.163	-	1.081.573	52.848.736	35.569.955
Títulos Mantidos até o Vencimento	25.754.717	-	-	25.754.717	15.279.130	25.754.717	-	-	25.754.717	15.279.130
Títulos Públicos	25.613.581	-	-	25.613.581	13.871.974	25.613.581	-	-	25.613.581	13.871.974
Títulos Privados	141.136	-	-	141.136	1.407.156	141.136	-	-	141.136	1.407.156
Total de Títulos e Valores Mobiliários	186.049.157	(349.161)	206.961	185.906.957	208.187.175	206.557.076	310.913	(624.387)	206.243.602	227.705.982

II) Títulos para Negociação

Banco											
31/12/2022					31/12/2021	Abertura por Vencimento					31/12/2022
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	
Títulos Públicos	52.316.756	(242.010)	52.074.746	41.914.956	-	9.655.677	5.620.745	8.096.283	28.702.041	52.074.746	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.950.887	804	1.951.691	3.341.790	-	293.967	345.464	223.541	1.088.719	1.951.691	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.460.510	(306.329)	38.154.181	12.531.398	-	4.947.948	5.039.651	4.498.513	23.668.069	38.154.181	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.844.602	64.753	11.909.355	24.340.120	-	4.370.432	229.930	3.365.983	3.943.010	11.909.355	
Títulos da Dívida Agrária - TDA	19.555	(251)	19.304	23.972	-	3.525	5.700	8.243	1.836	19.304	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	392	18	410	1.673.785	-	-	-	3	407	410	
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	40.810	(1.005)	39.805	-	-	39.805	-	-	-	39.805	
Debentures	-	-	-	3.891	-	-	-	-	-	-	
Títulos Privados	4.296.824	(107.151)	4.189.673	1.115.746	705.541	202.289	7.492	45.407	3.228.944	4.189.673	
Ações	33.276	(7.694)	25.582	13.692	25.582	-	-	-	-	25.582	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	931.393	(20.982)	910.411	11.502	-	-	2.800	15.750	891.861	910.411	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	906.696	(15.381)	891.315	57.603	-	-	3.437	1.442	886.436	891.315	
Cotas de Fundos de Investimento	664.949	15.010	679.959	400.331	679.959	-	-	-	-	679.959	
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	197.030	5.259	202.289	-	-	202.289	-	-	-	202.289	
Debêntures	1.563.480	(83.363)	1.480.117	632.618	-	-	1.255	28.215	1.450.647	1.480.117	
Total	56.613.580	(349.161)	56.264.419	43.030.702	705.541	9.857.966	5.628.237	8.141.690	31.930.985	56.264.419	

Notas Explicativas

					Consolidado					
					31/12/2022					
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Abertura por Vencimento					
					Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	60.187.489	418.064	60.605.553	51.360.528	-	10.783.054	7.382.622	9.447.136	32.992.741	60.605.553
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.994.773	81.495	12.076.268	12.531.398	-	4.537.344	229.930	3.365.983	3.943.011	12.076.268
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.492.878	761.195	8.254.073	10.566.700	-	1.254.432	2.107.341	1.574.394	3.317.906	8.254.073
Notas do Tesouro Nacional - NTN	40.639.081	(423.388)	40.215.693	26.560.782	-	4.947.948	5.039.651	4.498.513	25.729.581	40.215.693
Títulos da Dívida Agrária - TDA	19.555	(251)	19.304	23.972	-	3.525	5.700	8.243	1.836	19.304
Títulos da Dívida Externa Brasileira	392	18	410	1.673.785	-	-	-	3	407	410
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	40.810	(1.005)	39.805	-	-	39.805	-	-	-	39.805
Debêntures	-	-	-	3.891	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados	5.888.943	(107.151)	5.781.792	3.189.685	2.248.649	202.289	7.492	45.407	3.277.955	5.781.792
Ações	1.444.942	(7.694)	1.437.248	1.502.576	1.437.248	-	-	-	-	1.437.248
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4	-	4	-	4	-	-	-	-	4
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	931.393	(20.982)	910.411	11.502	-	-	2.800	15.750	891.861	910.411
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	906.696	(15.381)	891.315	57.603	-	-	3.437	1.442	886.436	891.315
Cotas de Fundos de Investimento	845.398	15.010	860.408	438.074	811.397	-	-	-	49.011	860.408
Debentures	1.563.480	(83.363)	1.480.117	1.076.252	-	-	1.255	28.215	1.450.647	1.480.117
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	197.030	5.259	202.289	-	-	202.289	-	-	-	202.289
Letras de Câmbio	-	-	-	103.678	-	-	-	-	-	-
Total	66.076.432	310.913	66.387.345	54.550.213	2.248.649	10.985.343	7.390.114	9.492.543	36.270.696	66.387.345

Notas Explicativas

III) Títulos Disponíveis para Venda

Títulos Disponíveis para Venda	31/12/2022		31/12/2021		Abertura por Vencimento						Banco
											31/12/2022
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	53.074.118	-	(923.044)	52.151.074	113.510.140	-	10.592.306	1.097.625	9.446.704	31.014.439	52.151.074
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	742	-	-	-	-	-	-
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.438.619	-	37.645	29.476.264	38.317.693	-	8.230.304	4.569	5.995.726	15.245.665	29.476.264
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.906.987	-	144.363	7.051.350	16.532.828	-	-	-	-	7.051.350	7.051.350
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.238.513	-	(1.103.162)	11.135.351	38.448.233	-	-	-	3.164.327	7.971.024	11.135.351
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.033.051	-	-	1.033.051	2.274.913	-	-	-	286.651	746.400	1.033.051
Títulos da Dívida Externa Espanhola	1.055.489	-	37.567	1.093.056	15.606.719	-	-	1.093.056	-	-	1.093.056
Títulos da Dívida Externa Mexicana	-	-	-	-	2.329.011	-	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	2.401.448	-	(39.446)	2.362.002	-	-	2.362.002	-	-	-	2.362.002
Títulos Privados	50.606.742	-	1.130.005	51.736.747	36.367.203	1.625.898	3.237.645	10.346.648	18.805.106	17.721.450	51.736.747
Ações	320	-	(273)	47	49	47	-	-	-	-	47
Cédula de Produto Rural - CPR	17.236.883	-	(249.086)	16.987.797	9.597.656	-	2.171.387	7.092.897	4.970.379	2.753.134	16.987.797
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	187.289	-	19.306	206.595	151.514	-	-	-	134.400	72.195	206.595
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.506	-	(828)	1.678	2.784	-	-	-	-	1.678	1.678
Cotas de Fundos de Investimento	1.625.851	-	-	1.625.851	1.637.742	1.625.851	-	-	-	-	1.625.851
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	169.064	-	-	-	-	-	-
Debêntures	25.838.772	-	1.243.889	27.082.661	19.306.649	-	986.263	2.052.200	9.542.410	14.501.788	27.082.661
Eurobonds	3.189.107	-	135.930	3.325.037	3.553.157	-	-	-	3.325.037	-	3.325.037
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	273.905	-	-	-	-	-	-
Nota Comercial	299.940	-	(161)	299.779	-	-	-	-	61.405	238.374	299.779
Notas Promissórias - NP	2.226.074	-	(18.772)	2.207.302	1.674.683	-	79.995	1.201.551	771.475	154.281	2.207.302
Total	103.680.860	-	206.961	103.887.821	149.877.343	1.625.898	13.829.951	11.444.273	28.251.810	48.735.889	103.887.821

Notas Explicativas

						Consolidado					
						31/12/2022					
						31/12/2021					
						Abertura por Vencimento					
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
		Resultado	Patrimônio Líquido								
Títulos Públicos	62.958.764	-	(1.705.960)	61.252.804	122.306.684	-	11.252.697	4.911.455	11.580.198	33.508.454	61.252.804
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	742	-	-	-	-	-	-
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.333.271	-	37.771	34.371.042	41.036.255	-	8.529.762	3.021.669	7.107.697	15.711.914	34.371.042
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.553.868	-	94.052	8.647.920	19.384.448	-	99.948	796.730	699.892	7.051.350	8.647.920
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.581.626	-	(1.835.893)	13.745.733	41.674.596	-	260.985	-	3.485.958	9.998.790	13.745.733
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.033.051	-	-	1.033.051	2.274.913	-	-	-	286.651	746.400	1.033.051
Títulos da Dívida Externa Espanhola	1.055.489	-	37.567	1.093.056	15.606.719	-	-	1.093.056	-	-	1.093.056
Títulos da Dívida Externa Mexicana	-	-	-	-	2.329.011	-	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	2.401.448	-	(39.446)	2.362.002	-	-	2.362.002	-	-	-	2.362.002
Títulos Privados	51.767.163	-	1.081.573	52.848.736	35.569.955	1.223.546	3.240.307	10.965.272	18.805.830	18.613.781	52.848.736
Ações	320	-	(273)	47	51	47	-	-	-	-	47
Cédula de Produto Rural - CPR	17.236.883	-	(249.086)	16.987.797	9.597.655	-	2.171.387	7.092.897	4.970.379	2.753.134	16.987.797
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	187.289	-	19.306	206.595	151.514	-	-	-	134.400	72.195	206.595
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.506	-	(828)	1.678	2.784	-	-	-	-	1.678	1.678
Cotas de Fundos de Investimento	1.226.580	-	(3.081)	1.223.499	1.306.605	1.223.499	-	-	-	-	1.223.499
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	31.384	-	-	-	-	-	-
Debêntures	27.394.728	-	1.198.538	28.593.266	18.976.693	-	986.263	2.670.527	9.542.410	15.394.066	28.593.266
Eurobonds	3.189.107	-	135.930	3.325.037	3.553.157	-	-	-	3.325.037	-	3.325.037
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	273.905	-	-	-	-	-	-
Nota Comercial	299.940	-	(161)	299.779	-	-	-	-	61.405	238.374	299.779
Notas Promissórias - NP	2.226.074	-	(18.772)	2.207.302	1.674.683	-	79.995	1.201.551	771.475	154.281	2.207.302
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.736	-	-	3.736	1.524	-	2.662	297	724	53	3.736
Total	114.725.927	-	(624.387)	114.101.540	157.876.639	1.223.546	14.493.004	15.876.727	30.386.028	52.122.235	114.101.540

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Notas Explicativas

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Abertura por Vencimento						Banco 31/12/2022
	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	Amortizado/Contábil 31/12/2022	31/12/2021					
Títulos Públicos	25.613.581	13.871.974	654.998	4.041.146	18.761.265	2.156.172	25.613.581
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.834.070	-	-	-	9.834.070	-	9.834.070
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.641.025	4.822.599	-	-	4.456.638	184.387	4.641.025
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	7.016	-	-	-	-	7.016	7.016
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.597.257	-	-	2.597.257	-	-	2.597.257
Títulos da Dívida Externa Brasileira	8.534.213	9.049.375	654.998	1.443.889	4.470.557	1.964.769	8.534.213
Títulos Privados	141.136	1.407.156	141.136	-	-	-	141.136
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	141.136	1.407.156	141.136	-	-	-	141.136
Total	25.754.717	15.279.130	796.134	4.041.146	18.761.265	2.156.172	25.754.717

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Abertura por Vencimento						Consolidado 31/12/2022
	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	Amortizado/Contábil 31/12/2022	31/12/2021					
Títulos Públicos	25.613.581	13.871.974	654.998	4.041.146	18.761.265	2.156.172	25.613.581
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.834.070	-	-	-	9.834.070	-	9.834.070
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.641.025	4.822.599	-	-	4.456.638	184.387	4.641.025
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	7.016	-	-	-	-	7.016	7.016
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.597.257	-	-	2.597.257	-	-	2.597.257
Títulos da Dívida Externa Brasileira	8.534.213	9.049.375	654.998	1.443.889	4.470.557	1.964.769	8.534.213
Títulos Privados	141.136	1.407.156	141.136	-	-	-	141.136
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	141.136	1.407.156	141.136	-	-	-	141.136
Total	25.754.717	15.279.130	796.134	4.041.146	18.761.265	2.156.172	25.754.717

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 25.555.686 - (31/12/2021 - R\$ 14.993.443).

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança de classificação de títulos e valores mobiliários, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento. Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças externas ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/22 e com objetivo de adequar as novas condições de melhor gestão de risco de juros uma vez que se avalia que o Banco possui a capacidade econômica financeira para manter em balanço os títulos públicos pré-fixados LTNs, que até então eram utilizados para a proteção do risco de juros dos instrumentos financeiros relativos a cobertura da variação cambial do investimento no exterior.

Dessa forma, foram reclassificados, em 30 de junho de 2022, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024, no montante de R\$ 11 bilhões sem impacto em resultado. O montante bruto da marcação à mercado registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido, na data da reclassificação foi de R\$ 1.057 milhões e será amortizada contra as contas de resultado de intermediação financeira pelo prazo remanescente dos títulos.

Notas Explicativas

No quarto trimestre de 2022, o montante total dos Títulos Públicos Federais – LTNs reclassificados de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento é de R\$ 9,7 bilhões. O montante bruto da marcação à mercado registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 704 milhões e será amortizada contra as contas de resultado de intermediação financeira pelo prazo remanescente dos títulos.

Atendendo ao disposto Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	14.465.969	20.286.715	12.936.884	21.223.970
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.284.090	8.524.332	7.045.307	4.135.608
Resultado de Títulos de Renda Variável	24.051	(32.324)	(115.471)	249.211
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	195.393	235.376
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(286.866)	(163.842)	(282.299)	(159.275)
Outras (3)	548.812	(242.308)	3.016.316	(264.896)
Total	27.036.056	28.372.573	22.796.130	25.419.994

(1) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 4.483.793 - no Banco e no Consolidado (2021 - receita de R\$ 12.801.341 no Banco e no Consolidado).

(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 174.661 - no Banco e no Consolidado (2021 - despesa de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 264.895 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

Notas Explicativas**I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos**

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2022		Banco 31/12/2021		31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	17.768.111	17.578.445	14.499.987	16.194.023	12.675.000	11.869.067	7.641.355	8.538.705
Opções	1.509.352	1.913.527	1.548.530	2.202.234	1.419.279	1.900.543	1.370.541	2.256.244
Contratos a Termo e Outros	7.339.187	6.405.798	12.892.381	13.759.082	7.021.301	6.088.810	12.077.828	13.852.282
Total	26.616.650	25.897.770	28.940.898	32.155.339	21.115.580	19.858.420	21.089.724	24.647.231
Circulante	8.945.613	9.962.502	15.273.412	14.479.201	7.578.711	8.789.451	7.279.673	6.956.577
Não Circulante	17.671.037	15.935.268	13.667.486	17.676.138	13.536.869	11.068.969	13.810.051	17.690.654

Notas Explicativas**II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais**

	31/12/2022			Banco 31/12/2021		
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	790.052.522	(3.785.377)	189.666	837.762.019	(1.804.602)	(1.694.036)
Ativo	403.668.537	11.858.268	17.768.111	418.137.448	13.189.437	14.499.987
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	85.500.232	3.624.970	5.069.441	66.837.268	318.541	1.826.150
Taxa de Juros Pré - Reais	196.812.785	6.773.307	4.514.583	231.741.021	9.269.271	8.932.246
Indexados em Índices de Preços e Juros	182.645	22.536	14.225	2.089.110	799.550	298.439
Moeda Estrangeira	117.040.455	1.292.203	4.764.609	91.837.446	2.775.313	3.205.330
Outros	4.132.420	145.252	3.405.253	25.632.603	26.763	237.822
Passivo	386.383.985	(15.643.645)	(17.578.445)	419.624.570	(14.994.039)	(16.194.023)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	79.780.798	(4.157.113)	(4.422.601)	321.402.883	(4.171.481)	(12.350.345)
Taxa de Juros Pré - Reais	210.607.382	(8.512.624)	(5.642.885)	48.874.762	(6.760.576)	(2.408.062)
Indexados em Índices de Preços e Juros	626.129	(166.138)	(87.692)	22.827.336	(28.407)	(1.142.945)
Moeda Estrangeira	91.303.383	(2.804.302)	(7.417.302)	887.129	(4.006.955)	(54.849)
Outros	4.066.293	(3.468)	(7.965)	25.632.461	(26.621)	(237.822)
Opções	1.076.620.925	(877.100)	(404.175)	1.130.172.099	(610.691)	(653.704)
Compromissos de Compra	531.340.968	2.243.354	1.509.352	564.829.758	1.225.532	1.548.530
Opções de Compra Moeda Estrangeira	10.629.479	440.097	214.722	9.898.179	271.464	382.237
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.474.015	122.896	124.163	4.094.316	140.280	187.123
Opções de Compra Outras	23.359.128	674.574	666.283	31.248.540	444.648	673.616
Mercado Interfinanceiro	21.269.115	608.913	644.503	28.499.055	444.446	673.202
Outras (2)	2.090.013	65.661	21.780	2.749.485	203	414
Opções de Venda Outras	492.878.346	1.005.787	504.184	519.588.723	369.140	305.553
Mercado Interfinanceiro	492.656.916	980.433	481.959	519.588.723	369.140	305.553
Outras (2)	221.430	25.354	22.225	-	-	-
Compromissos de Venda	545.279.957	(3.120.454)	(1.913.527)	565.342.341	(1.836.224)	(2.202.234)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	6.763.742	(292.212)	(163.446)	4.111.016	(170.553)	(152.348)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.885.700	(409.758)	(508.505)	4.017.161	(348.715)	(287.825)
Opções de Compra Outras	33.887.081	(1.590.130)	(829.386)	33.383.234	(719.460)	(872.335)
Mercado Interfinanceiro	24.424.072	(575.451)	(357.588)	31.730.928	(713.773)	(858.586)
Outras (2)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)	1.652.305	(5.687)	(13.749)
Opções de Venda Outras	495.743.434	(828.354)	(412.190)	523.830.930	(597.497)	(889.726)
Mercado Interfinanceiro	495.564.542	(804.467)	(392.287)	523.830.930	(597.497)	(889.726)
Outras (2)	178.892	(23.887)	(19.903)	-	-	-
Contratos de Futuros	224.273.874	-	-	287.984.278	-	-
Posição Comprada	200.395.819	-	-	148.237.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)	77.727.137	-	-	85.931.389	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	94.674.369	-	-	28.491.764	-	-
Moeda Estrangeira	27.444.003	-	-	33.797.350	-	-
Índice (3)	412.275	-	-	16.776	-	-
Treasury Bonds/Notes	138.035	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Posição Vendida	23.878.055	-	-	139.746.999	-	-
Cupom Cambial (DDI)	17.259.936	-	-	60.606.204	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	3.396.252	-	-	53.267.620	-	-
Moeda Estrangeira	1.327.928	-	-	25.678.296	-	-
Índice (3)	1.764.015	-	-	194.879	-	-
Treasury Bonds/Notes	129.924	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	142.207.037	1.394.796	933.389	174.435.332	2.836.843	(866.701)
Compromissos de Compra	88.742.561	2.292.188	7.339.187	96.509.221	5.345.415	12.892.381
Moedas	72.789.786	1.938.956	7.058.547	83.752.185	2.738.485	10.306.159
Outros	15.952.775	353.232	280.640	12.757.036	2.606.930	2.586.222
Compromissos de Venda	53.464.476	(897.392)	(6.405.798)	77.926.111	(2.508.572)	(13.759.082)
Moedas	52.121.080	(847.425)	(6.347.639)	71.611.500	(1.141.826)	(12.586.625)
Outros	1.343.396	(49.967)	(58.159)	6.314.611	(1.366.746)	(1.172.457)

	31/12/2022			Consolidado 31/12/2021		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	799.572.132	(3.785.377)	805.933	841.676.369	(1.804.602)	(897.350)
Ativo	408.428.342	11.858.268	12.675.000	422.001.798	13.189.437	7.641.355
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	85.500.232	3.624.970	5.069.441	66.837.268	318.541	(778.177)
Taxa de Juros Pré - Reais	196.812.785	6.773.307	3.962.714	235.605.371	9.269.271	6.412.471
Indexados em Índices de Preços e Juros	182.645	22.536	14.225	2.089.110	799.550	(234.488)
Moeda Estrangeira	117.040.455	1.292.203	4.764.609	91.837.446	2.775.313	2.003.728
Outros	8.892.225	145.252	(1.135.989)	25.632.603	26.763	237.822
Passivo	391.143.790	(15.643.645)	(11.869.067)	419.674.570	(14.994.039)	(8.538.705)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	79.780.798	(4.157.113)	(4.422.600)	321.402.883	(4.171.481)	(12.327.484)
Taxa de Juros Pré - Reais	210.607.382	(8.512.624)	(4.457.596)	48.874.762	(6.760.576)	2.467.425
Indexados em Índices de Preços e Juros	626.129	(166.138)	(87.692)	22.827.336	(28.407)	(728.677)
Moeda Estrangeira	91.303.383	(2.804.302)	(3.998.998)	937.129	(4.006.955)	2.287.852
Outros	8.826.098	(3.468)	1.097.819	25.632.461	(26.621)	(237.822)
Opções	1.114.888.547	(877.100)	(481.264)	1.130.172.099	(610.691)	(885.703)
Compromissos de Compra	564.623.093	2.243.354	1.419.279	564.829.758	1.225.532	1.370.541
Opções de Compra Moeda Estrangeira	10.629.479	440.097	214.722	9.898.179	271.464	382.237
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.474.015	122.896	124.163	4.094.316	140.280	187.123
Opções de Compra Outras	58.762.219	674.574	577.487	31.248.540	444.648	495.628
Mercado Interfinanceiro	56.672.206	608.913	555.707	28.499.055	444.446	495.214
Outras (2)	2.090.013	65.661	21.780	2.749.485	203	414
Opções de Venda Outras	490.757.380	1.005.787	502.907	519.588.723	369.140	305.553
Mercado Interfinanceiro	490.535.950	980.433	480.682	519.588.723	369.140	305.553
Outras (2)	221.430	25.354	22.225	-	-	-
Compromissos de Venda	550.265.454	(3.120.454)	(1.900.543)	565.342.341	(1.836.224)	(2.256.244)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	6.763.742	(292.212)	(165.919)	4.111.016	(170.553)	(152.348)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.885.700	(409.758)	(508.584)	4.017.161	(348.715)	(287.825)
Opções de Compra Outras	42.840.737	(1.590.130)	(821.508)	33.383.234	(719.460)	(872.335)

Notas Explicativas

Mercado Interfinanceiro	33.377.728	(575.451)	(349.710)	31.730.928	(713.773)	(858.586)
Outras (2)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)	1.652.305	(5.687)	(13.749)
Opções de Venda Outras	491.775.275	(828.354)	(404.532)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Mercado Interfinanceiro	491.596.383	(804.467)	(384.629)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Outras (2)	178.892	(23.887)	(19.903)	-	-	-
Contratos de Futuros	224.309.295	-	-	287.984.278	-	-
Posição Comprada	200.465.938	-	-	148.237.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)	77.727.137	-	-	85.931.389	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	94.674.369	-	-	28.491.764	-	-
Moeda Estrangeira	27.444.003	-	-	33.797.350	-	-
Índice (3)	482.394	-	-	16.776	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	138.035	-	-	-	-	-
Posição Vendida	23.843.357	-	-	139.746.999	-	-
Cupom Cambial (DDI)	17.259.936	-	-	60.606.204	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	3.337.596	-	-	53.267.620	-	-
Moeda Estrangeira	1.327.928	-	-	25.678.296	-	-
Índice (3)	1.787.973	-	-	194.879	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	129.924	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	142.207.037	1.394.796	932.491	174.435.332	2.836.843	(1.774.454)
Compromissos de Compra	88.742.561	2.292.188	7.021.301	96.509.221	5.345.415	12.077.828
Moedas	72.789.786	1.938.956	7.058.547	83.752.185	2.738.485	9.491.606
Outros	15.952.775	353.232	(37.246)	12.757.036	2.606.930	2.586.222
Compromissos de Venda	53.464.476	(897.392)	(6.088.810)	77.926.111	(2.508.572)	(13.852.282)
Moedas	52.121.080	(847.425)	(6.347.639)	71.611.500	(1.141.826)	(12.679.825)
Outros	1.343.396	(49.967)	258.829	6.314.611	(1.366.746)	(1.172.457)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

- (1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.
- (2) Inclui valores negociados na B3.
- (3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

Notas Explicativas

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada no passivo através de emissões de letras de crédito imobiliário (LCI). Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por emissão de Letra Imobiliária Garantida. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Notas Explicativas

31/12/2022								Banco
								31/12/2021
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	436.812	485.842	461.499	437.702	84.937	82.563	559.396	551.710
Hedge de Operações de Crédito	436.812	485.842	461.499	437.702	84.937	82.563	559.396	551.710
Contratos de Futuros	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454	46.351.128	41.430.054	45.202.938	41.437.967
Hedge de Operações de Crédito	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378
Hedge de Captações	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201	-	-	-	-
Hedge de Fluxo de Caixa	45.179.629	43.021.219	42.568.476	42.617.519	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.644
Contratos de Futuros	45.179.629	43.021.219	42.568.476	42.617.519	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.644
Hedge de Operações de Crédito	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	20.288.248	17.475.300	18.375.905	17.126.826	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781
Hedge de Captações	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000

31/12/2022								Consolidado
								31/12/2021
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	436.812	485.842	461.499	437.702	84.937	82.563	559.396	551.710
Hedge de Operações de Crédito	436.812	485.842	461.499	437.702	84.937	82.563	559.396	551.710
Contratos de Futuros	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454	46.351.128	41.430.054	45.202.938	41.437.967
Hedge de Operações de Crédito	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378
Hedge de Captações	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201	-	-	-	-
Hedge de Fluxo de Caixa	5.403.474	4.759.805	5.403.474	4.759.805	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350
Contratos de Swap	5.403.474	4.759.805	5.403.474	4.759.805	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350
Hedge de Captações	5.403.474	4.759.805	5.403.474	4.759.805	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350
Contratos de Futuros	45.179.629	43.021.219	42.568.476	42.617.519	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.644
Hedge de Operações de Crédito	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	20.288.248	17.475.300	18.375.905	17.126.826	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781
Hedge de Captações	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

Banco

Consolidado

Notas Explicativas

Estratégias	31/12/2022				31/12/2021			
	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Hedge de Risco de Mercado								
Contratos de Swap	-	437.702	437.702	84.767	-	-	437.702	84.767
Hedge de Operações de Crédito	-	437.702	437.702	84.767	-	-	437.702	84.767
Contratos de Futuros	1.277.231	24.743.223	26.020.454	41.437.967	-	1.277.231	24.743.223	41.437.967
Hedge de Operações de Crédito	-	11.451.502	11.451.502	2.850.589	-	-	11.451.502	2.850.589
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.277.231	2.694.520	3.971.751	38.587.378	-	1.277.231	2.694.520	38.587.378
Hedge de Captações	-	10.597.201	10.597.201	-	-	-	10.597.201	-
Hedge de Fluxo de Caixa								
Contratos de Swap	-	-	-	-	353.800	741.193	3.664.812	4.759.805
Hedge de Captações	-	-	-	-	353.800	741.193	3.664.812	4.759.805
Contratos de Futuros	620.296	41.997.223	42.617.519	110.932.644	-	620.296	41.997.223	110.932.644
Hedge de Operações de Crédito	-	14.039.535	14.039.535	28.542.862	-	-	14.039.535	28.542.862
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	620.296	16.506.530	17.126.826	71.320.781	-	620.296	16.506.530	71.320.781
Hedge de Captações	-	11.451.158	11.451.158	11.069.000	-	-	11.451.158	11.069.000

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$ 80.847 (31/12/2021 - R\$193.793) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$ 80.509 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

Notas Explicativas

	Banco/Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Risco Retido - <i>Swap</i> de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - <i>Swap</i> de Crédito	Risco Retido - <i>Swap</i> de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - <i>Swap</i> de Crédito
<i>Swap</i> de Créditos	3.725.358	-	3.984.392	-
Total	3.725.358	-	3.984.392	-

	31/12/2022		31/12/2021	
	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Futuros - Brutos				
Por Instrumento: CDS	3.725.358	3.725.358	3.984.392	3.984.392
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	3.725.358	3.725.358	3.984.392	3.984.392
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	3.725.358	3.725.358	3.984.392	3.984.392

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.623.247	28.481.618	18.269.122	31.305.549
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.694.357	1.015.470	3.291.246	3.751.223
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.900.510	4.551.507	10.904.676	7.725.538
Total	23.218.114	34.048.594	32.465.044	42.782.310

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

Notas Explicativas**8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito****a) Carteira de Créditos**

	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Operações de Crédito	343.372.638	317.359.419	411.414.378	383.479.674
Empréstimos e Títulos Descontados	219.131.829	209.544.801	222.068.396	211.026.403
Financiamentos	50.362.934	39.635.785	115.468.107	104.274.438
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	15.608.384	13.409.499	15.608.384	13.409.499
Financiamentos Imobiliários	58.269.491	54.769.334	58.269.491	54.769.334
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	2.920.719	2.695.952
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	6.019.522	6.380.642	6.019.522	6.380.642
Outros Créditos (2)	66.001.113	66.841.237	69.398.431	70.101.593
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 10.a.)	366.567	169.942	587.156	471.385
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido e Importações Financiadas (Nota 9)	125.214	131.244	125.214	131.244
Outros Créditos Diversos	65.509.332	66.540.051	68.686.061	69.498.964
Total	415.393.273	390.581.298	489.753.050	462.657.861

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 9.598.823 - (31/12/2021 - R\$13.255.965), sendo R\$1.395.670 em Carteira Ativa, gerando um resultado positivo de R\$134.280 (31/12/2021 - R\$195.649) e, R\$ 8.203.153 em Carteira de Prejuízo. Esses montantes referiam-se a operações, substancialmente, de empréstimos e títulos descontados, não tendo valores deste montante com empresa do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 32.647 - (31/12/2021 - R\$40.790).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

Notas Explicativas**b) Carteira de Créditos por Vencimento****b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**

	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Vencidas	10.010.890	8.046.212	11.365.501	9.111.771
A vencer:				
Até 3 meses	51.112.801	48.840.796	60.419.997	57.901.539
De 3 a 12 meses	80.033.981	73.115.136	103.396.133	95.338.039
Acima de 12 meses	202.214.966	187.357.275	239.153.466	223.824.277
Total	343.372.638	317.359.419	414.335.097	386.175.626

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Vencidas	379.244	558.326	471.443	740.219
A vencer:				
Até 3 meses	44.440.153	46.699.791	45.553.123	47.788.649
De 3 a 12 meses	22.097.675	21.271.124	23.894.467	22.939.799
Acima de 12 meses	5.103.563	4.692.638	5.498.920	5.013.568
Total	72.020.635	73.221.879	75.417.953	76.482.235

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Setor Privado	414.136.260	389.584.358	488.495.452	461.660.021
Indústria	77.071.821	66.175.356	78.400.599	67.326.360
Comércio	49.695.023	46.914.290	55.942.928	52.116.991
Instituições Financeiras	1.964.768	1.409.948	1.490.891	1.139.660
Serviços e Outros (1)	57.372.140	64.288.268	64.765.459	70.874.163
Pessoas Físicas	222.713.048	206.057.453	282.525.830	265.381.454
Cartão de Crédito	47.890.503	45.804.859	47.890.503	45.804.859
Crédito Imobiliário	56.263.363	52.992.797	56.263.363	52.992.797
Crédito Consignado	58.550.295	52.303.502	58.550.295	52.303.502
Financiamento e Leasing de Veículos	995.712	1.703.858	56.645.490	56.514.921
Outros (2)	59.013.175	53.252.437	63.176.179	57.765.375
Agricultura	5.319.460	4.739.043	5.369.745	4.821.393
Setor Público	1.257.013	996.940	1.257.598	997.840
Governo Estadual	88.423	331.735	88.423	331.735
Governo Municipal	1.168.590	665.205	1.169.175	666.105
Total	415.393.273	390.581.298	489.753.050	462.657.861

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

Notas Explicativas

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	31/12/2022		Banco/Consolidado 31/12/2021	
		Ativo	Provisão Requerida (1)	Ativo	Provisão Requerida (1)
AA	0,0%	5.990	-	9.132	-
A	0,5%	152.344	114	401.095	301
B	1,0%	62.462	94	276.818	415
C	3,0%	91.149	410	285.783	1.286
D	10,0%	82.236	1.234	165.099	2.476
E	30,0%	7.974	359	15.153	682
F	50,0%	4.398	330	19.682	1.476
G	70,0%	4.212	442	15.714	1.650
H	100,0%	285.143	8.487	120.077	18.011
Total		695.908	11.470	1.308.553	26.297

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo Inicial	23.373.567	21.835.445	27.131.294	25.067.489
Constituições Líquidas das Reversões	20.819.824	12.580.038	24.805.825	15.356.108
Baixas	(13.876.878)	(11.041.916)	(17.484.002)	(13.292.303)
Saldo Final	30.316.513	23.373.567	34.453.117	27.131.294
Créditos Recuperados	2.382.789	3.005.852	3.010.301	3.422.116

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Renegociados	32.020.885	20.005.822	36.922.114	23.634.268
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(16.382.264)	(10.100.946)	(18.050.001)	(11.120.588)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	51,2%	50,5%	48,9%	47,1%

g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	7.664.790	1,2%	6.767.732	1,4%
10 Maiores	45.301.948	7,1%	40.864.829	7,5%
20 Maiores	67.455.138	10,6%	60.535.018	11,2%
50 Maiores	106.339.412	16,7%	93.411.357	17,6%
100 Maiores	140.646.054	22,1%	124.364.929	23,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

Notas Explicativas

9. Carteira de Câmbio

Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	59.206.385	25.885.822
Câmbio Comprado a Liquidar	37.956.916	38.311.762
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(428.837)	(138.651)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	125.214	131.244
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	-	2.752
Total	96.859.678	64.192.929
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	70.558.496	34.822.053
Obrigações por Compra de Câmbio	26.956.254	29.117.239
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.019.522)	(6.380.642)
Outros	129	141
Total	91.495.357	57.558.791

Contas de Compensação

Créditos Abertos para Importação	1.192.865	2.433.568
Créditos de Exportação Confirmados	42.803	288.822

10. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco	
	31/12/2022	31/12/2021
	Total	Total
Carteira de Câmbio	96.859.678	64.192.929
Negociação e Intermediação de Valores	3.026.543	5.625.242
Relações Interfinanceiras	95.324.074	87.981.008
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	366.567	169.942
Total	195.576.862	157.969.121
Circulante	188.955.414	149.591.910
Não Circulante	6.621.448	8.377.211

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de Câmbio	96.859.678	64.192.929
Negociação e Intermediação de Valores	4.740.568	6.723.764
Relações Interfinanceiras	95.643.095	88.376.555
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	587.156	471.385
Total	197.830.497	159.764.633
Circulante	189.292.202	149.081.133
Não Circulante	8.538.295	10.683.500

Notas Explicativas**b) Negociação e Intermediação de Valores**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.041.678	1.521.217	2.355.283	1.897.317
Caixas de Registro e Liquidação	825	1.750	155.875	3.170
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	44.359	39.216	208.731	718.223
Bolsas - Depósitos em Garantia	788.772	3.095.211	794.071	3.099.913
Outros (1)	1.150.909	967.848	1.226.608	1.005.141
Total	3.026.543	5.625.242	4.740.568	6.723.764
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	184.518	2.940.343	604.413	3.247.435
Credores - Conta Liquidações Pendentes	8.891	6.717	456.675	150.476
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	262.299	448.390
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	10.027	332.350
Comissões e Corretagens a Pagar	3.150	2.766	5.006	3.685
Outros	-	-	4.338	327
Total	196.559	2.949.826	1.342.758	4.182.663

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

Notas Explicativas

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	36.197.741	33.173.550	41.433.846
Imposto de Renda a Recuperar	-	-	123
Impostos e Contribuições a Compensar	6.950.948	3.947.012	7.814.911
Total	43.148.689	37.120.562	49.248.880
Circulante	1.665.246	1.353.477	2.058.938
Não Circulante	41.483.443	35.767.085	47.189.942

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco	
	31/12/2022	31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Saldo em 31/12/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	41.051.027	32.151.456	14.468.155	8.974.835	(4.970.028)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.046.138	4.323.509	1.945.580	627.163	(1.201.981)
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.071.755	3.689.060	1.623.796	334.876	(142.681)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.705.662	5.587.123	2.514.206	966.898	(913.555)
Ágio	104.996	109.248	49.162	-	(1.913)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.109.331	8.081.267	1.562.878	4.863.147	(5.455.520)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.852.868	8.727.582	2.124.709	763.523	(1.055.905)
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	807.816	1.769.948	796.476	131.517	(564.477)
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.371.650	1.226.774	529.182	861.087	(807.690)
Outras Provisões Temporárias (3)	6.586.452	6.935.677	3.022.850	1.916.503	(2.053.075)
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	70.707.695	72.601.644	28.636.994	19.439.549	(17.166.825)
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.991.403	10.144.740	4.536.556	751.467	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	82.699.098	82.746.384	33.173.550	20.191.016	(17.166.825)

Notas Explicativas

	Origens					Banco
	31/12/2022	31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	46.424.164	38.547.733	17.036.391	10.539.173	(6.918.849)	20.656.715
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.269.192	4.590.834	2.046.045	697.887	(1.284.328)	1.459.604
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	6.537.257	6.028.067	2.537.729	414.670	(165.247)	2.787.152
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	6.061.942	5.972.720	2.655.871	1.055.501	(1.009.241)	2.702.131
Ágio	104.996	109.248	49.162	-	(1.914)	47.248
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.907.702	8.196.778	1.609.048	5.488.148	(5.455.597)	1.641.599
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	4.671.260	10.748.333	2.471.319	939.116	(1.233.889)	2.176.546
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	813.783	1.793.709	804.555	133.178	(572.187)	365.546
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.655.350	1.432.705	599.768	963.861	(884.521)	679.108
Outras Provisões Temporárias (3)	7.889.600	7.602.125	3.392.198	2.333.231	(2.328.269)	3.397.160
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	83.335.246	85.022.252	33.202.086	22.564.765	(19.854.042)	35.912.809
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.193.732	10.295.706	4.755.984	798.776	(33.723)	5.521.037
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	95.528.978	95.317.958	37.958.070	23.363.541	(19.887.765)	41.433.846

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 31 de dezembro de 2022, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 100.042 (31/12/2021 – R\$90.574) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano				Banco	
				31/12/2022	
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrados
2023	5.811.374	4.681.220	74.048	17.886	10.584.528
2024	4.940.114	3.972.781	74.048	8.292	8.995.235
2025	4.861.857	3.910.174	74.048	820.055	9.666.134
2026	681.915	545.521	74.048	-	1.301.484
2027	318.143	254.503	74.048	-	646.694
2028 a 2032	312.153	249.723	-	4.441.790	5.003.666
Total	16.925.556	13.613.922	370.240	5.288.023	36.197.741

Notas Explicativas

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Consolidado
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	31/12/2022
					Total Registrados
2023	7.116.152	5.463.476	95.292	94.081	12.769.001
2024	5.647.568	4.393.571	95.292	110.376	10.246.807
2025	5.517.241	4.302.457	95.292	850.688	10.765.678
2026	871.107	649.861	95.163	5.097	1.621.228
2027	554.979	336.868	95.163	4.029	991.039
2028 a 2032	324.344	258.983	-	4.456.766	5.040.093
Total	20.031.391	15.405.216	476.202	5.521.037	41.433.846

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$30.133.710 (31/12/2021 - R\$31.575.967) no Banco e R\$34.736.464 (31/12/2021 - R\$36.110.693) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Fiscais Diferidos	3.332.472	2.030.169	4.882.782	2.708.477
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	276.153	174.588	1.400.466	1.339.495
Impostos e Contribuições a Pagar	708.051	765.882	1.039.278	1.034.873
Total	4.316.676	2.970.639	7.322.526	5.082.845
Circulante	944.975	940.470	2.399.755	2.374.368
Não Circulante	3.371.701	2.030.169	4.922.771	2.708.477

Notas Explicativas

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Banco
	31/12/2022	31/12/2021				Saldo em 31/12/2022
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.032.922	638.141	155.353	10.618.581	(8.380.403)	2.393.531
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.731.899	7.259.029	1.767.194	287.868	(1.227.944)	827.118
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.335	21.438	5.360	-	(26)	5.334
Outros	237.053	227.660	102.262	4.227	-	106.489
Total	7.023.209	8.146.268	2.030.169	10.910.676	(9.608.373)	3.332.472

	Origens		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021				Saldo em 31/12/2022
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	7.119.023	1.630.907	383.698	11.268.359	(8.485.665)	3.166.392
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	2.335.569	7.646.179	1.788.454	601.161	(1.288.030)	1.101.585
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.610.971	1.343.391	335.784	104.534	(37.575)	402.743
Outros	503.655	476.538	200.541	20.271	(8.750)	212.062
Total	11.569.218	11.097.015	2.708.477	11.994.325	(9.820.020)	4.882.782

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Notas Explicativas

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

				Banco
				31/12/2022
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2023	330.603	263.041	62.913	656.557
2024	330.603	263.041	62.913	656.557
2025	330.603	263.041	62.913	656.557
2026	328.825	263.041	62.913	654.779
2027	328.825	263.041	62.913	654.779
2028 a 2032	29.631	23.612	-	53.243
Até 2033	-	-	-	-
Total	1.679.090	1.338.817	314.565	3.332.472

				Consolidado
				31/12/2022
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2023	660.753	334.146	85.107	1.080.006
2024	673.104	338.593	85.107	1.096.804
2025	492.979	334.146	85.107	912.232
2026	464.042	318.435	83.309	865.786
2027	464.042	318.435	83.309	865.786
2028 a 2032	36.039	26.129	-	62.168
Até 2033	-	-	-	-
Total	2.790.959	1.669.884	421.939	4.882.782

Notas Explicativas

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	12.888.608	21.216.882	17.297.797	23.671.563
Participações no Lucro (1)	(1.938.115)	(1.860.596)	(2.222.015)	(2.059.673)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(142)
Resultado antes dos Impostos	10.950.493	19.356.286	15.075.606	21.611.748
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	(4.927.722)	(9.678.143)	(6.825.273)	(10.805.874)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	2.689.799	1.838.324	(6.889)	34.697
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	814.609	(221.023)	1.171.504	(230.261)
Juros sobre o Capital Próprio	2.359.306	1.810.797	2.404.610	1.854.422
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	-	768.902	-	768.902
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	691.037	264.650	302.404	264.191
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (3)	-	553.901	716.350	1.196.504
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(218.997)	301.814	(88.943)	414.194
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.408.032	(4.360.778)	(2.326.237)	(6.503.225)
Impostos Correntes	(106.875)	(2.161.881)	(3.268.848)	(4.653.737)
Imposto de renda e contribuição social do período	(106.875)	(2.161.881)	(3.268.848)	(4.653.737)
Impostos Diferidos	763.439	(1.328.439)	169.063	(895.292)
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	763.439	(1.328.439)	169.063	(895.292)
Movimentação do Período:	-	(870.458)	20.545	(953.457)
Base Negativa de Contribuição Social	-	(375.801)	29.297	(380.409)
Prejuízo Fiscal	-	(494.657)	(8.752)	(573.048)
Constituição no período sobre:	751.468	-	753.003	(739)
Base Negativa de Contribuição Social	369.333	-	370.039	(284)
Prejuízo Fiscal	382.135	-	382.964	(455)
Total dos impostos diferidos	1.514.907	(2.198.897)	942.611	(1.849.488)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.408.032	(4.360.778)	(2.326.237)	(6.503.225)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Em 2021, a Lei nº 14.183/2021 majorou a alíquota das empresas financeiras de 15% para 20% e dos Bancos de 20% para 25% de julho a dezembro de 2021. Em 2022, a CSLL foi majorada de 15% para 16% para empresas Financeiras e de 20% para 21% de agosto a dezembro de 2022, de acordo com a Lei 14.446/22. No Consolidado consideramos as diferenças de alíquotas de CSLL de 9% (empresas não financeiras), 16% (empresas Financeiras) e 21% (Bancos). Além dos eventos recorrentes demonstrados nessa linha, também foram reconhecidos os valores relativos do julgamento do Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic de repetição de indébito tributário.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial foi integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal ainda distinto para os tributos PIS e COFINS, de tais diferenças cambiais, resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos de renda e contribuição social". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Notas Explicativas

Em Reais Milhões	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo	(2.644)	3.862
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	2.773	(6.374)
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS	(129)	275
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS	-	2.237

e) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 30/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Despesa com Cofins	2.171.376	2.101.852	3.098.441	2.867.884
Despesa com ISS	621.822	639.152	812.849	825.008
Despesa com PIS	352.849	341.551	546.630	488.354
Outras	390.810	289.077	554.202	349.781
Total	3.536.857	3.371.632	5.012.122	4.531.027

12. Outros Ativos

	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Títulos e Créditos a Receber				
Cartões de Crédito	38.799.284	38.697.565	38.799.284	38.697.565
Direitos Creditórios (1)	26.052.723	27.228.813	31.761.056	31.770.716
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.416.291	5.481.136	7.284.567	7.258.166
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.643.491	1.648.343	1.760.965	1.752.187
Outros - Cíveis	723.830	1.096.701	903.062	1.286.274
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 20.f.)	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	133.949	178.077	149.153	192.562
Adiantamentos Salariais/Outros	87.632	199.212	1.909.304	856.579
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29.a.)	235.377	231.100	292.770	287.809
Devedores por Compra de Valores e Bens	525.978	551.756	646.886	602.780
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	29.862	38.827	256.384	242.217
Rendas a Receber	2.934.909	3.077.494	2.608.540	3.110.771
Outros Valores e Bens	1.774.655	1.361.411	1.990.836	1.552.099
Outros (2)	5.435.171	2.081.481	7.382.926	2.755.980
Total	83.793.648	81.872.412	95.746.229	90.366.201
Circulante	69.993.173	67.383.339	79.362.666	73.005.988
Não Circulante	13.800.475	14.489.073	16.383.563	17.360.213

- (1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
- (2) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui, principalmente, saldos em aberto dos Fundos de Direito Creditórios (FIDC) estes relacionados na nota explicativa Escopo de Consolidação (nota 14).

Notas Explicativas

13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Subsidiária:

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman(1)			Agência de Luxemburgo(1)		
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado do Período	677.586	1.713.577	2.206.018	692.699	1.027.299	715.212

(1) A moeda funcional é o Real.

14. Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2022	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	31.857	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%

Notas Explicativas

as Explicativas

	Prestação de Serviços de Meios				
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Digitais	30.988	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	575.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
	Prestação de Serviços de				
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
	Prestação de Serviços de Call				
SX Negócios Ltda.	Center	75.050	-	100,00%	100,00%
	Prestação de Serviços				
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados LTDA		192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	105	-	50,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	80,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.726	-	0,00%	63,00%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	14,78%
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	76,55%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Monetus Investimentos S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.					
Mob Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	20	-	0,00%	100,00%
Controlada da Monetus Investimentos S.A.					
Mobills Corretora De Seguros Ltda.	Corretora	510	-	0,00%	100,00%

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2022	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Investimentos		Ramo de Atividade			
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56%	15,56%
CIP S.A.	Outras	9.114	-	17,87%	17,87%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	425.126.827	-	0,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%

Notas Explicativas

PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros)	Corretora de Seguros	450	-	0,00%	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	1.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
 - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
 - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
 - Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
 - Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
 - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
 - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
 - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
 - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
 - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado;
 - Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (5);
 - Verbenha FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (6);
 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet (7);
 - Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (8); e
 - San Créditos Estruturados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (8).
- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa que adquiriu determinadas operações de crédito do Banco Santander (vencidas a mais de 360 dias) e controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.
- (5) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.
- (6) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021, controlado pelo Banco Santander, que detém 100% das cotas deste fundo.
- (7) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.
- (8) Estes fundos passaram a ser consolidados em novembro de 2022 e são controlados através da Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A., detém 100% das cotas destes fundos.

Notas Explicativas

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	11.664.349	568.024	11.664.349	11.172.028	568.024	323.537
Banco Bandepe S.A.	-	-	-	-	-	36.530
Santander Brasil EFC	-	-	-	-	-	(35.574)
Santander Corretora de Seguros	5.999.700	1.413.020	6.008.296	4.609.417	1.418.050	1.048.878
Getnet S.A.	-	-	-	-	-	56.220
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (1)	-	202.266	-	2.690.379	202.266	116.249
Aymoré CFI	43.647.927	1.760.953	43.647.927	2.305.203	1.760.954	1.012.268
Sancap	1.203.326	631.867	1.203.326	992.882	630.564	248.077
Santander CCVM	925.558	124.907	925.557	807.096	124.907	85.023
Banco RCI Brasil S.A.	1.426.353	211.111	568.985	608.156	84.214	62.812
Santander Brasil Consórcio	1.449.725	435.745	1.449.725	1.013.980	435.745	336.785
CIP S.A.	2.280.028	283.194	407.441	-	50.606	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	6.457.613	69.685	6.457.613	-	48.546	-
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	264.141	4.695	264.141	-	(2.886)	-
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados LTDA	196.749	7.198	196.749	-	7.198	-
Esfera Fidelidade S.A.	1.332.438	619.011	1.332.438	719.417	619.011	266.370
Outros	1.398.612	(7.619)	1.169.883	1.040.358	30.132	119.472
Total	78.246.519	6.324.057	75.296.430	25.958.916	5.977.331	3.676.647

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	954.772	60.800	181.216	169.676	11.540	45.752
Gestora de Crédito	307.950	(66.823)	61.590	13.522	(13.365)	(14.419)
Webmotors S.A.	309.516	74.407	216.662	189.317	52.085	45.816
EBP	6.710	390	745	1.258	43	(15)
Solution 4Fleet	-	-	-	11.603	-	(2.142)
Santander Auto	61.556	25.088	30.778	21.262	12.544	6.115
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.508	(12)	1.254	1.260	(6)	216
PSA Corretora	1.081	2.041	540	540	1.021	48
CIP S.A.	2.280.028	283.194	407.441	-	50.607	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	212.814	2.482	42.563	-	496	-
Outras	-	-	-	255	-	(11.975)
Total	4.136.935	381.567	942.789	408.693	114.965	69.396

(1) Cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança"), vide nota explicativa nº31.

Notas Explicativas

15. Imobilizado de Uso

			31/12/2022	Banco 31/12/2021
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.425.172	(951.895)	1.473.277	1.546.882
Terrenos	629.138	-	629.138	640.772
Edificações	1.796.034	(951.895)	844.139	906.110
Outras Imobilizações de Uso	13.604.298	(9.365.300)	4.238.998	4.519.804
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.747.634	(3.848.098)	1.899.536	1.982.893
Sistemas de Processamento de Dados	2.537.400	(1.703.794)	833.606	927.367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.330.347	(3.187.311)	1.143.036	1.271.430
Sistemas de Segurança e Comunicações	919.358	(600.926)	318.432	282.965
Outras	69.559	(25.171)	44.388	55.149
Total	16.029.470	(10.317.195)	5.712.275	6.066.686

			31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.711.940	(1.023.637)	1.688.303	1.774.302
Terrenos	698.906	-	698.906	712.200
Edificações	2.013.034	(1.023.637)	989.397	1.062.102
Outras Imobilizações de Uso	13.923.997	(9.497.247)	4.426.750	4.610.046
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.824.735	(3.880.750)	1.943.985	1.983.785
Sistemas de Processamento de Dados	2.635.567	(1.718.489)	917.078	951.003
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.450.016	(3.268.340)	1.181.676	1.316.232
Sistemas de Segurança e Comunicações	923.401	(604.374)	319.027	283.684
Outras	90.278	(25.294)	64.984	75.342
Total	16.635.937	(10.520.884)	6.115.053	6.384.348

16. Intangível

			31/12/2022	Banco 31/12/2021
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(26.717.730)	502.785	702.497
Outros Ativos Intangíveis	12.311.516	(6.499.159)	5.812.357	4.568.941
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	7.856.265	(4.513.702)	3.342.563	2.711.778
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.281.871	(1.853.385)	2.428.486	1.792.934
Outros	173.380	(132.072)	41.308	64.229
Total	39.532.031	(33.216.889)	6.315.142	5.271.438

			31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.292.002	(27.036.037)	1.255.965	1.434.721
Outros Ativos Intangíveis	12.810.585	(6.774.410)	6.036.176	4.687.979
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	8.333.226	(4.757.051)	3.576.175	2.845.136
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.281.872	(1.853.385)	2.428.487	1.792.935
Outros	195.488	(163.974)	31.514	49.908
Total	41.102.587	(33.810.447)	7.292.141	6.122.700

(*) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve impairment.

Notas Explicativas

17. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	31/12/2022				Banco 31/12/2021	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	95.814.154	102.763.606	100.809.203	122.526.177	421.913.140	406.882.409
Depósitos à Vista	35.548.256	-	-	-	35.548.256	40.776.429
Depósitos de Poupança	60.204.483	-	-	-	60.204.483	65.220.066
Depósitos Interfinanceiros	-	2.247.316	3.322.210	230.841	5.800.367	5.621.237
Depósitos a Prazo (1)	61.415	100.516.290	97.486.993	122.295.336	320.360.034	295.264.677
Captações no Mercado Aberto	-	21.053.999	2.735.011	93.179.916	116.968.926	100.870.087
Carteira Própria	-	17.850.738	87.949	41.603.586	59.542.273	75.114.059
Títulos Públicos	-	510.939	53.816	41.597.960	42.162.715	61.635.928
Outros	-	17.339.799	34.133	5.626	17.379.558	13.478.131
Carteira de Terceiros	-	-	-	31.905.978	31.905.978	6.859.710
Carteira de Livre Movimentação	-	3.203.261	2.647.062	19.670.352	25.520.675	18.896.318
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	14.971.170	40.218.240	92.686.125	147.875.535	115.842.979
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	10.857.263	34.250.912	55.336.557	100.444.732	73.517.897
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	4.217.733	7.394.352	22.527.080	34.139.165	28.924.170
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.251.634	12.492.241	6.301.445	24.045.320	16.989.434
Letras Financeiras - LF (3)	-	1.386.702	14.364.319	17.962.027	33.713.048	25.074.264
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.194	-	8.546.005	8.547.199	2.530.030
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.861.139	4.662.390	32.075.615	40.599.144	38.427.171
Certificados de Operações Estruturadas	-	252.768	1.304.938	5.273.953	6.831.659	3.897.911
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	29.973.488	38.394.664	13.277.406	81.645.558	91.581.834
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	28.639.557	34.892.324	4.143.215	67.675.096	79.728.750
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	12.117.778	18.581.223	1.940.214	32.639.215	50.769.169
Outras Linhas de Crédito	-	16.521.779	16.311.101	2.203.001	35.035.881	28.959.581
Obrigações por Repasses do País	-	1.333.931	3.502.340	9.134.191	13.970.462	11.853.084
Total	95.814.154	168.762.263	182.157.118	321.669.624	768.403.159	715.177.309
Circulante	95.814.154	168.762.263	182.157.118	-	446.733.535	496.745.355
Não Circulante	-	-	-	321.669.624	321.669.624	218.431.954

Notas Explicativas

					31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	95.711.018	102.412.483	100.234.409	122.570.919	420.928.829	403.639.687
Depósitos à Vista	35.336.874	-	-	-	35.336.874	40.454.250
Depósitos de Poupança	60.204.483	-	-	-	60.204.483	65.220.066
Depósitos Interfinanceiros	-	1.555.593	2.744.484	275.488	4.575.565	4.723.077
Depósitos a Prazo (1)	61.415	100.856.890	97.489.925	122.295.431	320.703.661	293.242.294
Outros Depósitos	108.246	-	-	-	108.246	-
Captações no Mercado Aberto	-	20.814.653	2.681.195	86.265.076	109.760.924	95.648.600
Carteira Própria	-	17.611.392	34.133	38.676.000	56.321.525	71.192.568
Títulos Públicos	-	271.118	-	38.670.374	38.941.492	57.714.437
Outros	-	17.339.799	34.133	5.626	17.379.558	13.478.131
Carteira de Terceiros	-	-	-	27.918.724	27.918.724	5.559.714
Carteira de Livre Movimentação	-	3.203.261	2.647.062	19.670.352	25.520.675	18.896.318
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	16.408.519	39.523.634	71.476.933	127.409.086	95.380.860
Recursos de Aceites Cambiais	-	80.600	150.461	978.621	1.209.682	1.361.443
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	11.505.308	34.992.606	58.361.704	104.859.618	77.169.438
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	4.217.733	7.394.352	22.527.080	34.139.165	28.924.170
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.251.633	12.492.241	6.301.445	24.045.319	16.989.434
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.034.748	15.106.013	20.987.174	38.127.935	28.725.804
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.194	-	8.546.005	8.547.199	2.530.030
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	4.569.843	3.075.629	6.862.654	14.508.126	12.952.068
Certificados de Operações Estruturadas	-	252.768	1.304.938	5.273.954	6.831.660	3.897.911
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	30.049.052	38.394.664	13.277.406	81.721.122	91.586.750
Obrigações por Empréstimos no País	-	75.564	-	-	75.564	4.916
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	28.639.557	34.892.324	4.143.215	67.675.096	79.728.750
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	12.117.778	18.581.223	1.940.214	32.639.215	50.769.169
Outras Linhas de Crédito	-	16.521.779	16.311.101	2.203.001	35.035.881	28.959.581
Obrigações por Repasses do País	-	1.333.931	3.502.340	9.134.191	13.970.462	11.853.084
Total	95.711.018	169.684.707	180.833.902	293.590.334	739.819.961	686.255.897
Circulante	95.711.018	169.684.707	180.833.902	-	446.229.627	486.234.899
Não Circulante	-	-	-	293.590.334	293.590.334	200.020.998

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2022 possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2028.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2022 possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2032.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2035 (31/12/2021 - com prazo de vencimento entre 2022 e 2035).

Notas Explicativas

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2023 (31/12/2021 - até o ano de 2024) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 1,09% a 6,45% a.a. (31/12/2021 - de 0,33% a.a. a 4,75% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
			Total	Total	Total	Total
2018	2025	4,4%	221.113	336.367	-	306.253
2019	2027	Até 6,4% + CDI	1.829.032	5.067.541	32.204	1.189.699
2020	2027	Até 9% + CDI	1.508.500	16.243.390	90.068	3.363.551
2021	2031	Até 9% + CDI	17.519.679	16.779.872	6.306.335	8.092.563
2022	2035	Até 9% + CDI	19.520.820	-	8.079.519	-
Total			40.599.144	38.427.171	14.508.126	12.952.068

c) Abertura de contas de resultado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Depósitos a Prazo (1) (2)	25.003.223	12.363.768	21.619.497	12.221.164
Depósitos de Poupança	4.513.237	2.059.346	4.513.237	2.059.346
Depósitos Interfinanceiros	551.284	216.372	428.845	266.846
Captação no Mercado Aberto	12.745.181	5.472.444	12.106.850	5.269.305
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	5.626	275.320	190.736
Outras (3)	12.388.906	14.433.171	13.071.934	14.627.630
Total	55.201.831	34.550.727	52.015.683	34.635.027

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$ 863.395 (2021 - R\$ 885.718), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 18.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 5.414.167 no Banco e no Consolidado (2021 - despesa de variação cambial no valor de R\$ 1.528.068 no Banco e no Consolidado).

(3) Em 31 de dezembro de 2022 inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 1.089.010 no Banco e no Consolidado (2021 - Despesa de variação cambial no valor de R\$ 9.161.115).

Notas Explicativas

18. Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	31/12/2022	Banco 31/12/2021
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	91.495.357	57.558.791
Negociação e Intermediação de Valores	196.559	2.949.826
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.641.408
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	165.518	196.811
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.107.598	5.442.814
Total	117.502.650	85.789.650

Circulante	99.934.908	59.452.245
Não Circulante	17.567.742	26.337.405

	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	91.495.357	57.558.791
Negociação e Intermediação de Valores (1)	1.342.758	4.182.663
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.641.408
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	200.971	248.306
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.107.600	5.442.814
Total	118.684.304	87.073.982

Circulante	99.304.698	59.428.751
Não Circulante	19.379.606	27.645.231

(1) No exercício de 2021, devido a melhores condições de liquidez observadas no mercado das operações de comercialização de energia elétrica para determinados vencimentos, a administração reclassificou os contratos com vencimento até 2 anos de nível 3 para nível 2 (nota 32.g) e revisitou o tratamento contábil em relação aos contratos de comercialização de energia elétrica, que deixam de incluir o valor do "principal" e, desta forma, apenas os ajustes a valor justo e juros apurados nessas operações passam a ser registrados em contas patrimoniais.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.591.740	7.050.080
Notes - Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	6.580.937	7.038.527
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	6.133.677	5.351.046
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	231.264	201.755
Total					19.537.618	19.641.408

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Notas Explicativas

19. Outros Passivos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.271.215	3.747.397
Obrigações com Cartões de Crédito	40.274.848	40.390.304	40.544.183	40.674.867
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	4.141.393	4.312.234	6.722.249	6.748.684
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	4.257.374	5.033.675	4.594.202	5.325.716
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	413.438	324.728	413.438	324.728
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	1.752.607	2.699.902	1.775.202	2.728.125
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.995	22.307	4.995	22.307
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.f)	496	496	496	496
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.901.611	1.794.489	2.265.757	2.077.434
Despesas Administrativas	239.761	254.802	516.502	393.089
Outros Pagamentos	66.564	84.847	192.212	223.968
Credores por Recursos a Liberar	996.143	1.485.921	996.143	1.485.921
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	612.844	619.570	612.844	619.570
Fornecedores	588.811	777.377	1.000.553	1.318.328
Sociais e Estatutárias	850.219	1.149.828	1.062.494	1.468.031
Obrigações com Operações TVM Exterior	3.775.387	4.033.863	3.775.387	4.033.863
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.949.710	2.015.370
Outras (1)	4.478.017	2.534.892	8.719.931	6.729.058
Total	64.354.508	65.519.235	79.417.513	79.936.952
Circulante	30.260.094	10.218.257	36.571.840	16.164.475
Não Circulante	34.094.414	55.300.978	42.845.673	63.772.477

(1) Inclui impactos da variação cambial referentes a Notes.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022		31/12/2021	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	2.156.115	27.835	6.244.755	28.506
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	6.454.815	7.369	6.796.175	4.198
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.965.704	1.448	1.698.518	2.442
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	12.188.938	308.422	11.823.964	243.235
Outros Avais	93.919	1.774	376.784	1.897
Outras Fianças Bancárias	23.192.067	60.752	19.525.773	36.489
Outras Garantias Financeiras Prestadas	267.886	5.837	88.388	7.960
Total	46.319.444	413.437	46.554.357	324.727

Notas Explicativas

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado
	01/01 a 31/12/2022
	01/01 a 31/12/2021
Saldo Inicial	324.728
Constituição	93.304
Reversão (1)	(4.595)
Saldo	413.437

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	4.141.393	4.312.234
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19)	4.257.374	5.033.675
Ações Trabalhistas	1.532.949	1.941.169
Ações Cíveis	2.724.425	3.092.506
Total	8.398.767	9.345.909

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco
	01/01 a 31/12/2022
	01/01 a 31/12/2021
	Fiscais
	Trabalhistas
	Cíveis
Saldo Inicial	4.312.234
Constituição Líquida de Reversão (1)	144.787
Atualização Monetária	198.085
Baixas por Pagamento	(513.713)
Saldo Final (3)	4.141.393
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.473.382
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.904
Total dos Depósitos em Garantia (2)	1.476.286

	Consolidado
	01/01 a 31/12/2022
	01/01 a 31/12/2021
	Fiscais
	Trabalhistas
	Cíveis
Saldo Inicial	6.748.684
Constituição Líquida de Reversão (1)	165.120
Atualização Monetária	350.668
Baixas por Pagamento	(542.223)
Saldo Final (3)	6.722.249
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.812.055
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.003
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.816.058

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) Os saldos finais são compostos por R\$ 4.141.393, R\$ 5.910.093, R\$ 3.015.365 de provisão no Banco e R\$ 6.722.249, R\$ 6.281.983, R\$ 3.253.660 no consolidado e de R\$ 0, R\$ 4.377.144, R\$ 290.939 de conta redutora no Banco e R\$ 0, R\$ 4.570.837, R\$ 370.604 no consolidado registrados pagamentos parciais de processos não encerrados de natureza fiscal, trabalhista e cível respectivamente.

Notas Explicativas

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e COFINS - R\$ 1.983.243 no Banco e R\$ 4.233.700 no Consolidado (31/12/2021 - R\$1.973.373 no Banco e R\$4.090.025 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.016.253 (31/12/2021 - R\$945.715) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 130.164 no Banco e R\$ 133.593 no Consolidado (31/12/2021 - R\$53.936 no Banco e R\$53.936 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 288.660 Banco e R\$ 319.020 no Consolidado (31/12/2021 - R\$256.770 no Banco e R\$283.528 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada,

Notas Explicativas

sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 e 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro correspondente de cada representado e a AFABESP interpôs recurso que foi negado provimento, motivo pelo qual a decisão transitou em julgado.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença, razão pela qual já foram distribuídas aproximadamente 4,5 mil ações de cumprimento individual da sentença coletiva.

Em 31 de dezembro de 2022 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão

Notas Explicativas

monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 31.522 milhões no Consolidado (31/12/2021 - R\$29.726 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 8.329 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 4.716 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 5.323 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.548 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.670 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.157 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris,

Notas Explicativas

referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 699 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 522 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os rendimentos derivados da prestação de serviços realizados por empresa no exterior, por não comportarem transferência de tecnologia, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando a dupla tributação – TDTs. Em julho de 2013, foi concedida a tutela antecipada para suspensão da exigibilidade dos valores, e por conseguinte, sobreveio a sentença procedente. Atualmente, o processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 692 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$315 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos foram julgados improcedentes, motivo pelo qual foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário, ambos, pendentes de admissibilidade. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é provisionado tendo em vista que não há lista de representados devidamente homologada nos autos, bem como a execução permanece suspensa.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.488 milhões no Consolidado, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou uma nova liquidação de sentença.

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

f) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza cíveis, no montante de R\$496 (31/12/2021 – R\$496) no Banco e no Consolidado, sem ações de naturezas fiscais e trabalhistas, registrados em outros passivos (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos (Nota 12).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até

Notas Explicativas

9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de R\$57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para R\$55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

			Em Milhares de Ações		
			31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
De Domiciliados no País	120.850	146.392	267.242	109.718	135.345
De Domiciliados no Exterior	3.697.845	3.533.444	7.231.289	3.708.977	3.544.491
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836
(-) Ações em Tesouraria	(31.162)	(31.162)	(62.324)	(15.755)	(15.755)
Total em Circulação	3.787.533	3.648.674	7.436.207	3.802.940	3.664.081

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

		31/12/2022					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(6)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59	388,68
Dividendos (4)(6)	820.000	105,02	115,53	220,55	105,02	115,53	220,55
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	880.000	112,71	123,98	236,69	95,80	105,38	201,19
Total	8.100.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2022, pagos no dia 06 de setembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de outubro de 2022, pagos no dia 22 de novembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

(6) Serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

		31/12/2021		
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units		
		Bruto		Líquido

Notas Explicativas

		Ordinárias	Preferenciais	Unit		Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26		382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	3.400.000	434,04	477,45	911,49		368,94	405,83	774,77
Dividendos (3)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26		382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	249.000	31,79	34,97	66,75		27,02	29,72	56,74
Total	9.649.000							

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, pagos no dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de junho de 2022, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2022, o Banco Santander possuía 345.962.035 ações ordinárias e 373.766.448 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de	
	Ações	
	31/12/2022	31/12/2021
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	15.755	18.829

Notas Explicativas

Aquisições de Ações		20.297		91
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(4.891)		(3.165)
Ações em Tesouraria no Final do Período		31.161		15.755
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	1.217.545	R\$	711.268
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771	R\$	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	1.219.316	R\$	713.039

Custo/Cotação da Ação		Units		Units
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55	R\$	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,73	R\$	33,86
Custo Máximo (*)	R\$	49,55	R\$	49,55
Cotação da Ação	R\$	28,19	R\$	29,98

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Banco RCI Brasil S.A.	857.368	916.393	126.897	94.649
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	218.808	177.880	41.107	15.905
Banco PSA	130.404	129.975	12.960	13.375
Rojo Entretenimento S.A.	7.692	6.939	528	(147)
GIRA	(73)	3.109	(3.182)	1.569
Toro CTVM	115.671	22.948	2.694	(4.402)
Toro Investimentos	18.538	-	(148)	-
Solution 4Fleet	1.648	-	(1.024)	-
Apê11	3.263	-	(478)	-
Total	1.353.319	1.257.244	179.354	120.949

22. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 25 de março de 2022 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2022, no montante de até R\$504.550, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Remuneração Fixa	117.630	97.780
Remuneração variável - Em espécie	117.877	115.723
Remuneração variável - Em ações	87.702	94.607
Outras	61.871	68.599
Total Benefícios de Curto Prazo	385.080	376.709
Remuneração variável - Em espécie	95.398	101.837
Remuneração variável - Em ações	99.827	109.918
Total Benefícios de Longo Prazo	195.225	211.755
Total	580.305	588.464

Notas Explicativas

Adicionalmente, em 2022 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 37.635 (2021 - R\$ 32.719).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 31/12/2022
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	342.918	9,0%	370.723	10,1%	713.641	9,5%

						Em Milhares de Ações 31/12/2021
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.376	9,9%
Total em Circulação	3.802.940	99,6%	3.664.081	99,6%	7.467.021	99,6%
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Notas Explicativas Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	10.706.879	2.223.451	69.978.695	116.021.480	16.288	1	80.701.862	118.244.932
Disponibilidades	725.598	1.479.611	180.964	8.732.257	-	-	906.562	10.211.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.836.003	-	43.027.732	85.460.227	-	-	49.863.735	85.460.227
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	764.635	1.277.596	-	-	764.635	1.277.596
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.978.168	(1.556.832)	452.537	(2.923.940)	-	-	3.430.705	(4.480.772)
Relações Interfinanceiras	-	-	21.404.794	18.859.193	-	-	21.404.794	18.859.193
Operações de Crédito	-	-	1.316.239	3.250.610	16.284	-	1.332.523	3.250.610
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	530.194	293.413	-	-	530.194	293.413
Negociação e Intermediação de Valores	237.394	531.612	-	-	-	-	237.394	531.612
Carteira de Câmbio - Líquida	(175.253)	(159.043)	-	-	-	-	(175.253)	(159.043)
Rendas a Receber	-	-	952.864	-	-	-	952.864	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.516	82.459	22.552	-	-	82.459	27.068
Outros Ativos - Diversos	104.969	1.923.587	1.266.277	1.049.572	4	1	1.371.250	2.973.160
Passivo	(23.563.739)	(25.508.810)	(45.428.700)	(20.956.304)	(118.449)	(522.996)	(69.110.888)	(46.988.110)
Depósitos	(3.063.898)	(10.995)	(4.045.388)	(28.918.620)	(31.040)	(28.409)	(7.140.326)	(28.958.024)
Operações Compromissadas	-	-	(7.479.418)	(7.262.118)	301	-	(7.479.117)	(7.262.118)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	201.054	128.214	201.054	128.214
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7.104.035)	(11.167.495)	(32.417.116)	16.038.461	-	-	(39.521.151)	4.870.966
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	258	-	(564.528)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(201.359)	(241.640)	(1.347.740)	(128.901)	-	-	(1.549.099)	(370.541)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.172.677)	(14.088.607)	-	-	-	-	(13.172.677)	(14.088.607)
Outros Passivos - Diversos	(21.770)	-	(139.038)	(120.413)	(298.121)	(639.507)	(458.929)	(759.920)
Garantias e Limites	-	-	-	-	9.357	16.448	9.357	16.448
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado	2.966.437	(986.214)	(4.050.193)	3.276.368	(515.744)	(306.571)	(1.599.500)	1.983.583
Receitas da Intermediação Financeira	4.264.513	1.650.397	562.269	2.714.642	834	116	4.827.616	4.365.155
Despesas da Intermediação Financeira	(1.062.993)	(2.395.188)	(4.663.996)	(445.961)	(2.651)	(450)	(5.729.640)	(2.841.599)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(235.083)	(241.423)	(352.424)	1.024.117	(513.927)	(306.237)	(1.101.434)	476.457
Resultado não Operacional	-	-	403.958	(16.430)	-	-	403.958	(16.430)

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	10.706.879	895.492	24.106.159	33.167.206	16.380	20.034	34.829.418	34.082.732
Disponibilidades	725.598	1.479.611	180.964	8.732.257	-	-	906.562	10.211.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.836.003	-	-	-	-	-	6.836.003	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	791.288	955.737	-	-	791.288	955.737
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.978.168	(2.884.861)	-	107.223	-	-	2.978.168	(2.777.638)
Relações Interfinanceiras	-	-	21.381.455	18.857.386	-	-	21.381.455	18.857.386
Operações de Crédito	-	-	830.506	3.528.333	16.376	20.033	846.882	3.548.366
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	26.210	21.811	-	-	26.210	21.811
Negociação e Intermediação de Valores	237.394	531.612	-	-	-	-	237.394	531.612
Carteira de Câmbio - Líquida	(175.253)	(159.043)	-	-	-	-	(175.253)	(159.043)
Rendas a Receber	-	-	889.699	-	-	-	889.699	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.516	6.037	1.378	-	-	6.037	5.894
Outros Ativos - Diversos	104.969	1.923.657	-	963.081	4	1	104.973	2.886.739
Passivo	(23.563.760)	(25.508.831)	(8.202.759)	(10.323.407)	211.170	(547.895)	(31.555.349)	(36.380.133)
Depósitos	(3.063.898)	(10.995)	(1.401.719)	(1.496.059)	(31.040)	(28.672)	(4.496.657)	(1.535.726)
Operações Compromissadas	-	-	(271.303)	(1.003.908)	301	-	(271.002)	(1.003.908)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	201.054	128.593	201.054	128.593
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7.104.035)	(11.167.495)	(6.326.097)	(7.079.955)	-	-	(13.430.132)	(18.247.450)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	-	-	(564.786)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(201.380)	(241.661)	(37.641)	(31.280)	-	-	(239.021)	(272.941)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.172.677)	(14.088.607)	-	-	-	-	(13.172.677)	(14.088.607)
Outros Passivos - Diversos	(21.770)	-	(165.999)	(147.492)	31.498	(664.264)	(156.271)	(811.756)
Garantias e Limites	-	-	-	-	9.357	16.448	9.357	16.448
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado	2.966.437	(986.214)	1.715.737	2.481.603	(599.813)	(306.571)	4.082.361	1.188.818
Receitas da Intermediação Financeira	4.264.513	1.650.397	461.325	72.338	834	116	4.726.672	1.722.851
Despesas da Intermediação Financeira	(1.062.993)	(2.395.188)	(366.258)	(24.534)	(2.651)	(450)	(1.431.902)	(2.420.172)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(235.083)	(241.423)	1.216.712	2.450.229	(597.996)	(306.237)	383.633	1.902.569
Resultado não Operacional	-	-	403.958	(16.430)	-	-	403.958	(16.430)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 14.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

Notas Explicativas

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Administração de Recursos	608.234	741.483	1.257.323	1.337.705
Serviços de Conta Corrente	3.815.939	3.805.750	3.828.032	3.812.189
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.225.547	1.155.341	1.824.741	1.510.200
Operações de Crédito	604.461	485.729	1.202.521	840.588
Rendas de Garantias Prestadas	621.086	669.612	622.220	669.612
Comissões de Seguros	1.969.079	2.043.139	3.605.632	3.555.495
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	5.341.852	4.891.903	5.510.252	5.430.163
Cobrança e Arrecadações	1.387.132	1.491.865	1.406.040	1.511.741
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.159.867	1.019.204	1.480.874	1.322.780
Outras	139.720	354.970	395.169	882.903
Total	15.647.370	15.503.655	19.308.063	19.363.176

24. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Remuneração	3.719.934	3.397.120	4.476.345	3.886.537
Encargos	1.264.280	1.377.279	1.575.122	1.611.376
Benefícios	1.234.120	1.203.198	1.642.099	1.500.931
Treinamento	48.180	48.705	62.213	55.557
Outras	4.274	1.165	108.601	76.753
Total	6.270.788	6.027.467	7.864.380	7.131.154

25. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Depreciações e Amortizações	2.853.434	3.637.533	3.057.385	3.822.494
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.687.335	2.282.474	2.456.734	2.472.714
Comunicações	317.963	393.789	348.964	412.695
Processamento de Dados	3.194.559	3.115.410	2.879.135	2.769.084
Propaganda, Promoções e Publicidade	441.683	452.289	614.843	609.403
Aluguéis	882.448	857.909	894.531	864.685
Transportes e Viagens	130.482	89.575	180.088	118.093
Serviços do Sistema Financeiro	311.131	311.069	358.767	383.846
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	532.535	537.952	538.120	540.069
Manutenção e Conservação de Bens	283.211	301.533	311.345	311.971
Água, Energia e Gás	197.253	184.526	205.028	189.585
Material	121.779	107.374	134.771	122.151
Outras	1.106.001	922.630	969.096	913.675
Total	13.059.814	13.194.063	12.948.807	13.530.465

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	1.690.886	588.140
Resultado com Cartões	1.097.342	676.854	1.820.918	864.549
Atualização de Depósitos Judiciais	536.237	331.513	688.576	437.885
Atualização de Impostos a Compensar	673.292	197.801	819.970	219.257
Recuperação de Encargos e Despesas	1.472.872	1.138.495	1.372.601	857.665
Variação Monetária Ativa	23	-	423	-
Variação Cambial - Exterior	842.769	170.737	984.315	170.279
Outras (1)	3.003.342	463.245	5.167.659	1.783.650
Total	7.625.877	2.978.645	12.545.348	4.921.425

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui, principalmente, variação cambial, receita de juros, reversões de provisões e ganhos na comercialização de energia

Notas Explicativas

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 20.c)	144.787	85.877	165.120	124.822
Trabalhistas (Nota 20.c)	720.840	800.704	802.359	833.487
Cíveis (Nota 20.c)	298.527	462.721	510.104	628.477
Despesas com Cartão de Crédito	4.248.457	3.613.795	3.996.219	3.219.333
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	202.932	202.494	209.801	200.585
Despesas Judiciais e Custas	180.336	208.758	185.486	210.290
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	132.236	124.859	135.353	128.613
Corretagens e Emolumentos	85.452	85.998	85.455	86.212
Comissões	2.155.211	1.400.810	3.308.048	2.700.506
Avaliação do Valor Recuperável	15.037	14.899	15.037	14.899
Outras (1)	3.779.038	3.985.346	8.090.090	6.666.439
Total	11.962.853	10.986.261	17.503.072	14.813.663

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

28. Resultado Não Operacional

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Resultado na alienação de Investimentos	-	-	-	(59)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	81.853	81.439	48.731	68.882
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	4.357	(19.309)	38.171	(25.952)
Despesas com Bens não de Uso	(39.639)	(51.937)	(41.284)	(53.489)
Ganhos (Perdas) de Capital (1)	397.390	(49.495)	402.615	(55.574)
Outras Receitas (Despesas)	73.515	98.137	94.881	75.192
Total	517.476	58.835	543.114	9.000

(1) Refere-se basicamente ao resultado não operacional na aquisição da participação societária na CIP em 2022 por método de equivalência patrimonial, no valor antes de impostos de R\$ 347.447 (líquido de tributos: R\$ 191.096), no Banco e no Consolidado.

Notas Explicativas

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

1) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Com o objetivo de promover maior estabilidade atuarial e adequar a estrutura dos planos patrocinados às melhores práticas do mercado, foi criado na Banesprev um plano de Contribuição Definida (CD), com a finalidade exclusiva de receber, por meio de migração voluntária, participantes e assistidos dos seguintes planos BD's: Plano I, Plano II, Plano V, Plano Pré-75, DCA, DAB, CACIBAN e Sanprev Plano I. O processo para criação do Plano CD foi aprovado pela Previc na Portaria nº 611 publicada em 13/09/2021, sendo que o Plano CD foi criado oficialmente em mar/22.

O Banco Santander (Brasil) S.A. contabilizou os impactos oriundos da migração e criação do novo Plano CD em 31/03/2022, sendo que no resultado foi registrada despesa de R\$ 42 milhões, em OCI foi apurado ganho bruto no montante de R\$ 228 milhões e na Banesprev foi realizado aporte no valor de R\$ 117 milhões. Esse aporte extraordinário ocorreu por conta da parcela da insuficiência de responsabilidade dos patrocinadores para os planos deficitários.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Notas Explicativas

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Bandeprev - Bande Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bande S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria complementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bande S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

III) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 54.298 (2021 - R\$ 53.692) no Banco e R\$ 59.641 (2021 - R\$ 60.725) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGDL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGDL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 21.394 (2021 - R\$ 15.124) no Banco e R\$ 23.566 (2021 - R\$ 17.880) no Consolidado.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2022			Banco 31/12/2021		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.268.687)	(4.217)	(1.413.385)	(24.476.356)	(4.455)	(1.532.427)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.657.040	3.535	2.056.633	25.460.958	3.703	2.182.891
	2.388.353	(682)	643.248	984.602	(752)	650.464
Sendo:						
Superávit	3.589.592	-	643.248	3.070.651	-	650.464
Déficit	(1.201.239)	(682)	-	(2.086.049)	(752)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	3.363.293	-	634.170	2.847.412	-	642.604
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	226.299	-	9.078	223.240	-	7.860
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(1.201.239)	(682)	-	(2.086.049)	(752)	-
Contribuições Efetuadas	746.407	-	(2)	581.513	-	(3)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(148.919)	(71)	589	(173.600)	(79)	193
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.055.055)	50	9.392	(3.356.005)	(92)	8.761
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.459.959	645	19.769	1.457.501	460	(26.644)

	31/12/2022			Consolidado 31/12/2021		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.689.118)	(4.217)	(1.413.385)	(24.967.077)	(4.455)	(1.532.427)
Valor Justo dos Ativos do Plano	25.256.549	3.535	2.056.633	26.135.232	3.703	2.182.891
	2.567.431	(682)	643.248	1.168.155	(752)	650.464
Sendo:						
Superávit	3.791.264	-	643.248	3.282.428	-	650.464
Déficit	(1.223.833)	(682)	-	(2.114.272)	(752)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	3.507.572	-	634.170	3.002.479	-	642.604
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	283.692	-	9.078	279.949	-	7.860
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(1.223.833)	(682)	-	(2.114.272)	(752)	-
Contribuições Efetuadas	746.407	-	(2)	581.834	-	(3)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(153.038)	(71)	589	(171.357)	(79)	193
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.094.961)	50	9.392	(3.389.048)	(92)	8.761
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.494.535	645	19.769	1.343.548	460	(26.644)

Notas Explicativas

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2022			Banco 31/12/2021		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(648.993)	(528)	(43.982)	(2.437.959)	(467)	(158.262)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.906.390	308	139.901	4.279.128	554	256.647
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.257.397	(220)	95.919	1.841.169	87	98.385
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	785.599	362	(157.636)	(416.650)	220	(182.577)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	785.599	362	(157.636)	(416.650)	220	(182.577)
Mudança no Superávit Irrecuperável	177.712	-	62.348	(851.997)	-	84.398

	31/12/2022			Consolidado 31/12/2021		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(696.050)	(528)	(43.982)	(2.481.391)	(467)	(158.262)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.947.242	308	139.901	4.375.431	554	256.647
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.251.192	(220)	95.919	1.894.040	87	98.385
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(805.641)	362	(157.636)	(608.960)	220	(182.577)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(805.641)	362	(157.636)	(608.960)	220	(182.577)
Mudança no Superávit Irrecuperável	(144.920)	-	62.348	(714.652)	-	84.398

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2022	31/12/2021
Banesprev		
Plano I	8,87	12,57
Plano II	9,48	12,92
Plano III	8,30	11,54
Plano IV	10,11	14,82
Plano V	7,19	9,51
Pré-75	7,83	10,45
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	5,17/4,79/5,67	6,47/5,93/7,27
Sanprev		
Plano I	5,78	6,79
Plano II	9,24	12,76
Plano III	8,25	11,06
Bandeprev		
Plano Básico	7,74	10,53
Plano Especial I	5,61	7,23
Plano Especial II	5,16	6,46
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	5,90	8,11

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Notas Explicativas

Clinica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Lei 9.656 (Diretores): Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2022		Banco 31/12/2021		31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.884.981)	(550.687)	(4.342.690)	(613.101)	(4.037.977)	(550.687)	(4.510.768)	(613.101)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.758.029	-	4.906.369	-	4.945.407	-	5.096.262	-
	873.048	(550.687)	563.679	(613.101)	907.430	(550.687)	585.495	(613.101)
Sendo:								
Superávit	873.048	-	563.678	-	907.429	-	585.495	-
Déficit	-	(550.687)	-	(613.101)	-	(550.687)	-	(613.101)
Valor não Reconhecido como Ativo	(873.048)	-	(563.678)	-	907.429	-	585.495	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	-	(550.687)	-	(613.101)	-	(550.687)	-	(613.101)
Contribuições Efetuadas	161.605	36.779	149.181	37.255	164.766	36.779	152.096	37.255
Receitas (Despesas) Reconhecidas	4.114	(54.462)	4.001	(56.798)	4.006	(54.462)	3.626	(56.798)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.377.516)	74.572	(1.208.790)	(5.525)	(1.355.968)	74.572	(1.190.988)	(5.525)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	42.339	-	(111.147)	-	45.779	-	(118.549)	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2022		Banco 31/12/2021		31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(23.045)	12.643	(336.602)	49.985	(23.501)	12.643	(340.863)	49.985
Mudanças em Hipóteses Financeiras	492.989	67.328	984.402	116.272	512.958	67.328	1.020.225	116.272
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	126	-	(446)	-	126	-	(446)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	469.944	80.097	647.800	165.811	489.457	80.097	679.362	165.811
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(390.745)	-	(498.406)	-	(403.979)	-	(521.100)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(390.745)	-	(498.406)	-	(403.979)	-	(521.100)	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(244.178)	-	(302.576)	-	(254.205)	-	(313.894)	-

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2022	31/12/2021
Cabesp	11,83	16,03
Bandepe	9,79	18,03
Clínica Grátis	8,91	12,28
Diretores Vitalícios	6,88	9,36
Diretores Saúde	22,61	30,28
Circulares (1)	8,74 e 7,98	11,62 e 12,97
Seguro de Vida	7,88	8,04

(1) A duração 8,74 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2021 – 13,47) e 7,98 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2021 – 11,92).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2022, válidos para 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	95,1%	96,7%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	4,7%	3,2%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	31/12/2022		Banco/Consolidado	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,44% (1) e 9,64%	9,46% (2) e 9,64%	8,4%	8,4%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75;

(2) Cabesp.

Notas Explicativas

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, teriam os seguintes efeitos:

	31/12/2022		Banco/Consolidado 31/12/2021	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(22.524)	(240.984)	(25.444)	(305.114)
(-)0,5%	24.802	265.351	28.133	337.349
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(42.586)	(455.624)	(44.619)	(535.039)
Aplicada (-) 2 anos	45.310	484.763	47.934	574.793
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	29.297	313.438	31.280	375.089
(-)0,5%	(27.104)	(289.978)	(28.762)	(344.891)

Notas Explicativas

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021		
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	40.403 (3)	R\$ 4.216.667 (3)		
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 4.002.000 (1)	R\$ 3.668.000 (1)		
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ - (4)	R\$ 2.986.667 (1)		
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$ 23.490.000 (1)	R\$ 13.520.000 (1)		
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 1.500.000 (1)	R\$ 1.834.000 (1)		
		07/2019 a 06/2022	2022	111.066 SANB11 (5)	111.962 SANB11		
		09/2020 a 09/2022	2022	304.594 SANB11 (6)	301.583 SANB11		
		01/2020 a 09/2023	2023	209.278 SANB11	249.666 SANB11		
		01/2021 a 12/2022	2023	139.163 SANB11	177.252 SANB11		
		01/2021 a 12/2023	2024	343.863 SANB11	327.065 SANB11		
		01/2021 a 12/2024	2024	222.178 SANB11	30.545 SANB11		
		01/2022 a 12/2025	2025	66.323 SANB11	- SANB11		
		Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2023		159.253 SAN (2)	309.576 SAN (2)
				2023, com limite para exercício das opções até 2030		832.569 Opções s/ SAN (2)	1.618.445 Opções s/ SAN (2)
02/2024				124.184 SAN (2)	135.632 SAN (2)		
02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029				370.477 Opções s/ SAN (2)	404.630 Opções s/ SAN (2)		
2025				150.703 SAN (2)	- SAN (2)		
2025, com limite para exercício das opções até 2030				578.713 Opções s/ SAN (2)	- Opções s/ SAN (2)		
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2022				R\$ 28.992.000 (1)	R\$ 26.225.334 (1)		
				1.436.868 SANB11	1.198.073 SANB11		
				434.140 SAN (2)	445.208 SAN (2)		
				1.781.759 Opções s/ SAN (2)	2.023.075 Opções s/ SAN (2)		

(1) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

(2) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(3) Plano finalizado em 31/12/2021, com atingimento dos indicadores de performance em 72,25%. Em 31/03/2022, foi realizada entrega de 40.403 ações brutas, correspondente à parcela de 2022, restando 40.403 ações para a pagamento em Março/2023.

(4) Plano encerrado e revertido em Ago/2022, quando se verificou que os indicadores de performance não seriam atingidos.

(5) Plano de retenção finalizado, pago em Jul/2022.

(6) Plano de retenção finalizado, pago em Set/2022.

Notas Explicativas

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP

Atualmente, temos 2 planos globais lançados em 2019, 2020 e 2021. Os executivos elegíveis tinham uma meta de incentivo definida em reais. O pagamento de acordo com o cumprimento dos indicadores de desempenho será calculado em ações e opções do Grupo Santander (SAN), após um período de diferimento de três anos, com liquidação equivalente em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 01/07/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

f.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Notas Explicativas

		Consolidado	
		01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	25.506	20.720
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	3.706	3.534

f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

				Banco		Consolidado
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	5.680	66.694	9.557	63.658
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	70.486	111.673	74.805	111.995

Notas Explicativas

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

Neste cenário desafiador em consequência da pandemia de COVID-19, a carteira e os clientes foram acompanhados tempestivamente e com cautela. Na tentativa de mitigar grandes impactos de liquidez das empresas e dar o suporte financeiro necessário para auxiliar a todos os setores da economia, todas as novas produções e prorrogações foram analisadas com objetivo de atender às necessidades dos clientes, observando sempre os critérios estabelecidos de classificação de risco e governança para a aprovação de novas operações.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação dos preços de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições a estes riscos (taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, mercadorias, etc).

A Gestão do Risco de Mercado do Santander é aderente à Resolução CMN 4.557 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento das posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam

Notas Explicativas

em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, "gaps" de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance visa supervisionar a adesão às normativas aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, Clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (CFT)

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturamento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

G. Risco Socioambiental

A fim de promover o desenvolvimento de negócios sustentáveis e de forma mais segura, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise do risco social, ambiental e climático, para concessão de crédito, dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental, além de operações agro, garantias, fusões e aquisições. Nesses casos, o risco socioambiental e climático é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos, mesmos em projetos que eventualmente não sejam enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Notas Explicativas

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência Nível I	75.943,7	76.969,9
Capital Principal	69.229,0	69.919,9
Capital Complementar (Nota 18.b)	6.714,7	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 18.b)	13.109,8	12.591,3
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	89.053,5	89.561,3
Risco de Crédito (1)	559.230,6	527.119,3
Risco de Mercado (2)	19.332,1	15.122,2
Risco Operacional	60.073,2	58.499,8
Total de RWA (3)	638.635,9	600.741,3
Índice de Basileia Nível I	11,89	12,81
Índice de Basileia Capital Principal	10,84	11,64
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,94	14,91

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWacom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWacam).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2022.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(3.551)	(118.932)	(237.864)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(133)	(2.163)	(4.327)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(338)	(1.090)	(2.180)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.201)	(11.599)	(23.198)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(4.779)	(119.468)	(238.936)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(598)	(7.856)	(15.712)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(10.476)	(117.218)	(234.436)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(428)	(10.688)	(21.375)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(588)	(14.688)	(29.376)
Total (1)		(24.092)	(403.702)	(807.404)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações);

Cenário 2: Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(73.325)	(2.801.686)	(5.869.026)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(8.008)	(220.681)	(404.026)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(39.332)	(629.260)	(1.159.017)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(13.644)	(148.985)	(288.282)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(399)	(5.284)	(11.041)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(25.479)	(290.492)	(601.714)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(422)	(10.539)	(21.079)
Total (1)		(160.609)	(4.106.927)	(8.354.185)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Notas Explicativas**31. Reestruturações Societárias**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander", "Santander Brasil" ou "Companhia"):

a) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição a Lexisnexis passa a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passa a ser titular de 15,559% das ações de emissão da GIC.

b) Venda da totalidade da participação detida pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. no Banque PSA Finance, S.A. e pela Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 29 de novembro de 2022, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") formalizaram, junto ao Banque PSA Finance, S.A. ("Banque PSA") e Stellantis Services Ltd. ("Stellantis Services"), determinado contrato de compra e venda de participações societárias e outras avenças referente a venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A., para o Banque PSA, e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., para a Stellantis Services ("Operação").

A efetivação da Operação estará sujeita à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

c) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas").

A Biomas é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

d) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda.

Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617.559,32 e a Liderança em R\$ 267.027.054,61, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. como o único acionista da Return e único sócio da Liderança.

e) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a ser o único sócio da sociedade. Em 30 de setembro de 2022 estava pendente a integralização do capital. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

Notas Explicativas**f) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.**

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

g) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

h) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

i) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

j) Aquisição de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 90% do capital social da Apê11 ("Operação"). A Apê11 atua como um marketplace colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

k) Aquisição de Participação Societária na Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solution4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passaria a deter 80% do capital social da Solution 4Fleet ("Operação"). A Solution 4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos – modalidade de aluguel de longo prazo

Notas Explicativas

para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

l) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança") e Fozcoba Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcoba") e subsequente incorporação da Fozcoba pela Liderança.

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcoba Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcoba foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

m) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10" e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passaria a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um marketplace que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e autocenters; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

n) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações").

o) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlava a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Santander DTVM passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

p) Cisão Parcial da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de R\$ 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para R\$ 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

Notas Explicativas

32. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 49.017.204 (31/12/2021 - R\$49.624.633) no Banco e R\$ 49.017.204 (31/12/2021 - R\$49.624.633) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 18.934.221 (31/12/2021 - R\$2.770.684) e o total de fundos de investimento administrados é de R\$ 265.517.852 (31/12/2021 - R\$192.927.475) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2022, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2021 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2021 - R\$1.546.120)

d) Entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 Ano	284.945	715.576
Entre 1 a 5 Anos	1.044.715	1.420.853
Mais de 5 Anos	224.536	181.417
Total	1.554.196	2.317.846

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 700 (31/12/2021 - R\$801) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2022, foram no valor de R\$ 391.408 (2021 - R\$369.482).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado

Notas Explicativas

observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais			2022		
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.677.251	69.677.251	7.828.888	57.043.732	4.804.631
Títulos e Valores Mobiliários	206.243.602	206.044.571	138.840.517	14.148.955	53.055.099
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.115.580	21.115.580	-	20.842.648	272.932
Operações de Crédito	411.414.378	407.040.905	-	-	407.040.905
Total	708.450.811	703.878.307	146.669.405	92.035.335	465.173.567

Em milhares de Reais			2021		
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.629.318	33.629.318	1.224.817	25.912.368	6.492.133
Títulos e Valores Mobiliários	227.705.982	228.618.182	162.531.523	21.640.333	44.446.326
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.089.724	21.089.724	-	20.833.986	255.738
Operações de Crédito	383.479.674	377.805.784	-	-	377.805.784
Total	665.904.698	661.143.008	163.756.340	68.386.687	428.999.981

Notas Explicativas

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor de mercado e seus respectivos valores de mercado em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021:

Em milhares de Reais			2022		
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	420.928.829	420.911.528	-	-	420.911.528
Captações no Mercado Aberto	109.760.924	109.736.191	-	109.736.191	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	81.721.122	81.721.121	-	-	81.721.121
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	127.409.086	125.851.388	-	-	125.851.388
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.858.420	19.858.420	-	19.624.658	233.762
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.537.618	-	-	19.537.618
Total	779.215.999	777.616.266	-	129.360.849	648.255.417

Em milhares de Reais			2021		
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	403.639.687	403.598.886	-	-	403.598.886
Captações no Mercado Aberto	95.648.600	95.604.396	-	95.604.396	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	91.586.750	91.586.750	-	-	91.586.750
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	95.380.860	94.198.680	-	-	94.198.680
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.647.231	24.647.231	-	24.213.648	433.583
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.408	19.641.408	-	-	19.641.408
Total	730.544.536	729.277.351	-	119.818.044	609.459.307

Notas Explicativas

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco					
	2022			2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2022	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira	89.128.977	-	89.128.977	89.510.090	-	89.510.090
Despesas da Intermediação Financeira	(71.178.111)	-	(71.178.111)	(56.931.567)	-	(56.931.567)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	17.950.866	-	17.950.866	32.578.523	-	32.578.523
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(5.352.191)	(227.543)	(5.579.734)	(10.190.929)	(1.229.547)	(11.420.476)
Resultado Operacional	12.598.675	(227.543)	12.371.132	22.387.594	(1.229.547)	21.158.047
Resultado não Operacional (b)	116.960	400.516	517.476	58.835	-	58.835
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	12.715.635	172.973	12.888.608	22.446.429	(1.229.547)	21.216.882
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b)	1.384.163	23.869	1.408.032	(4.287.286)	(73.492)	(4.360.778)
Participações no Lucro	(1.938.115)	-	(1.938.115)	(1.860.596)	-	(1.860.596)
Lucro Líquido	12.161.683	196.842	12.358.525	16.298.547	(1.303.039)	14.995.508

	Consolidado					
	2022			2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2022	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira	99.768.622	-	99.768.622	99.112.242	-	99.112.242
Despesas da Intermediação Financeira	(71.653.934)	-	(71.653.934)	(59.797.367)	-	(59.797.367)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	28.114.688	-	28.114.688	39.314.875	-	39.314.875
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(11.030.431)	(329.574)	(11.360.005)	(14.422.765)	(1.229.547)	(15.652.312)
Resultado Operacional	17.084.257	(329.574)	16.754.683	24.892.110	(1.229.547)	23.662.563
Resultado não Operacional (b)	142.598	400.516	543.114	9.000	-	9.000
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	17.226.855	70.942	17.297.797	24.901.110	(1.229.547)	23.671.563
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b)	(2.318.194)	(8.043)	(2.326.237)	(6.429.733)	(73.492)	(6.503.225)
Participações no Lucro	(2.222.015)	-	(2.222.015)	(2.059.673)	-	(2.059.673)
Participações dos Acionistas Minoritários	(179.354)	-	(179.354)	(120.949)	-	(120.949)
Lucro Líquido	12.507.292	62.899	12.570.191	16.290.755	(1.303.039)	14.987.716

- a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$ 329.574 (2021 - R\$ 1.229.547) no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$ 181.266 (2021 - R\$ 1.139.307).
- b) Resultado não operacional na aquisição da participação societária na CIP em 2022 por método de equivalência patrimonial, no valor antes de impostos de R\$347.447 e ganho de capital de 53.069 após o fechamento da operação de investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Riscos Ltda na Gestora de Inteligência de Crédito (GIC), vide nota 31 (líquido de tributos: R\$ 191.096), no Banco e no Consolidado.

Notas Explicativas

33. Eventos Subsequentes

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2023, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser até o dia 30 de abril de 2023, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros Sobre Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 26 de janeiro de 2023 (inclusive). Dessa forma, a partir de 27 de janeiro de 2023 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio será pago a partir do dia 06 de março de 2023. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária para ambos.

Notas Explicativas

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

**Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios
Financeiros- IFRS**

31 de dezembro de 2022

Simplex | Pessoal | Justo



Notas Explicativas

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2023.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco, parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco Santander e de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes.

b) Base da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com IFRS (International Financial Reporting Standards) normas emitidas pela Accountant Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

Para melhor apresentação de determinados saldos das contas de operações com comercialização de energia elétrica, estão sendo remensurados os comparativos conforme detalhado nas nota 8.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não houve impactos materiais na adoção destas normas.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2022

Notas Explicativas

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 01 de janeiro de 2023 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

- **IFRS 17** - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander avaliou e concluiu que o impacto da adoção IFRS 17 é imaterial.
- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não haverá impacto para o Santander.
- **Alteração ao IAS 8** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não haverá impacto para o Santander.
- **Alteração ao IAS 12** - Tributos sobre o Lucro: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não haverá impacto para o Santander.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 46.c8 apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisão para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do

Notas Explicativas

resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

As notas 2.h & 46.b2 apresentam a prática contábil e medidas de mensuração do risco de crédito, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.w .

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.q apresenta informações e eventuais mudanças significativas sobre as provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Notas Explicativas

Detalhes adicionais estão na nota 13.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real para fins tributários nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.z.

2. Políticas contábeis e critérios de apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade no exterior e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

"Subsidiárias" são definidas como entidades sobre as quais o banco tem o controle. O controle é baseado: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar a quantidade de retornos, conforme estabelecido na lei, estatutos ou contrato.

A consolidação de uma subsidiária começa quando o Banco obtém o controle sobre a subsidiária e termina quando perde o controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e Outros Resultados Abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária.

O resultado e cada componente de Outros Resultados Abrangentes são atribuídos aos controladores do Banco e às participações não controladoras mesmo se o efeito for atribuído às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Conglomerado Santander são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Qualquer mudança nas participações do Conglomerado Santander em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Banco perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é

Notas Explicativas

calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros Resultados Abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Banco tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelos IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo IFRS 9 Instrumentos Financeiros ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

ii. Participações em *joint ventures* (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a *joint venture* dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 11.

iii. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com IFRS 3 – "Combinações de Negócios".

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.
- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.
- O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (nota 13). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A nota explicativa 3 possui as descrições das transações mais significativas ocorridas em 2022, 2021 e 2020.

iv. Fundos de Investimento

Inclui os Fundos de Investimento nos quais o Banco e suas controladas possuem participação substancial ou a totalidade de suas cotas e sobre os quais o Banco e suas controladas estão expostos, ou têm direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, portanto são consolidadas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores

Notas Explicativas

de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (notas 3&11).

Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (nota 21).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativos não correntes mantido para venda ou se forem referentes a “Disponibilidades”, “Derivativos utilizados como hedge” e “Investimentos em coligadas”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente.

• **Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros que não atenderam aos critérios estabelecidos no Teste SPPI (somente pagamento de principal e juros).

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros para os quais no momento de designação inicial foi feita a opção de marcação de valor justo (Fair Value Option).

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo em Outros Resultados Abrangentes:** são ativos financeiros que atendam ao critério de SPPI, cujo objetivo seja manter os ativos para receber fluxos de caixas contratuais e também para venda.

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o ativo financeiro é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, o modelo de negócio de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Disponibilidades” e “Reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.
- “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”: inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito”: créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de

Notas Explicativas

instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.

- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.
- “Derivativos utilizados como hedge”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- “Participações em coligadas e controladas em conjuntos”: inclui os investimentos em entidades controladas em conjunto ou coligadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Depósitos do Banco Central do Brasil”: depósitos de qualquer natureza recebidos do Bacen.
- “Depósitos de instituições de crédito”: depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- “Depósitos de clientes”: inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Derivativos”: inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.
- “Posições vendidas”: inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.
- “Dívidas subordinadas”: valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- “Outros passivos financeiros”: inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- “Derivativos utilizados como hedge”: inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas.

d) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Notas Explicativas

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos de dívida elegíveis a capital encontra-se descrito na nota 19.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Para os "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são mensurados ao custo amortizado, adota-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de

Notas Explicativas

instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e "Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

iv. Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como hedge) e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de hedge são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de hedge se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (hedge de valor justo).

b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

c. O investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do hedge, ou seja:

a. Na data do acordo, for esperado que o hedge, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).

b. Há prova suficiente de que o hedge foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

Notas Explicativas

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de hedge são reconhecidas da seguinte forma:

- a. Em hedges de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- b. Em hedges de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes - Hedges de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de hedge relativos a hedges de fluxo de caixa e hedges de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de hedge deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de hedge pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de hedge contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do hedge. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando operações de hedge de fluxo de caixa são descontinuadas, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de hedge reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes" (desde o período em que o hedge tenha sido iniciado, e considerado efetivo) é reconhecido imediatamente no resultado.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de hedge accounting em 31 de dezembro de 2022, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter as práticas determinadas pelo IAS 39.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

Baixa de Ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes" é registrada no resultado.

Eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes" com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação. Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

Baixa de Ativos financeiros por cessão de crédito

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos que são transferidos a terceiros:

Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos

Notas Explicativas

financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

Se o cedente retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Baixa de Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

g) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – IFRS 07 – Instrumentos Derivativos (Divulgação) - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

A tabela a seguir fornece detalhes dos ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em milhares de Reais

2022

Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	22.433.990	(458.166)	21.975.824

Notas Explicativas

Passivos:	Passivos financeiros, bruto compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	19.157.491	(458.166)
		18.699.325

Em milhares de Reais

2021

Ativos:	Ativos financeiros, bruto compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	21.575.848	(435.925)
		21.139.923

Passivos:	Passivos financeiros, bruto compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	25.054.906	(435.925)
		24.618.981

Em milhares de Reais

2020

Ativos:	Ativos financeiros, bruto compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	26.808.180	(560.666)
		26.247.514

Passivos:	Passivos financeiros, bruto compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	29.917.498	(560.666)
		29.356.832

h) Ativos financeiros não recuperáveis**i. Definição**

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasione um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
- Por ocasião do processo de falência.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como "Perdas com ativos financeiros (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual

Notas Explicativas

à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição no risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

- Clientes com gestão individualizada: clientes de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, o Banco avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto as reduções ao valor recuperável não são incluídas em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições do mutuário, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Da mesma forma, a entidade usa sua experiência julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias atuais.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes

Notas Explicativas

fatores:

- Exposição à inadimplência ou "EAD - Exposure at Default" é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário. O tempo de inadimplência é considerado na medição "PD - Probability of Default".
- De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.
- Probabilidade de inadimplência, ou "PD - Probability of Default", é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano, no caso de operações em estágio 1, bem como pelo tempo de vida do ativo (estágios 2 e 3); ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento. O empréstimo será considerado inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

- Perda por inadimplência, ou "LGD - Loss Given at Default", é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

- Período de identificação de perdas, ou "LIP - Loss identification period", é o período de tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação de uma evidência dessa perda. Em outras palavras, representa o horizonte temporal desde a ocorrência da perda de crédito até a confirmação efetiva de tal perda.

• Além disso, antes de dar baixa em empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação), é constituído provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a provisão para perdas com empréstimo cubram totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução ao valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

Quando há prova objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada pelo declínio no valor justo por não recuperação, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

i) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (creditor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes", ("Depósitos do Banco Central do Brasil", "Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes").

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

j) Contabilização de Arrendamentos – IFRS 16

I. Identificação de Arrendamento

Na adoção do IFRS 16, o Banco reconhece os passivos de arrendamento, seguindo os princípios do IFRS 16 - Arrendamentos.

Estão sendo utilizadas também as seguintes isenções de reconhecimento:

A contabilização de arrendamentos com um prazo remanescente de menos de 12 meses como arrendamentos de curto prazo;

Notas Explicativas

A contabilização de arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

O Banco arrenda vários imóveis e equipamentos. Predominantemente, os ativos objetos dos contratos de arrendamento são negócios imobiliários referente às agências.

O Banco Santander não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

II. Prazo do arrendamento

Os contratos de arrendamentos são formalizados, analisados e renegociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições distintas. O Banco avalia o prazo de contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis. Assim, as estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão e disposições legais.

O Banco assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

III. Mensuração Inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento de leasing feito antes ou na data de início reduzidos de qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo inicial diretamente atribuído; e
- Custos de restauração, caso os requisitos do IAS 37 sejam atendidos para o registro de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O Grupo Santander utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no Santander Brasil, pela curva de custo de financiamento (funding) de um ativo livre, aplicada individualmente a cada contrato de acordo as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de leasing:

- Pagamentos fixos reduzidos de qualquer incentivo;
- Pagamentos variáveis que são baseados em uma taxa ou indexador;
- Valores esperados para serem pagos pelo arrendatário com base no valor residual de garantias;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tem certeza razoável sobre o exercício da opção; e
- Pagamentos de penalidades pelo encerramento do leasing se o prazo da operação reflete o exercício da opção pelo arrendatário.

Os passivos de arrendamento são corrigidos principalmente pela inflação (IGP-M), cujas projeções estimadas na data-base de 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir:

Projeção IGP-M (anualizada)

Até 3 meses	0,94%
-------------	-------

Notas Explicativas

De 3 a 12 meses	4,0%
De 1 ano a 3 anos	3,0%
De 3 anos a 5 anos	3,0%
Mais de 5 anos	3,0%

IV. Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Os direitos de uso estão sujeitos a teste de redução ao valor recuperável.

k) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Estes ativos não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

l) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados no final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020 é informada na nota 43-d.

m) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

Notas Explicativas

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% ou até o vencimento do contrato

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

n) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de combinações de negócios ou *softwares* desenvolvidos internamente, com vida útil determinada ou indeterminada. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e, portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Anualmente ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de *impairment* (teste de recuperabilidade) e se existir alguma perda, o ágio é baixado com o reconhecimento como Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

Notas Explicativas

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de *software*, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados: ao final de cada período a entidade revisa a classificação como vida útil indefinida, mantida esta classificação estes estão sujeitos aos testes anuais de redução ao valor recuperável (IAS36).

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - *software* é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

o) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), relacionamento com clientes adquiridos, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

O Banco utiliza o valor em uso de relacionamento com clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso de relacionamento com clientes adquiridas relacionadas a compra das "folhas de pagamento" é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios uma análise que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados. Trimestralmente, estas análises são revisadas tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

p) Passivos por contratos de seguros

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos (PMBaC e PMBC). Contratos de seguros são contratos onde o Banco aceita um risco significativo, que não seja risco financeiro, de um segurado aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado e o prêmio é cobrado. Contratos que são classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente. O passivo é baixado quando o contrato acaba ou é cancelado.

Todos os métodos de valorização utilizados pela subsidiária são baseados nos princípios gerais que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros. Premissas de investimentos são também determinadas pelo órgão regulador local e baseados na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro é definido pela Administração considerando as informações de mercados disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significativa relacionada a estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos subjacentes.

São efetuados testes para verificar se as provisões matemáticas estão adequadas a cada exercício.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, conforme determinado pelo IFRS 4 - Classificação dos Contratos e alterações posteriores, a adequação das provisões técnicas constituídas foi avaliada através do Teste de Adequação do Passivo (TAP).

Em 31 de dezembro de 2022 o TAP indicou a necessidade de constituição adicional de provisões técnicas de R\$131.831 (31/12/2021 - R\$ 209.277 e 31/12/2020 - R\$ 285.554) para os planos do tipo Fundo Garantidor de Benefícios (FGB).

Notas Explicativas

q) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

s) Remuneração baseada em ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

t) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Notas Explicativas

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas no resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza (nota 34). Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

u) Garantias

u.1) Garantias Financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as comissões das garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões ou juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado (nota 22).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar são reconhecidas sob a rubrica "Passivos financeiros ao custo amortizado – Outros Passivos financeiros" no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

u.2) Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Banco Santander tem como prática o controle dos riscos de crédito através da utilização de garantias em suas operações. Cada unidade de negócio é responsável pela gestão do risco de crédito e formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O Banco Santander utiliza garantias com o objetivo de aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Anualmente, o Banco revisa suas políticas de garantias para capturar mudanças no mercado, nas características dos ativos dados em garantia e nas condições dos ativos, esses são exemplos de parâmetros técnicos revisados.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

v) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Notas Explicativas

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado. A nota 43-b contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (sob gestão e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

w) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado.

Planos de benefício definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota 21. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Para os planos de benefício definido, a última versão do IAS 19 - Benefícios aos Empregados estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

Adicionalmente, há reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e provisões (líquidas).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

x) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Notas Explicativas

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (nota 21).

y) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

z) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e COFINS aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Para as despesas de Imposto de Renda resultante de transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, o efeito fiscal é reconhecido também no patrimônio líquido.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20 % com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

O programa de integração social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são consideradas como componente de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como imposto de renda.

Ativos e Passivos fiscais (exceto provisões para impostos) classificados como “Correntes” são valores de impostos a serem recuperados e valores de impostos a pagar nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado e são reavaliados na data de cada balanço patrimonial.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos como diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Em virtude da alteração da alíquota da CSLL, as empresas do grupo fizeram a remensuração de seus ativos e passivos fiscais diferidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 23.

aa) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor e normalmente com um vencimento de cerca de três meses ou menos

Notas Explicativas

a contar da data de aquisição original.

- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, as atividades operacionais do Banco Santander.

3. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 11.

	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2022	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	31.857	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%

Notas Explicativas

	Prestação de Serviços de Meios Digitais	30.988	-	100,00%	100,00%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.					
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	575.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados LTDA	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	105	-	50,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	80,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalizaçã o	64.615	-	100,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	3.808	-	0,00%	90,00%

Notas Explicativas**Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Toro Corretora de Títulos e de Valores

Mobiliários S.A. (Toro CTVM)	Corretora	21.726	-	0,00%	63,00%
	Investimento				
Toro Investimentos S.A.	s	44.101	-	0,00%	14,78%

Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários S.A.

	Investimento				
Toro Investimentos S.A.	s	228.461	-	0,00%	76,55%

Controlada em Conjunto da Sancap

Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
---------------------	------------	--------	---	-------	--------

Controlada da Toro Investimentos S.A.

	Investimento				
Monetus Investimentos S.A.	s	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%

Controlada da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Mob Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	20	-	0,00%	100,00%
----------------------------------	------------	----	---	-------	---------

Controlada da Monetus Investimentos S.A.

Mobills Corretora De Seguros Ltda.	Corretora	510	-	0,00%	100,00%
------------------------------------	-----------	-----	---	-------	---------

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (4);
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (5).
- Atual – Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior (6).
- Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (7).
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet (8);
- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (9);
- San Créditos Estruturados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (9).

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas. Em Assembleia

Notas Explicativas

Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V – Fundo de Investimento Imobiliário – FII para Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(4) Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado através do Banco Bandepe S.A.

(5) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021 e é controlado através do Banco Santander Brasil S.A, detém 100% das cotas deste fundo.

(8) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.

(9) Estes fundos passaram a ser consolidados em novembro de 2022 e são controlados através da Return Capital S.A., detém 100% das cotas destes fundos.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

q) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição, a Lexisnexis passa a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passa a ser titular de 15,559% das ações de emissão da GIC.

r) Venda da totalidade da participação detida pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. no Banque PSA Finance, S.A. e pela Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 29 de novembro de 2022, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") formalizaram, junto ao Banque PSA Finance, S.A. ("Banque PSA") e Stellantis Services Ltd. ("Stellantis Services"), determinado contrato de compra e venda de participações societárias e outras avenças

Notas Explicativas

referente a venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A., para o Banque PSA, e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., para a Stellantis Services ("Operação").

A efetivação da Operação estará sujeita à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

s) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas").

A Biomas é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

t) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda.

Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617.559,32 e a Liderança em R\$ 267.027.054,61, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. como o único acionista da Return e único sócio da Liderança.

u) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a ser o único sócio da sociedade. Em 30 de setembro de 2022 estava pendente a integralização do capital. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

v) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros

Notas Explicativas

Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

w) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

x) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

y) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

z) Aquisição de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 90% do capital social da Apê11 ("Operação"). A Apê11 atua como um marketplace colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

aa) Aquisição de Participação Societária na Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solution4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passaria a deter 80% do capital social da Solution 4Fleet ("Operação"). A Solution 4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos – modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

bb) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança") e Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcobra") e subsequente incorporação da Fozcobra pela Liderança.

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcobra foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

cc) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10" e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passaria a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um marketplace que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e autocenters; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

dd) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações").

ee) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle foi uma holding que, em última instância, controlou a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários

Notas Explicativas

voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Santander DTVM passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

ff) Cisão da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de R\$ 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para R\$ 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Caixa	4.001.885	4.026.282	4.266.197
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior	18.001.554	12.630.919	15.882.528
Compromissadas	27.344.519	15.055.356	7.306.408
Aplicações em depósito interfinanceiro (CDI)	217.376	956.192	991.675
Total	49.565.334	32.668.749	28.446.808

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Classificação:			
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	20.713.315	26.485.913	54.072.564
Sendo:			
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	20.725.914	26.507.738	54.081.629

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(12.599)	(21.825)	(9.065)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	20.713.315	26.485.913	54.072.564
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, brutos	20.725.914	26.507.738	54.081.629
Tipo:			
Aplicações em depósito a prazo	7.655.416	9.255.101	9.059.204
Operações compromissadas (1)	2.430.956	4.129.438	699.035
Depósitos judiciais	10.267.493	10.200.137	10.773.280
Outras contas	372.049	2.923.062	33.550.110
Total	20.725.914	26.507.738	54.081.629

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Moeda:			
Real	19.796.533	23.669.165	51.088.578
Dólar norte-americano	676.709	2.445.780	2.778.913
Euro	252.672	392.793	214.138
Total	20.725.914	26.507.738	54.081.629

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Classificação:			
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.956.833	3.122.017	3.545.660
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	62.234.621	47.752.595	68.520.799
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	55.392.178	101.212.600	109.668.214
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	81.329.013	73.125.011	48.367.791
Sendo:			
Instrumentos de dívida ao Custo Amortizado	82.502.775	74.315.903	49.945.226
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(1.173.762)	(1.190.892)	(1.577.435)

Notas Explicativas

Total	202.912.645	225.212.223	230.102.464
Tipo:			
Títulos do governo - Brasil (1)	142.748.873	171.436.589	191.896.439
Debêntures e Notas promissórias	28.251.227	19.881.934	17.071.856
Outros títulos de dívida	31.912.545	33.893.700	21.134.169
Total	202.912.645	225.212.223	230.102.464

(1) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

Os Instrumentos de Dívidas são compostos, principalmente, por:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Moeda:			
Real	185.814.293	208.599.863	207.752.590
Dólar norte-americano	17.098.352	16.612.360	22.292.647
Euro	-	-	57.227
Total	202.912.645	225.212.223	230.102.464

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Instrumentos de dívida vinculadas a:			
Operações Compromissadas	60.633.943	76.211.049	101.371.733
Garantia de Operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.)	19.251.597	19.470.624	12.963.251
Vinculados a depósitos judiciais e outras garantias	15.235.912	23.291.528	9.665.135
Total	95.121.452	118.973.201	124.000.119

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança do modelo de negócios de títulos e valores mobiliários, de mantidos com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais e vender para mantidos com o objetivo de coletar de fluxos de caixa contratuais, no montante de R\$ 11 bilhões sem impacto em resultado, sendo o saldo em Patrimônio Líquido estornado integralmente.

Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/20 e, com o objetivo de adequar as novas condições de gestão de risco de taxa de juros, os títulos públicos pré-fixados LTNs que eram utilizados para cobertura do diferencial de juros foram reclassificados, em 01 de abril de 2022. Tal mudança na legislação acarreta em alteração do Modelo de Gestão utilizado pela Administração para gestão desses títulos, e avalia-se que as LTNs com vencimento em 2024, não se enquadram mais em modelos de "Mantidos para Coletar e Vender", sendo que, com a extinção da assimetria fiscal dos investimentos no exterior, tais títulos serão utilizados exclusivamente com objetivos de coletar fluxos de caixa.

Dessa forma, com a reclassificação realizada em 01 de abril de 2022, os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024 deixam de ser registrados a Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, e passam a ter efeito Somente de Pagamento de Principal e Juros. Tal evento acarreta na reversão integral do montante da marcação à mercado registrada em Outros Resultado Abrangentes na data da reclassificação no total bruto de R\$ 1.025 milhões, reduzindo, em contrapartida, o valor do

Notas Explicativas

ativo registrado.

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Classificação:			
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	2.365.229	2.020.610	1.818.276
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	240.050	477.707	438.912
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	33.493	29.187	72.173
Total	2.638.772	2.527.504	2.329.361
Tipo:			
Ações de empresas nacionais	1.458.883	1.869.824	1.953.128
Ações de empresas estrangeiras	60.235	48.825	13.617
Fundos de investimentos (1)	1.119.654	608.855	362.616
Total	2.638.772	2.527.504	2.329.361

(1) Composto, principalmente, por investimento em ativos de renda fixa e títulos públicos e privados.

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Saldo no início do exercício	2.020.610	1.818.276	2.029.470
Adições/Baixas (Líquidas)	344.619	202.334	(211.194)
Saldo no final do exercício	2.365.229	2.020.610	1.818.276

As variações nos saldos do item "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente a valor justo no resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Saldo no início do exercício	477.707	438.912	171.453

Notas Explicativas

Adições/Baixas (Líquidas)	(237.657)	38.795	267.459
Saldo no final do exercício	240.050	477.707	438.912

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Saldo no início do exercício	29.187	72.173	157.306
Adições/Baixas (Líquidas)	4.306	(42.986)	(85.133)
Saldo no final do exercício	33.493	29.187	72.173

Notas Explicativas

8. Instrumentos financeiros derivativos e Posições vendidas

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado, quando disponíveis. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais.

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como Hedge

	2022	2021	2020	2020	2020
Ativo			Original	Ajuste	Retificado
Swap - Diferencial a Receber	13.815.247	7.641.355	14.729.642	-	14.729.642
Prêmios de Opções a Exercer	1.419.279	1.385.889	4.974.618	-	4.974.618
Contratos a Termo e Outros	6.741.298	12.112.679	9.166.360	(2.623.106)	6.543.254
Total	21.975.824	21.139.923	28.870.620	(2.623.106)	26.247.514
Passivo					
Swap - Diferencial a Pagar	11.212.030	8.538.705	18.327.611	-	18.327.611
Prêmios de Opções Lançadas	1.894.522	2.256.244	4.926.994	-	4.926.994
Contratos a Termo e Outros	5.592.773	13.824.032	8.725.333	(2.623.106)	6.102.227
Total	18.699.325	24.618.981	31.979.938	(2.623.106)	29.356.832

Notas Explicativas

No exercício de 2020, devido a melhores condições de liquidez observadas no mercado das operações de comercialização de energia elétrica para determinados vencimentos, a administração reclassificou os contratos com vencimento até 2 anos de nível 3 para nível 2 (nota 29) e revisitou o tratamento contábil em relação aos contratos de comercialização de energia elétrica, que deixam de incluir o valor do "principal" e, desta forma, apenas os ajustes a valor justo e juros apurados nessas operações passam a ser registrados em contas patrimoniais.

Para fins de melhor comparabilidade, os montantes de "principal" das operações de comercialização de energia registrados em contas patrimoniais, em 31 de dezembro de 2020, foram reduzidos das rubricas de "Derivativos => Contratos a Termo e Outros" nos montantes de R\$ 2.623.106, com correspondente impacto no total de ativo e passivo e entre as linhas de "Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação" e "Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação" na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2020. Não houve alteração no saldo do patrimônio líquido ou resultado. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentada para fins de comparação, já contempla os referidos ajustes.

Resumo por Categoria

	2022			2021			2020		
	Valor	Valor		Valor	Valor		Valor	Valor	
	Referencial	da Curva	Valor justo	Referencial	da Curva	Valor justo	Referencial	da Curva	Valor justo
Negociação	Referencial	da Curva	Valor justo	(1)	da Curva	Valor justo	(1)	da Curva	Valor justo
Swap	779.023.280	(3.682.261)	2.603.217	837.762.019	(1.804.744)	(897.350)	398.925.842	(3.076.947)	(3.597.969)
Ativo	393.351.898	11.857.946	13.815.247	418.137.448	13.162.674	7.641.355	278.752.387	6.249.519	14.729.642
Certificado de Depósitos Interfinanceiros -									
CDI	85.498.232	3.624.970	5.069.441	66.837.268	318.541	(778.177)	41.316.315	326.586	3.010.880
Taxa de Juros Pré - Reais	186.961.127	6.772.985	4.902.157	231.741.021	9.269.271	6.412.471	54.159.848	4.013.563	9.607.342
Indexados em Índices de Preços e Juros	182.645	22.536	14.225	2.089.110	-	(234.488)	5.124.411	-	-
Moeda Estrangeira	116.577.474	1.292.203	4.764.609	91.837.446	799.550	2.003.728	178.076.136	959.322	1.039.529
Outros	4.132.420	145.252	(935.185)	25.632.603	2.775.313	237.822	75.676	950.048	1.071.891
		(15.540.207)	(11.212.030)		(14.967.418)				(18.327.61)
Passivo	385.671.382	)	)	419.624.571	)	(8.538.705)	120.173.455	(9.326.465)	1)

Notas Explicativas

Certificado de Depósitos Interfinanceiros -									
CDI	79.217.799	(4.057.095)	(4.363.542)	321.402.883	(4.171.481)	(12.327.484)	33.239.801	(6.911.748)	(13.693.733)
Taxa de Juros Pré - Reais	210.472.552	(8.512.023)	(4.347.433)	48.874.762	(6.760.576)	2.467.425	45.088.689	(2.183.507)	(2.772.479)
Indexados em Índices de Preços e Juros	626.129	(166.138)	(87.692)	22.827.336	-	(728.677)	33.026.692	-	(450.958)
Moeda Estrangeira	91.303.383	(2.804.302)	(3.494.263)	887.129	(28.407)	2.287.852	6.636.885	(25)	153.695
Outros	4.051.519	(649)	1.080.900	25.632.461	(4.006.955)	(237.822)	2.181.388	(231.186)	(1.564.135)
	1.150.540.61			1.130.172.09			2.043.286.08		
Opções	6	(877.100)	(475.243)	9	(595.345)	(870.355)	5	(282.110)	47.624
							1.006.266.89		
Compromissos de Compra	600.275.162	2.243.354	1.419.279	564.829.758	1.240.879	1.385.889	7	1.869.806	4.974.618
Opções de Compra Moeda Estrangeira	10.629.479	440.097	214.722	9.898.179	271.464	382.237	1.188.387	47.898	39.202
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.474.015	122.896	124.163	4.094.316	140.280	187.123	1.948.673	79.019	109.075
Opções de Compra Outras	94.414.288	674.574	577.487	31.248.540	459.995	510.977	134.761.947	558.794	1.093.583
Mercado Interfinanceiro	92.324.275	608.913	555.707	28.499.055	444.446	495.214	101.421.659	557.167	556.039
Outras ⁽²⁾	2.090.013	65.661	21.780	2.749.485	15.549	15.763	33.340.288	1.627	537.544
Opções de Venda Outras	490.757.380	1.005.787	502.907	519.588.723	369.140	305.553	868.367.889	1.184.095	3.732.758
Mercado Interfinanceiro	490.535.950	980.433	480.682	519.588.723	369.140	305.553	864.852.555	1.183.630	3.729.297
Outras ⁽²⁾	221.430	25.354	22.225	-	-	-	3.515.334	464	3.461
							1.037.019.18		
Compromissos de Venda	550.265.454	(3.120.454)	(1.894.522)	565.342.341	(1.836.224)	(2.256.244)	8	(2.151.915)	(4.926.994)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	6.763.742	(292.212)	(165.919)	4.111.016	(170.553)	(152.348)	1.537.670	(70.201)	699.243
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.885.700	(409.758)	(508.584)	4.017.161	(348.715)	(287.825)	2.315.919	(137.061)	(192.335)
Opções de Compra Outras	42.840.737	(1.590.130)	(821.508)	33.383.234	(719.460)	(872.335)	130.919.394	(588.023)	(453.919)
Mercado Interfinanceiro	33.377.728	(575.451)	(349.710)	31.730.928	(713.773)	(858.586)	120.156.285	(566.813)	(464.405)
Outras ⁽²⁾	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)	1.652.305	(5.687)	(13.749)	10.763.109	(21.210)	10.486
Opções de Venda Outras	491.775.275	(828.354)	(398.511)	523.830.930	(597.497)	(943.736)	902.246.206	(1.356.630)	(4.979.984)
Mercado Interfinanceiro	491.596.383	(804.467)	(378.608)	523.830.930	(597.497)	(943.736)	869.328.317	(1.350.314)	(4.597.427)

Notas Explicativas

Outras ⁽²⁾	178.892	(23.887)	(19.903)	-	-	-	32.917.888	(6.316)	(382.557)
Contratos de Futuros	278.348.786	-	-	287.984.278	-	-	270.258.566	-	-
Posição Comprada	254.505.429	-	-	148.237.279	-	-	110.275.866	-	-
Cupom Cambial (DDI)	77.727.137	-	-	85.931.389	-	-	12.438.695	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	148.713.860	-	-	28.491.764	-	-	97.837.171	-	-
Moeda Estrangeira	27.444.003	-	-	33.797.350	-	-	-	-	-
Índice ⁽³⁾	482.394	-	-	16.776	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	138.035	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição Vendida	23.843.357	-	-	139.746.999	-	-	159.982.699	-	-
Cupom Cambial (DDI)	17.259.936	-	-	60.606.204	-	-	73.114.014	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	3.337.596	-	-	53.267.620	-	-	67.958.767	-	-
Moeda Estrangeira	1.327.928	-	-	25.678.296	-	-	18.653.658	-	-
Índice ⁽³⁾	1.787.973	-	-	194.879	-	-	256.261	-	-
Treasury Bonds/Notes	129.924	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	152.669.932	1.394.796	1.148.525	167.611.313	2.836.843	(1.711.353)	165.663.806	2.693.759	441.028
Compromissos de Compra	93.143.116	2.292.188	6.741.298	93.097.212	5.345.415	12.112.679	96.309.648	1.370.654	6.543.254
Moedas	72.849.455	1.938.956	6.426.685	83.752.185	2.738.485	8.501.934	87.254.202	1.370.654	5.026.566
Outros	20.293.661	353.232	314.613	9.345.027	2.606.930	3.610.745	9.055.447	-	1.516.688
							(13.824.032)		
Compromissos de Venda	59.526.816	(897.392)	(5.592.773)	74.514.101	(2.508.572)	)	69.354.158	1.323.105	(6.102.227)
Moedas	53.574.925	(847.425)	(6.490.282)	71.611.500	(1.141.826)	(11.932.009)	64.986.757	1.323.328	(4.846.929)
Outros	5.951.891	(49.967)	897.509	2.902.602	(1.366.746)	(1.892.023)	4.367.401	(223)	(1.255.298)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Notas Explicativas

Valor Referencial	2022			
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total
Swap	38.910.036	250.925.646	103.516.216	393.351.898
			1.079.879.058	1.150.540.616
Opções	69.919.242	742.316		
Contratos de Futuros	1.525.199	-	276.823.587	278.348.786
Contratos a Termo e Outros	61.719.539	72.055.923	18.894.470	152.669.932

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

Valor Referencial	2021				2020
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total
Swap	152.650.125	233.667.783	31.819.540	418.137.448	278.752.387
	1.127.446.708			1.130.172.099	2.043.286.085
Opções		1.641.361	1.084.030		
Contratos de Futuros	287.984.278	-	-	287.984.278	270.258.566
Contratos a Termo e Outros	70.457.399	96.857.222	296.692	167.611.313	163.040.700

Notas Explicativas

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	2022			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<i>Swap</i>	45.216.039	55.756.566	292.379.293	393.351.898
		392.814.885		1.150.540.616
Opções	632.690.834		125.034.897	
Contratos de Futuros	199.359.807	22.626.385	56.362.594	278.348.786
Contratos a Termo e Outros	76.955.710	44.449.708	31.264.514	152.669.932

Valor Referencial	2021				2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
			287.817.926		
<i>Swap</i>	30.501.795	99.817.727	418.137.448	278.752.387	
			252.265.102	1.130.172.099	2.043.286.084
Opções	749.406.698	128.500.299			
Contratos de Futuros	167.320.563	45.239.639	75.424.076	287.984.278	270.258.566
Contratos a Termo e Outros	72.761.669	67.060.436	27.789.208	167.611.313	163.040.700

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Notas Explicativas

Valor Referencial			2022
	Bolsas (1)	Balcão	Total
<i>Swap</i>	45.837.011	347.514.887	393.351.898
	1.076.649.948		1.150.540.616
Opções		73.890.668	
Contratos de Futuros	278.348.786	-	278.348.786
Contratos a Termo e Outros	6.790.867	145.879.065	152.669.932

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A.

Valor Referencial			2021	2020
	Bolsas (1)	Balcão	Total	Total
		306.718.767		
<i>Swap</i>	111.418.682	418.137.448	278.752.387	
	1.094.484.434	1.130.172.099	2.043.286.084	
Opções		35.687.665		
Contratos de Futuros	287.984.278	-	287.984.278	270.258.566
		160.502.415		
Contratos a Termo e Outros	7.108.898	167.611.313	163.040.700	

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A.

a.5) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e *total return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

Notas Explicativas

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	2022		2021		2020	
	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.725.358	7.831.108	3.984.392	-	3.483.628	519.670
Total	3.725.358	7.831.108	3.984.392	-	3.483.628	519.670

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	2022		2021		2020	
	Acima de		Acima de		Acima de	
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto	12 Meses	Total	12 Meses	Total	12 Meses	Total
Por Instrumento						
CDS	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
Total	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
Por Classificação de Risco						

Notas Explicativas

Abaixo do Grau de

Investimento	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
Total	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
Por Entidade de Referência						
Governo Brasileiro	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
Total	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298

a.6) Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador são representados como seguem:

a.6.1) Hedge de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do Banco consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré-Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como hedge de risco de mercado dos créditos correspondente
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de DI na Bolsa ou swaps de juros e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting

Notas Explicativas

• O Banco possui risco ao índice de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo) gerado por debêntures na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco segue o IAS 39, que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de *hedge*, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de *hedge* permanece efetiva.

a) Teste prospectivo: segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (*inception*) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial (*no inception*): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de *hedge*, para uma conclusão de que mudanças no valor de mercado de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* a uma variação paralela de 10 *Basis Points* na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

b) Teste retrospectivo: o teste retrospectivo de efetividade será conduzido por meio da comparação da variação do *market to market* (mtm) do instrumento de *hedge* desde a data início com a variação do mtm do objeto de *hedge* desde o início.

Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

	2022		2021		2020
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Inefetiva
Estrutura de Hedge					
Fair Value Hedge					
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	-	-	3.756.394	-	-
Trade Finance Off	(189)	-	728	-	-
Total	(189)	-	3.757.122	-	-

Notas Explicativas

						31/12/2022
Instrumentos de Hedge						Objetos de Hedge
		Ajuste a Valor	Valor		Ajuste a Valor	Valor
Estratégias	Curva	de Mercado	Contábil	Curva	de Mercado	Contábil
Contratos de Swap	437.702	48.140	485.842	461.499	(24.687)	436.812
Hedge de Operações de Crédito	437.702	48.140	485.842	461.499	(24.687)	436.812
	75.057.601					
Contratos de Futuro		3.862.299	78.919.900	75.953.237	1.729.350	77.682.587
Hedge de Operações de Crédito	11.451.502	686.249	12.137.751	10.529.915	3.067.594	13.597.509
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.971.751	-	3.971.751	3.787.939	(609.013)	3.178.926
Hedge de Captações	59.634.348	3.176.050	62.810.398	61.635.383	(729.231)	60.906.152
						Consolidado
						31/12/2021
Instrumentos de Hedge						Objetos de Hedge
		Ajuste a Valor	Valor	Valor do	Ajuste a Valor	Valor
		Ajuste a Valor	Valor	Valor do	Ajuste a Valor	Valor
Estratégias	Curva	de Mercado	Contábil	Curva	de Mercado	Contábil
Contratos de Swap	84.767	(2.204)	82.563	84.937	3.175	88.112
Hedge de Operações de Crédito	84.767	(2.204)	82.563	84.937	3.175	88.112
	41.437.967					
Contratos de Futuro		(7.913)	41.430.054	46.351.128	(2.031.108)	44.320.021
Hedge de Operações de Crédito	2.850.589	(14.439)	2.836.150	2.738.830	15.685	2.754.515
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	38.587.378	6.527	38.593.904	43.612.299	(2.046.793)	41.565.506
						Consolidado
						31/12/2020
Instrumentos de Hedge						Objetos de Hedge

Notas Explicativas

Estratégias	Curva	Ajuste a Valor Ajuste a Valor de Mercado	Valor Valor Contábil	Valor do Valor do Valor do Ativo	Ajuste a Valor Ajuste a Valor de Mercado	Valor Valor Contábil
	46.649.331					
Contratos de Futuro		-	46.649.331	42.529.036	2.802.690	45.331.727
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	46.649.331	-	46.649.331	42.529.036	2.802.690	45.331.727

(*) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do ajuste diário calculado, registrado em conta de compensação.

a.6.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados nas agências Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

Em março de 2022, o Congresso dos EUA aprovou a Lei de Taxa de Juros Ajustáveis (LIBOR) ("a Lei LIBOR"). Esta legislação estabelece um processo uniforme, em âmbito nacional, para substituir a LIBOR em contratos existentes cujos termos não contenham cláusulas de fallback, substituindo automaticamente a LIBOR, na data de substituição da LIBOR (espera-se que seja o primeiro dia útil bancário de Londres após 30 de junho de 2023), com a "Substituição de referência selecionada pelo Conselho". Em 16 de dezembro de 2022, o Federal Reserve Board adotou uma regra final que implementa a Lei LIBOR e identifica essas substituições de referência, que diferem para diferentes contratos, mas são todas baseadas em SOFR.

Focamos e continuamos a focar em fazer todas as mudanças contratuais, comerciais, operacionais e tecnológicas necessárias para atender aos marcos pendentes relevantes.

Notas Explicativas

Nossa exposição a contratos vinculados à LIBOR em 31 de dezembro de 2021 era limitada e relacionada apenas à LIBOR em USD. Em 2021, adotamos a SOFR (Secured Overnight Finance Rate) e CME TERM SOFR em substituição à LIBOR USD para novos contratos e desde 1º de janeiro de 2022 não estamos mais realizando novas operações USD LIBOR, salvo exceções autorizadas por autoridades internacionais reguladoras (atividade de criação de mercado). Estamos nos comunicando com nossos clientes para alterar os acordos existentes para incluir cláusulas de fallback apropriadas para quando a LIBOR do USD deixar de ser publicada.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que indica que o teste de efetividade deve ser efetuado na concepção/início da estrutura de *hedge* (teste prospectivo) e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a expectativa da relação de *hedge* permanece efetiva (entre 80 e 125%).

Nesta estratégia de *hedge*, os testes de efetividade (prospectivo / retrospectivo) são conduzidos por meio da comparação de duas *proxies*, uma para o objeto de *hedge* e outra para o instrumento.

A *proxy* do objeto de *hedge* é um *swap* "conceitual", onde a "ponta" passiva simula a parte da Porção Estável a ser protegida e a "ponta" pré-fixada ativa é idêntica ao conjunto de futuros designado como *hedge*, estando está coerente com as taxas de mercado praticadas no dia da designação do *hedge*. A *proxy* do instrumento de *hedge* é um *swap* "conceitual", onde a "ponta" ativa é constituída pelo número de contratos de futuro designados como *hedge*, e a "ponta" pré-fixada passiva é a taxa negociada na aquisição destes contratos. A *proxy* é estável ao longo da estratégia uma vez que os contratos são mantidos até o vencimento.

Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

a) Teste Prospectivo: segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data de início e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta, porém os testes são efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: Risco de Mercado realiza as projeções de três cenários para os testes, sendo: 1º 10bps na curva; 2º 50bps na curva e 3º 100bps na curva. Utilizando as estimativas validadas, são efetuados os testes prospectivos por meio da valorização das duas pernas variáveis da operação a mercado.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

b) Teste Retrospectivo: deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o *hedge* foi efetivo, conforme metodologia apresentada anteriormente. Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

A parcela Inefetiva é mensurada por meio do teste prospectivo do *hedge* e se identificada reconhecida no resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em *hedges* de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – *hedges* de fluxo de caixa" (Nota 25) até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)" nas demonstrações consolidadas do resultado.

2022

2021

2020

Notas Explicativas

Estrutura de Hedge	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
<i>Cash Flow Hedge</i>						
Eurobonds	-	-	-	-	14.666	-
Trade Finance Off	(72.624)	-	(236.630)	-	58.088	-
Títulos Públicos (LFT)	(984.396)	-	(982.648)	-	727.437	-
CDB	(536.935)	-	402.779	-	-	-
	(1.593.955)					
Total	)	-	(816.500)	-	800.190	-

Notas Explicativas

Estratégias	Instrumentos de Hedge						Consolidado 31/12/2022 Objetos de Hedge
	Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	
Contratos de Futuro	42.617.519	403.700	43.021.219	42.568.476	2.611.153	45.179.629	
Hedge de Operações de Crédito	14.039.535	54.882	14.094.417	12.251.307	2.647.973	14.899.280	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	17.126.826	348.474	17.475.300	18.375.905	1.912.343	20.288.248	
Hedge de Captações	11.451.158	344	11.451.502	11.941.264	(1.949.163)	9.992.101	
							Consolidado 31/12/2021 Objetos de Hedge
Estratégias	Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor Contábil	Curva	Valor de de Mercado	Valor do Contábil	
Contratos de Futuro	110.932.644	(616.062)	110.316.582	128.673.067	(8.912.769)	119.760.298	
Hedge de Operações de Crédito	28.542.862	(577.845)	27.965.018	28.659.545	1.508.397	30.167.942	
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	71.320.781	(26)	71.320.756	89.837.000	(10.543.430)	79.293.570	

Notas Explicativas

Hedge de Captações	11.069.000	(38.191)	11.030.809	10.176.522	122.264	10.298.786
						Consolidado 31/12/2020 Objetos de
						Instrumentos de Hedge
						Valor
						Hedge
						Valor do
						Ativo
Estratégias	Valor	Valor				
	Contábil - ponta	de Mercado				
	passiva					
Contratos de Swap	1.428.053	1.428.053			1.302.666	1.302.666
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.428.053	1.428.053			1.302.666	1.302.666
Contratos de Futuro	19.500.234	19.500.234			23.447.934	23.447.934
Hedge de Operações de Crédito (1)	19.500.234	19.500.234			23.447.934	23.447.934

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do *notional*, registrado em conta de compensação.

a.6) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	2022	2021	2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.269.122	31.305.549	4.363.666
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.291.246	3.751.223	6.155.276
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.904.676	7.725.538	2.814.274
Total	32.465.044	42.782.310	13.333.215

Notas Explicativas

b) Posições Vendidas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de posições vendidas totalizou R\$ 22.047.423 (2021 - R\$ 12.780.559 e 2020 - R\$45.807.946) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

Notas Explicativas

9. Empréstimos e adiantamento a Clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Classificação:			
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados			
Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	1.894.282	392.455	60.808
Ativos Financeiros mensurados ao custo Amortizado	488.735.746	464.451.587	393.707.229
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	522.761.008	492.962.247	417.761.218
Provisão para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável ("impairment")	(34.025.262)	(28.510.660)	(24.053.989)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	490.630.028	464.844.042	393.768.037
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	524.655.290	493.354.702	417.822.026

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Tipo:			
Operações de crédito ⁽¹⁾	492.232.308	457.384.432	390.941.415
Operações de arrendamento mercantil	2.862.185	2.532.048	2.096.240
Operações compromissadas	-	6.044.808	4.530.041
Outros recebíveis ⁽²⁾	29.560.797	27.393.414	20.254.330
Total	524.655.290	493.354.702	417.822.026

(1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes. Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por redução ao valor recuperável:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Por setor devedor:			
Comercial e industrial	223.321.961	215.967.128	191.281.653
Crédito imobiliário - construção	58.242.768	54.738.607	45.791.869
Empréstimos a pessoas físicas	240.227.475	220.115.963	178.652.145

Notas Explicativas

Leasing	2.863.086	2.533.004	2.096.359
Total	524.655.290	493.354.702	417.822.026
Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Fórmula de taxa de juros:			
Juros prefixados	353.381.012	337.583.246	292.884.352
Juros pós-fixados	171.274.278	155.771.456	124.937.674
Total	524.655.290	493.354.702	417.822.026

Notas Explicativas

								2022
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	126.507.628	46,89%	83.448.296	47,02%	13.366.037	17,27%	223.321.961	42,57%
Crédito imobiliário	4.297.742	1,59%	10.905.342	6,14%	43.039.684	55,63%	58.242.768	11,09%
Empréstimos a pessoas físicas	137.581.042	51,00%	81.679.970	46,02%	20.966.463	27,09%	240.227.475	45,79%
Leasing	1.397.799	0,52%	1.454.533	0,82%	10.754	0,01%	2.863.086	0,55%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	269.784.211	100,00%	177.488.141	100,00%	77.382.938	100,00%	524.655.290	100,00%
								2021
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	165.729.422	61,37%	73.723.212	45,81%	8.221.617	13,18%	247.674.251	50,20%
Crédito imobiliário	3.985.684	1,48%	10.137.988	6,30%	40.614.935	65,12%	54.738.607	11,10%
Empréstimos a pessoas físicas	99.050.959	36,68%	75.832.619	47,12%	13.525.262	21,69%	188.408.840	38,19%
Leasing	1.284.868	0,48%	1.238.498	0,77%	9.638	0,02%	2.533.004	0,51%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	270.050.934	100,00%	160.932.317	100,00%	62.371.452	100,00%	493.354.702	100,00%
								2020
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	127.569.542	58,23%	60.190.422	40,94%	3.521.688	6,81%	191.281.652	45,78%
Crédito imobiliário	3.419.553	1,56%	8.973.495	6,10%	33.398.822	64,54%	45.791.870	10,96%

Notas Explicativas

Empréstimos a pessoas físicas	87.174.594	39,79%	76.667.187	52,15%	14.810.364	28,62%	178.652.145	42,76%
Leasing	899.055	0,41%	1.182.713	0,80%	14.591	0,03%	2.096.359	0,50%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	219.062.7100,00		147.013.817	100,00%	51.745.465	100,00%	417.822.026	100,00%

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	269.784.211	270.050.934	219.062.744
Entre 1 a 5 anos	177.488.141	160.932.317	147.013.817
Mais de 5 anos	77.382.938	62.371.451	51.745.465
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	524.655.290	493.354.702	417.822.026
Por classificação interna de risco			
Baixo	392.397.296	374.505.212	347.315.357
Médio-baixo	77.992.749	79.216.725	24.277.404
Médio	18.647.136	14.589.977	26.231.871
Médio-alto	13.573.901	9.413.110	3.896.457
Alto	22.044.208	15.629.678	16.100.937
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	524.655.290	493.354.702	417.822.026

c) Perdas por redução ao valor recuperável

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da provisão para perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis.

As variações nas provisões para as perdas por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são as seguintes:

Em milhares de Reais	2022
----------------------	------

Notas Explicativas

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
	Perdas de crédito esperada s em 12 meses	Perdas de crédito esperada s durante vida útil não sujeitas a redução ao valor recuperá vel	Perdas de crédito esperada s durante a vida útil sujeitas a redução ao valor recuperá vel	Total
Saldo no início do exercício	6.977.664	5.753.855	16.991.855	29.723.374
Perdas por não-recuperação contra o resultado	2.418.459	7.757.352	13.624.909	23.800.720
Transferências entre estágios	(387.312)	(124.415)	7.860.172	7.348.445
Movimentação do período	2.805.771	7.881.767	5.764.737	16.452.275
Sendo:			7.894.856	
Comercial e industrial	262.834	696.692		8.854.382
Crédito imobiliário - construção	(6.839)	(20.320)	271.494	244.335
Empréstimos a pessoas físicas	2.163.216	7.084.057	5.438.540	14.685.813
Leasing	(752)	(3.077)	20.019	16.190
Movimentação por Stage	(6.516.310)	(6.652.359)	13.168.669	-
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	-	-	(18.340.010)	(18.340.010)
Sendo:			(4.919.792)	
Comercial e industrial	-	-	2)	(4.919.792)
Crédito imobiliário - construção	-	-	(114.637)	(114.637)
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	(13.294.696)	(13.294.696)
Leasing	-	-	96)	(10.885)
Variação Cambial	6.104	2.610	18.825	27.539

Notas Explicativas

	2.885.917	6.861.45	25.464.2	35.211.62
Saldo no final do exercício		8	48	3
Sendo:				
	2.807.780	6.852.84	24.364.6	34.025.26
Empréstimos e adiantamentos a clientes		5	37	2
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	12.599	-	-	12.599
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	65.537	8.613	1.099.61	2
				1.173.762
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	-	-	983.030	983.030
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	597.436	597.436
Crédito imobiliário - construção	-	-	35.671	35.671
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	346.097	346.097
Leasing	-	-	3.826	3.826
			(2.011.05	
Desconto Concedido	-	-	9)	(2.011.059)

Notas Explicativas

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
	29.723.	25.640.	22.625.75
Saldo no início do exercício	374	489	0
Perdas por não-recuperação contra o resultado	23.800.7 20	16.986.6 95	18.311.441
Sendo:			
	8.854.38	3.340.30	
Comercial e industrial	2	9	6.918.671
Crédito imobiliário - construção	244.335	116.031	81.415
	14.685.8	13.531.8	
Empréstimos a pessoas físicas	13	15	11.308.689
Leasing	16.190	(1.460)	2.666
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(18.340. 010)	(12.934. 687)	(15.297.428)
Sendo:			
	(4.919.7 92)	(5.184.2 25)	(4.744.944)
Comercial e industrial			
	(114.637)	(166.579)	(232.262)
Crédito imobiliário - construção			
	(13.294. 696)	(7.575.9 67)	(10.433.131)
Empréstimos a pessoas físicas			
Leasing	(10.885)	(7.916)	(14.588)
Variação Cambial	27.539	30.878	127.499
	35.211.	29.723.	25.640.48
Saldo no final do exercício	623	376	8
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	34.025. 262	28.510. 659	24.053.98 9
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	12.599	21.825	9.065
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	1.173.7 62	1.190.8 92	1.577.435
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	983.030	1.536.3 36	861.253
Sendo:			
Comercial e industrial	597.436	462.523	422.023
Crédito imobiliário - construção	35.671	64.257	55.631
		1.002.25	
Empréstimos a pessoas físicas	346.097	7	370.491
Leasing	3.826	7.299	13.107

Notas Explicativas

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" totalizavam em 31 de dezembro de 2022, R\$ 24.828.749 (2021 - R\$17.112.734 e 2020 - R\$17.450.188).

Os saldos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável por setor devedor são os seguintes:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Comercial e industrial	12.259.205	8.324.614	9.757.193
Crédito imobiliário - Construção	283.946	154.248	193.935
Empréstimos a pessoas físicas	22.658.949	21.240.296	15.675.765
Leasing	9.523	4.218	13.594
Total	35.211.623	29.723.376	25.640.488

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Instrumento de Dívida" que estão classificados como custo amortizado e classificados como não recuperáveis (conforme definição descrita na nota 1.i) devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Saldo no início do período	26.923.312	23.176.039	23.426.076
Adições líquidas	31.920.565	18.428.727	14.757.908
Ativos baixados	(19.620.042)	(14.681.454)	(15.007.946)
Saldo no final do exercício	39.223.835	26.923.312	23.176.039

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por prazo de vencimento:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	23.036.735	12.885.506	12.966.813
Com saldos vencidos de:			
3 a 6 meses	4.349.146	4.717.302	3.049.974
6 a 12 meses	9.536.043	6.866.628	4.798.859
12 a 18 meses	1.481.516	1.253.046	1.243.809
18 a 24 meses	315.987	659.702	607.527
Mais de 24 meses	504.408	541.129	509.056
Total	39.223.835	26.923.312	23.176.039

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Por setor devedor:			
Comercial e industrial	14.156.235	11.439.692	10.558.213
Crédito imobiliário - Construção	1.057.989	470.115	456.130
Empréstimos a pessoas físicas	23.999.266	14.996.152	12.144.238
Leasing	10.345	17.353	17.458
Total	39.223.835	26.923.312	23.176.039

Notas Explicativas

e) Empréstimos vencidos há menos de 90 dias e não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas

	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias		% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias		% do total de empréstimos devidos há menos de 90 dias	
	2022	2021	2022	2021	2020	2020
Comercial, financeiro e industrial	4.940.611	4.892.277	21,43%	20,68%	5.131.885	25,80%
Crédito imobiliário - Construção	4.063.490	3.605.641	17,63%	15,24%	3.085.498	15,51%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	14.035.606	15.150.254	60,89%	64,04%	11.660.666	58,62%
Leasing financeiro	11.806	10.961	0,05%	0,05%	13.292	0,07%
Total⁽¹⁾	23.051.513	23.659.133	100,00%	100,00%	19.891.340	100,00%

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos entre 1 e 90 dias.

f) Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

Abertura por vencimento**Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil**

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Vencidas	2.066	3.531	2.740
A Vencer:			
Até 1 ano	1.197.133	1.067.567	952.172
De 1 a 5 anos	1.888.521	1.642.506	1.394.525
Acima de 5 anos	123.496	132.459	20.128
Total	3.211.216	2.846.063	2.369.565

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações cedidas é de R\$32.647 (2021 - R\$40.790 e 2020 - R\$55.284) e R\$32.138 (2021 - R\$40.511 e 2020 - R\$55.105) de "Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos" (Nota 20).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;

Notas Explicativas

- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de interveniência.

10. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.065.420	1.362.602	1.580.496
Execuções de empréstimos - retomada de bens	201.391	235.904	445.173
Aumento de Capital em Sociedades mantidas para Venda	56.512	66.197	-
Alienações	(413.777)	(599.283)	(663.067)
Saldo no final do exercício, bruto	909.546	1.065.420	1.362.602
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (1)	(210.410)	(249.075)	(269.693)
Provisão como percentual dos ativos executados	23,13%	23,38%	19,79%
Saldo no final do exercício	699.136	816.345	1.092.909

(1) Em 2022, inclui o montante de R\$ 196.649 (2021 – R\$182.448 e 2020 – R\$24.751) de reversão de provisões para desvalorizações sobre imóveis e R\$ 2.053 (2021 – R\$2.194) de provisões para desvalorizações sobre veículos, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada, contabilizada como provisão para perdas por não recuperação ("impairment").

11. Participações em coligadas e controle em conjunto

Controle conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	Participação em %		
			2022	2021	2020
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	19,45%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos (5)	Outras Atividades	Brasil	0,00%	25,32%	25,32%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%

Notas Explicativas

CIP S.A. (6)	Outras Atividades	Brasil	17,87%	0,00%	0,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (4)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	Corretora de Seguros	Brasil	20,00%	0,00%	0,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Solution 4Fleet	Outras Atividades	Brasil	80,00%	80,00%	0,00%

- (1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2022 a posição de 30/11/2022.
- (2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (3) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (4) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
- (5) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.
- (6) Em Março de 2022, ocorreu a Desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova sociedade CIP S.A., com fins lucrativos.

	Investimentos		
	2022	2021	2020
Controle conjunto do Banco Santander	1.053.127	628.040	590.219
Banco RCI Brasil S.A.	552.572	591.745	544.236
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	746	1.257	1.273
Gestora de Inteligência de Crédito	61.590	13.522	28.680
Campo Grande Empreendimentos	-	255	255
Santander Auto S.A.	30.778	21.261	15.775
CIP S.A	407.441	-	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	674.443	593.002	504.766
Webmotors S.A.	386.437	359.092	316.597
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	243.649	232.109	186.357
Hyundai Corretora de Seguros	1.254	1.260	1.044
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	540	541	768
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	42.563	-	-

Notas Explicativas

Controladas da Aymoré CFI	-	11.604	-
Solution 4Fleet	-	11.604	-
			1.094.985
Total	1.727.570	1.232.646	

Resultados de equivalência patrimonial			
	2022	2021	2020
Controle conjunto do Banco Santander	134.043	54.493	50.914
Banco RCI Brasil S.A.	84.214	62.813	72.057
Norchem Participações e Consultoria S.A.	-	-	333
CIP S.A	50.607	-	-
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	43	(16)	9
Gestora de Inteligência de Crédito	(13.365)	(14.419)	(19.064)
Santander Auto S.A.	12.544	6.115	(2.421)

Resultados de equivalência patrimonial			
	2022	2021	2020
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	65.136	91.833	61.380
Webmotors S.A.	52.085	45.817	38.823
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	11.540	45.752	22.219
Hyundai Corretora de Seguros	(6)	216	110
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	1.021	48	226
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	496	-	-
Controladas da Aymoré CFI	-	(2.142)	-
Solution 4Fleet.	-	(2.142)	-
Influência Significativa do Banco Santander	-	-	(33)
Norchem Holding e Negócios S.A.	-	-	(33)
Total	199.179	144.184	112.261

2022			
	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	15.665.896	15.289.473	446.732
Banco RCI Brasil S.A.	11.232.921	11.078.109	211.111
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	6.831	11.427	390
Gestora de Inteligência de Crédito	1.565.100	1.642.454	(68.330)
Santander Auto S.A.	208.976	182.551	26.425

Notas Explicativas

CIP S.A.	2.652.068	2.374.932	277.136
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.593.408	3.459.786	133.621
Webmotors S.A.	393.592	316.559	77.033
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.973.912	2.921.075	52.837
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	4.025	4.037	(12)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	5.400	3.358	2.041
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	216.479	214.757	1.722
	19.259.304		
Total		18.749.259	580.353

			2021 Resultado
	Ativo	Passivo	o
Controle conjunto do Banco Santander	12.488.103	12.473.458	95.420
Banco RCI Brasil S.A.	11.147.493	11.080.238	157.462
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.339	11.476	(136)
Gestora de Inteligência de Crédito	1.173.234	1.237.937	(74.136)
Santander Auto S.A.	156.037	143.807	12.230
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.055.130	2.824.094	231.035
Webmotors S.A.	342.195	276.743	65.452
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.707.571	2.542.515	165.056
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	3.353	2.921	431
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.011	1.915	96
Influência Significativa do Banco Santander	14.871	17.548	(2.677)
Norchem Holding e Negócios S.A.	14.871	17.548	(2.677)
	15.558.104		
Total		15.315.100	323.778

			2020
Controle conjunto do Banco Santander	12.900.571	11.255.396	51.847
Banco RCI Brasil S.A.	11.620.304	10.255.995	99.951
Norchem Participações e Consultoria S.A.	70.475	27.781	534
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.562	39	148
Gestora de Inteligência de Crédito	1.126.424	933.115	(45.410)
Santander Auto S.A.	71.807	38.466	(3.376)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.952.308	1.692.770	68.469
Webmotors S.A.	512.687	78.856	21.529

Notas Explicativas

Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.435.377	1.612.822	46.735
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.076	251	(43)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.168	841	247

Influência Significativa do Banco

Santander	126.877	29.391	(225)
Norchem Holding e Negócios S.A.	126.877	29.391	(225)
	15.979.756		

Total **12.977.558** **120.091**

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram:

Controle conjunto	2022	2021	2020
			1.049.510
Saldo no início do exercício	1.232.646	1.094.985	
Mudança de escopo de consolidação	(11.604)	(739)	(41.851)
Adição/(alienação)	103.500	13.746	13.571
Baixas/ redução de capital	(809)	-	-
Resultados de equivalência patrimonial	199.179	144.184	112.293
Dividendos propostos/recebidos	(125.732)	(66.878)	(59.784)
Ajuste ao Valor de Mercado	(26.355)	-	-
Outros	-	47.348	21.246
			1.094.985
Saldo no final do exercício	1.370.825	1.232.646	
Influência Significativa			
Saldo no início do exercício	-	-	21.252
Resultados de equivalência patrimonial	-	-	(33)
Dividendos propostos/recebidos	-	-	(239)
Adição/Alienação	356.745	-	(20.980)
Saldo no final do exercício	356.745	-	-

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2022, 2021 e 2020.

Notas Explicativas

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.
- Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

	2022		2021		2020	
	Banco RCI Brasil	Webmotor s	Banco RCI Brasil	Webmotor s	Banco RCI Brasil	Webmotor s
Ativo	10.608.167	404.644	10.187.883	342.195	11.270.565	276.170
Passivo	9.284.716	86.928	8.754.744	71.742	9.825.654	220.707
Caixa e equivalentes de caixa	306.035	2.161	341.015	2.746	201.142	1.411
Depreciação e Amortização	(1.592)	(818)	(1.628)	(19.152)	(1.577)	(14.949)
Receitas	711.714	84.742	637.856	331.586	732.253	277.270
Receitas com Juros	1.784.427	12.887	1.308.649	3.938	1.354.283	2.283
Despesas com Juros	(1.111.611)	-	(592.776)	-	(483.506)	-
Receita / (Despesa) com Imposto de renda	(103.933)	(43.634)	(105.266)	(32.819)	(169.957)	(26.314)
Passivo Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	3.817.483	-	3.293.251	58.910	3.279.806	58.910
Passivo não Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	5.744.632	-	5.218.945	796	5.947.683	796

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Custo	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.840.170	5.345.320	10.172.692	3.082.781	2.053	21.443.016
Adições	8.831	559.388	667.704	-	-	1.235.923
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	738.603	-	738.603
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(246.308)	-	(246.308)
Baixa	(23.771)	(2.241.220)	(416.600)	-	-	(2.681.591)
Transferências	(8.485)	120.158	39.861	-	(806)	150.728
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.816.745	3.783.646	10.463.657	3.575.076	1.247	20.640.371
Adições	32.959	435.858	693.957	-	-	1.162.774
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	103.449	-	103.449
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(254.101)	-	(254.101)
Baixa	(50.181)	(1.584.956)	(402.817)	-	-	(2.037.954)
Transferências	-	651.607	(468.561)	-	-	183.046
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.799.523	3.286.155	10.286.236	3.424.424	1.247	19.797.585
Adições	44.475	185.248	896.388	-	-	1.126.111
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	333.742	-	333.742
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(115.842)	-	(115.842)
Baixa	(49.212)	(215.731)	(531.621)	-	-	(796.564)
Transferências	-	54.958	26.128	-	-	81.086
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.794.786	3.310.630	10.677.131	3.642.324	1.247	20.426.118

Depreciação acumulada	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(828.691)	(4.038.210)	(6.186.418)	(555.816)	-
Adições	(86.954)	(537.908)	(846.881)	(568.062)	-
Baixa	11.020	2.263.857	359.618	-	-
Transferências	1.765	66.717	(88.612)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(902.860)	(2.245.544)	(6.762.293)	(1.123.878)	-

Notas Explicativas

Adições	(108.946)	(291.174)	(896.705)	(553.955)	-	(1.049.779)
Baixa	38.337	940.737	448.471	572.833	-	2.359.378
Transferências	-	10	(102.187)	-	-	(102.177)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(973.469)	(1.595.971)	(7.312.714)	(1.105.000)	-	(10.982.154)
Adições	(101.576)	(332.594)	(865.145)	(560.728)	-	(1.860.043)
Baixa	28.904	214.948	404.157	-	-	647.009
Transferências	-	(117)	(3.673)	-	-	(3.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.046.141)	(1.713.734)	(7.777.375)	(1.665.728)	-	(12.202.978)
Perdas por não-recuperação ("impairment"):						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(14.446)	-	(37.479)	-	-	(51.925)
Impacto no resultado	(11.162)	-	7.789	-	(13.387)	(16.760)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(25.608)	-	(29.690)	-	(13.387)	(68.685)
Impacto no resultado	3.310	-	38.729	-	-	42.039
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(22.298)	-	9.039	-	(13.387)	(26.646)
Impacto no resultado	(5.644)	-	(87)	-	-	(5.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(27.942)	-	8.952	-	(13.387)	(32.377)
Valor Contábil						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.888.277	1.538.102	3.671.674	2.451.198	(12.140)	9.477.103
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.803.756	1.690.184	2.982.561	2.319.424	(12.140)	8.783.885
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.720.703	1.596.896	2.908.708	1.976.596	(12.140)	8.200.763

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui R\$ 50.807 em compromissos contratuais para aquisição de ativos tangíveis. (2021 - R\$58.413 e 2020 R\$0).

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IAS 36 o ágio é testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Notas Explicativas

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 2.n.i) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 44).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Composição:			
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565	27.215.749
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	160.771	305.937	-
Liderança Serviços Especializados em Cobranças S.A.	236.626	237.663	-
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800	62.800
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.590	32.613	-
Return Capital S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	24.346	24.346	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381	16.381
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	-	11.336	-
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	5.271	5.271	-
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557	1.557
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	9.777	-	-
Monetus Investimentos S.A.	39.919	-	-
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	39.589	-	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	-	-
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	-	-	1.039.304
	27.915.469	28.360.137	
Total	27.889.327		

	2022	Banco Comercial 2021	2020
Principais premissas:			
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa		
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo (1)	5,1%	4,8%	4,3%
Taxa de desconto (2)	12,9%	12,3%	12,4%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

Notas Explicativas

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 19,09% (2021 – 18,77% e 2020 - 19,56%).

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
		28.360.137	28.375.004
Saldo no início do exercício	27.915.469		
Aquisições (baixas):			
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	-	(1.039.304)	-
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(145.167)	305.937	-
Liderança Serviços Especializados em Cobranças S.A.	(1.036)	237.663	-
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	(23)	32.613	-
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	(11.336)	11.336	-
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	-	5.271	-
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	9.777	-	-
Monetus Investimentos S.A.	39.919	-	-
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	39.589	-	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	-	-
Outros	-	1.816	(14.867)
		27.915.469	28.360.137
Saldo no final do exercício	27.889.327		

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente. Ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. Para o exercício de 2022, 2021 e 2020 não houve evidências de impairment.

No teste de recuperabilidade do ágio, efetuado considerando-se o cenário de dezembro de 2022, e cujas taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados, verificou-se que esses continuam a indicar a inexistência de impairment.

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.629.798	293.725	5.923.523

Notas Explicativas

Adições	990.184	73.238	1.063.422
Baixa	(240.626)	(7.803)	(248.429)
Transferências	(25.515)	3.036	(22.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.353.841	362.196	6.716.037

Adições	1.429.459	71.103	1.500.562
Baixa	(633.534)	(3.270)	(636.804)
Transferências	(124.157)	-	(124.157)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.025.609	430.029	7.455.638

Adições	1.536.146	201.402	1.737.548
Baixa	(186.429)	(1.345)	(187.774)
Transferências	5.986	(38)	5.948
Balance on December 31, 2022	8.381.312	630.048	9.011.360

Amortização acumulada

Saldos em 31 de dezembro de 2019	(3.448.788)	(251.632)	(3.700.420)
---	--------------------	------------------	--------------------

Adições	(534.000)	(5.322)	(539.322)
---------	-----------	---------	-----------

Saldos em 31 de dezembro de 2020	(3.982.788)	(256.954)	(4.239.742)
---	--------------------	------------------	--------------------

Adições	(569.370)	(13.771)	(583.141)
---------	-----------	----------	-----------

Baixa	343.216	(4.558)	338.658
-------	---------	---------	---------

Saldos em 31 de dezembro de 2021	(4.208.942)	(275.283)	(4.484.225)
---	--------------------	------------------	--------------------

Adições	(651.724)	(73.735)	(725.459)
---------	-----------	----------	-----------

Baixa	40.085	2.991	43.076
-------	--------	-------	--------

Saldos em 31 de dezembro de 2022	(4.820.581)	(346.027)	(5.166.608)
---	--------------------	------------------	--------------------

	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Perda por não-recuperação ("impairment") - TI			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(2.319)	-	(2.319)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(66.269)	-	(66.269)
Baixas	(1.346)	-	(1.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(69.934)	-	(69.934)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(23.066)	(7.094)	(30.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(93.000)	(7.094)	(100.094)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(10.091)	(21.160)	(31.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(103.091)	(28.254)	(131.345)

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.301.119	105.242	2.406.361
---	------------------	----------------	------------------

Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.723.667	147.652	2.871.319
---	------------------	----------------	------------------

Notas Explicativas

Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.457.640	255.767	3.713.407
---	------------------	----------------	------------------

(1) Refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Relacionamento com cliente	1.645.963	922.860	1.873.048
Despesas antecipadas	1.031.104	797.365	1.007.792
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (nota 22.c.5)	496	496	496
Ativo Atuarial (Nota 21)	292.770	287.808	361.149
Outros recebíveis (1)	5.304.196	4.040.499	3.979.926
Total	8.274.529	6.049.028	7.222.411

(1) Corresponde, principalmente, a pagamento de prêmios da carteira de folha de pagamento.

16. Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	116.079.014	121.005.909	131.656.962
			131.656.962
Total	116.079.014	121.005.909	
Tipo:			
Depósitos à vista ⁽¹⁾	3.520.842	126.203	296.340
Depósitos a prazo ⁽²⁾	87.824.144	75.754.363	76.489.490
Operações compromissadas	24.734.028	45.125.343	54.871.132
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽³⁾	70.188	13.478.131	13.843.463
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	24.663.840	31.647.212	41.027.669
			131.656.962
Total	116.079.014	121.005.909	

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Fname) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Declarações dos Diretores

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Moeda:			
Real	46.952.884	62.322.887	77.743.482
Euro	-	9.309	13.156
Dólar norte-americano	68.661.828	58.673.713	53.900.324
Outras moedas	464.302	-	-
Total	116.079.014	121.005.909	131.656.962

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, do item "Depósitos de clientes" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	489.953.489	468.961.069	445.813.972
	489.953.48	468.961.06	445.813.97
Total	9	9	2

Tipo:

Depósitos à vista:

Contas correntes ⁽¹⁾	26.607.407	41.742.247	35.550.105
Cadernetas de poupança	60.170.586	65.248.913	62.210.443
Depósitos a prazo	339.943.008	280.955.456	269.929.085
Operações compromissadas	63.232.488	81.014.453	78.124.340
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽²⁾	17.309.369	20.103.099	14.944.250
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	45.923.119	60.911.354	63.180.090
	489.953.48	468.961.06	445.813.97
Total	9	9	2

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

18. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Obrigações por títulos e valores mobiliários" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
----------------------	------	------	------

Notas Explicativas**Classificação:**

Passivos financeiros ao custo amortizado	107.120.875	79.036.792	56.875.514
Total	107.120.875	79.036.792	56.875.514

Total**Tipo:**

Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	26.076.306	21.459.182	18.846.138
Eurobonds	14.508.126	12.952.068	9.399.277
Letras financeiras (2)	33.713.048	25.074.264	12.749.911
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	24.045.319	16.989.434	14.746.831
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	8.778.076	2.561.845	1.133.356
Total	107.120.875	79.036.792	56.875.514

Total

- (5) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2023 a 2028 (2021 - com prazo de vencimento entre 2022 a 2028 e 2020 - com prazo de vencimento entre 2021 a 2027).
- (6) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2023 a 2032 (2021 - com prazo de vencimento entre 2022 a 2031 e 2020 - com prazo de vencimento entre 2021 a 2025).
- (7) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2035 (31/12/2021- com prazo de vencimento entre 2022 e 2035).

Indexadores:	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Letras Financeiras	100% a 112% do CDI	
	100% do IPCA	-
	Pré-fixadas: 4,26% a 14,35%	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	86% a 105,8% do CDI	-
	Pré-fixadas: 3,90% a 14,36%	-
	100% do IPCA	-
	1,5% à 1,7% do IPCA	-
	100% da TR	-
	70% a 104% do CDI	-

Notas Explicativas**Letras de Crédito do****Agronegócio - LCA**

Pré-fixadas: 5,37% a

14,07%

-

Letra Imobiliária Garantida -

6% a 106% do CDI

-

LIG

95% a 108,5% do IPCA

-

Eurobonds

-

0% a 9%

-

CDI+6,4%

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais**Moeda:****2022****2021****2020**

Real

92.612.749

66.084.725

47.490.706

Dólar norte-americano

14.508.126

12.952.068

9.384.808

107.120.875**Total****79.036.792****56.875.514****Moeda:****2022****2021****2020****Juros médios (%)**

Real

12,3%

5,4%

2,5%

Dólar norte-americano

5,2%

5,7%

5,2%

Total**8,8%****5,6%****3,9%**

As variações no saldo "Obrigações por títulos e valores mobiliários" foram as seguintes:

Em milhares de Reais**2022****2021****2020****56.875.514****73.702.474****Saldo no início do exercício****79.036.792**

101.784.961

Emissões

60.583.109

60.047.656

(82.900.914

Pagamentos

(39.154.639)

(97.220.580)

)

Juros (nota 32)

6.951.908

4.536.849

2.785.942

Variação cambial e outros (1)

(296.295)

13.060.048

3.240.356

107.120.875**79.036.792****56.875.514****Saldo no final do exercício**

(1) Em 2020, a Variação Cambial atrelada às "Obrigações por títulos e valores mobiliários" estão relacionadas aos Eurobonds.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, nenhum desses instrumentos foram convertidos em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado correspondentes em cada exercício.

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2022	2021	2020
2018	2025	4,4%	-	306.253	4.213.777
2019	2027	Até 6,4% + CDI	32.204	1.189.699	1.279.506
2020	2027	Até 6,4% + CDI	90.069	3.363.551	3.905.993
2021	2031	Até 9% + CDI	6.306.335	8.092.563	-
2022	2035	Até 9% + CDI	8.079.519	-	-
Total			14.508.127	12.952.066	9.399.276

19. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissã o Vencimento		Valor (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	2022	2021	2020
		Sem Prazo					
Nível I (1)	nov-18	(Perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.591.740	7.050.080	6.554.451
Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	6.580.937	7.038.527	6.565.209
Letras Financeiras -							
Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	6.133.677	5.351.046	-
Letras Financeiras -							
Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	231.264	201.755	-
					19.537.61	19.641.40	13.119.66
Total					8	8	0

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas e 2021 possuem opção de resgate e recompra.

Notas Explicativas

	2022	2021	2020
Saldos no início do exercício	19.641.408	13.119.660	10.175.961
Emissão - Nível II	-	5.500.000	-
Juros Nível I (1)	484.291	505.300	506.771
Juros Nível II (1)	379.103	449.899	402.622
Variação Cambial e Outros	(105.467)	977.855	2.948.951
Pagamento de juros - Nível I	(467.099)	(493.071)	(495.789)
Pagamento de juros - Nível II	(394.618)	(418.235)	(418.856)
Saldo no final do exercício	19.537.618	19.641.408	13.119.660

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares" (Nota 32).

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,25% a.a.; (c) sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,125% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 8 de novembro de 2028; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º(quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
----------------------	------	------	------

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Cartões de crédito	38.941.974	45.976.315	48.912.963
Transações pendentes de liquidação (1)	20.743.759	10.861.143	7.210.396
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar	191.720	1.029.952	1.223.310
Contas de cobrança fiscal - tributos a recolher	1.108.778	969.939	864.292
Passivo associado à transferência de ativos (nota 9.g)	32.138	40.511	55.105
Outros passivos financeiros	10.496.253	10.030.440	8.595.084
Total	71.514.622	68.908.300	66.861.150

(1) Inclui operações a liquidar com a B3 S.A. e ordens de pagamento em moeda estrangeira.

21. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisões para fundo de pensões e obrigações similares totalizou R\$1.775.202 (2021 - R\$2.728.126 e 2020 - R\$3.929.265).

I. Plano de pensão complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

- **Plano I:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

- **Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

- **Plano III:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

- **Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75:** plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

- **Plano I:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

- **Plano II:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

- **Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN):** complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

- **Plano Sanprev I:** plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

- **Plano Sanprev II:** plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio- natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Notas Explicativas

- **Plano Sanprev III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

• Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Baneprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

• Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2022, foram de R\$58.960 (2021 – R\$69.142 e 2020 – R\$110.325).

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGDL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGDL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2022 foram de R\$ 22.068 (2021 – R\$ 17.880).

II. Plano de assistência médica e odontológica

• Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

• Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi):

O plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

• Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares):

Trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

• Aposentados pela Bandeprev:

Notas Explicativas

Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

• Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios):

Fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Diretores Saúde:

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

• Clínica Grátis:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

• Seguro de Vida para aposentados (Seguros de Vida):

Concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

• Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida):

Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

• Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial e cálculo dos juros sobre os ativos

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos pós-emprego – 9,44% (2021 - 8,39% e 2020 - 6,8%).
- Cabesp, Lei 9.656 e Outras obrigações similares – 9,64% (2021 – 8,44% e 2020 – 7,1%).

• Taxa estimada de inflação no longo prazo

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos – 3,00% (2021 - 3,00% e 2020 – 3,3%).

Notas Explicativas**• Taxa estimada de aumento nominal dos salários**

- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos – 3,52% (2021 – 3,52% e 2020 – 3,8%).

A situação de custeio das obrigações de benefício definido de 2022 e dos últimos 2 anos é a seguinte:

	2022	2021	2020
Valor presente das obrigações - Planos pós-emprego:			
Aos atuais funcionários	186.038	320.202	478.837
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	23.920.682	26.183.758	28.202.580
	24.106.720	26.503.960	28.681.417
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	27.316.715	28.321.826	28.634.891
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(4.141.741)	(3.645.083)	(2.762.220)
Provisões - Planos pós-emprego, líquidas	931.746	1.827.217	2.808.746
Valor presente das obrigações - Outras obrigações similares			
Aos atuais funcionários	71.653	97.004	135.902
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	4.517.011	5.026.865	5.782.124
	4.588.664	5.123.869	5.918.026
Menos:			
Valor justo dos ativos do plano	4.945.407	5.096.262	5.398.667
Ativos não reconhecidos ⁽¹⁾	(907.430)	(585.495)	(240.010)
Provisões - Outras obrigações similares, líquidas	550.687	613.101	759.370
Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	1.482.433	2.440.318	3.568.115
Sendo:			
Provisões atuariais	1.775.202	2.728.126	3.929.265
Ativos atuariais (nota 15)	292.770	287.808	361.149

(1) Refere-se aos planos superavitários Banesprev I e III, Sanprev I,II e III e Bandeprev.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

	Planos pós-emprego		
	2022	2021	2020
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 39)	1.432	1.799	4.186

Notas Explicativas

Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 31 e 32)	2.175.565	(81.681)	108.268
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 31 e 32)	(2.064.384)	252.608	97.291
Outros movimentos - Encargos Extraordinários	41.546	2.117	16.786
Total	154.159	174.843	226.532

	Outras obrigações similares		
	2022	2021	2020
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 39)	5.015	6.820	5.860
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 31 e 32)	427.484	14.985	71.374
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 31 e 32)	(382.028)	31.500	-
Outros movimentos - Encargos Extraordinários (2)	31	(135)	(142)
Total	50.502	53.170	77.092

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

	Planos pós-emprego		
	2022	2021	2020
Valor presente das obrigações no início do exercício	26.503.960	28.057.482	28.681.417
Custos dos serviços correntes (Nota 39)	1.432	1.799	4.186
Custo dos juros	2.175.565	1.971.031	1.940.515
Benefícios pagos	(3.269.089)	(2.159.866)	(2.060.960)
Perdas (ganhos) atuariais	(1.347.974)	(1.992.512)	722.261
Outros	42.826	2.091	17.933
Valor presente das obrigações no fim do exercício	24.106.720	28.681.417	26.503.960

	Outras obrigações similares		
	2022	2021	2020
Valor presente das obrigações no início do exercício	5.123.868	5.918.026	6.251.807
Custos dos serviços correntes (Nota 39)	5.015	6.820	5.860
Custo dos juros	427.484	417.536	448.836
Benefícios pagos	(398.149)	(373.341)	(337.742)
Perdas (ganhos) atuariais	(569.554)	(845.173)	(450.735)

Notas Explicativas

Valor presente das obrigações no fim do exercício	4.588.664	5.123.868	5.918.026
--	------------------	------------------	------------------

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

	Planos pós-emprego		
	2022	2021	2020
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	28.321.826	25.822.890	28.634.891
Receitas (Despesas) com Juros	2.477.872	2.052.712	1.832.247
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	(950.298)	(791.317)	2.994.598
Contribuições	750.690	589.006	49.716
Sendo:			
Pelo Banco	747.913	585.437	44.970
Por participantes do plano	2.777	3.569	4.746
Benefícios pagos	(3.269.258)	(2.159.866)	(2.060.960)
Variações cambiais e outros itens	(14.117)	(3.600)	(3.600)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	27.316.715	28.634.891	28.321.826

	Outras obrigações similares		
	2022	2021	2020
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.096.263	5.398.667	5.222.517
Receitas (Despesas) com Juros	449.758	402.551	377.462
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	(399.946)	(521.100)	(34.409)
Contribuições	164.876	151.926	132.416
Sendo:			
Pelo Banco	164.876	151.926	132.416
Benefícios pagos	(365.544)	(335.781)	(299.319)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	4.945.407	5.096.263	5.398.667

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

Notas Explicativas

Experiência do Plano	(739.281)	(2.640.120)	(807.895)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	2.087.825	4.632.632	85.634
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(174)	-	-
	1.348.370		
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação		1.992.512	(722.261)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(962.916)	(791.317)	2.994.598
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(962.916)	(791.317)	2.994.598
Mudança no Superávit / Déficit Irrecuperável			(1.318.382)
	(82.891)	(630.255)	)
	Outras obrigações similares		
	2022	2021	2020
Experiência do Plano	(10.858)	(290.878)	289.237
Mudanças em Hipóteses Financeiras	580.286	1.136.497	182.120
Mudanças em Hipóteses Demográficas	126	(446)	(20.621)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	569.554	845.173	450.735
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(403.979)	(521.100)	(34.409)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(403.979)	(521.100)	(34.409)
Mudança no Superávit Irrecuperável	(254.205)	(313.984)	(240.010)

Os ajustes de experiência resultantes de passivos e ativos dos planos estão expressos a seguir:

	Planos pós-emprego		
	2022	2021	2020
			2.994.598
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(950.298)	(791.317)	
	Outras obrigações similares		
	2022	2021	2020
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(399.946)	(521.100)	(34.409)

Os montantes de obrigação atuarial dos planos de benefício definido sem cobertura e os planos de benefícios definido parcial ou totalmente cobertos estão expressos a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
-----------------------------	-------------	-------------	-------------

Notas Explicativas

Planos de benefício definido sem cobertura	550.687	613.101	759.370
Planos de benefício definido parcial ou totalmente cobertos	28.000.988		33.840.073
		31.014.727	

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	2022	2021	2020
Instrumentos de dívida	95,10%	96,68%	97,41%
Bens imóveis	0,16%	0,17%	0,17%
Outros	4,72%	3,15%	2,45%

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

O valor do retorno real dos ativos do plano foi de R\$ 1.560.736 (2021 – R\$1.198.815 e 2020 - R\$4.826.845).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2022, projetados para os próximos dez anos:

2023	2.490.444
2024	2.537.599
2025	2.582.067
2026	2.623.161
2027	2.660.393
2028 a 2032	13.668.829
Total	26.562.493

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	2022		2021		Sensibilidade 2020	
	Custo do Serviço	Valor Presente das	Custo do Serviço	Valor Presente das	Custo do Serviço	Valor Presente das

Notas Explicativas

	Corrent e e		Corrent e e		Corrente e	
	Juros		Juros		Juros	
Taxa de Juros						
(+)0,5%	(22.524)	(240.984)	(25.444)	(305.114)	(28.711)	(402.547)
(-)0,5%	24.802	265.351	28.133	337.349	32.099	450.049
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral						
Aplicada (+) 2 anos	(42.586)	(455.624)	(44.619)	(535.039)	(47.637)	(667.904)
Aplicada (-) 2 anos	45.310	484.763	47.934	574.793	54.226	760.289
Custo Assistência Médica						
(+)0,5%	29.297	313.438	31.280	375.089	34.718	486.769
(-)0,5%	(27.104)	(289.978)	(28.762)	(344.891)	(31.637)	(443.569)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Planos pós-emprego
	Duração (em Anos)
Banesprev Plano I	8,87
Banesprev Plano II	9,48
Banesprev Plano III	8,30
Banesprev Plano IV	10,11
Banesprev Plano V	7,19
Banesprev Pré-75	7,83
Sanprev I	5,78
Sanprev II	9,24
Sanprev III	8,25
Bandeprev Básico	7,74
Bandeprev Especial I	5,61
Bandeprev Especial II	5,16
SantanderPrevi	5,90
	5,67 / 4,79
CACIBAN / DAB / DCA	/ 5,17
Planos	Outras obrigações similares
Cabesp	11,83
Bandepe	9,79
Clínica Grátis	8,91
Diretores Vitalícios	6,88
Diretores Saúde	22,61
Circulares ⁽¹⁾	8,74 E 7,98
Seguro de Vida	7,88

(1)A duração 8,74 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 7,98 ao plano

Notas Explicativas

dos Ex-Empregados do Banco Real.

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	2022		2021		2020	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	9,44% ¹ e 9,46% ² e 9,64%	9,64%	8,4%	8,4%	6,8%	7,1%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,44% ¹ e 9,46% ² e 9,64%	9,64%	8,4%	8,4%	6,8%	7,1%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,3%	3,3%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A	3,8%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

⁽¹⁾ Banesprev Planos II, V e Pré75

⁽²⁾ Cabesp

22. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões**a) Composição**

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	1.775.202	2.728.126	3.929.265
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	7.339.941	8.876.356	9.885.713
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores (nota 15)	496	496	496
Processos judiciais e administrativos	6.754.262	7.668.914	8.648.892
Sendo:			
Cíveis	2.875.936	3.231.004	3.429.155
Trabalhistas	1.700.752	2.071.811	2.886.990
Fiscais e Previdenciárias	2.177.574	2.366.099	2.332.747
Provisões para compromissos contingentes (Nota 22.b.1)	430.484	908.027	724.779
Provisões diversas	154.700	298.919	511.546
Total	9.115.143	11.604.482	13.814.978

Notas Explicativas

b) Variações

As variações no saldo de "Provisões" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	Fundos de		2022
	Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	2.728.126	8.876.356	11.604.482
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	156.637	-	156.637
Despesas com pessoal (nota 39)	6.447	-	6.447
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	40.470	1.652.562	1.693.032
Outros Resultados Abrangentes	(401.147)	-	(401.147)
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	-	(477.543)	(477.543)
Pagamentos a fundos externos	(783.187)	-	(783.187)
Valor pago	-	(2.713.474)	(2.713.474)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	27.856	-	27.856
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	2.040	2.040
Saldo no fim do exercício	1.775.202	7.339.941	9.115.143

Em milhares de Reais	Fundos de		2021
	Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	3.929.265	9.885.713	13.814.978
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	217.413	-	217.413
Despesas com pessoal (nota 39)	8.619	-	8.619
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(1.618)	1.997.788	1.996.170
Outros Resultados Abrangentes	(833.511)	-	(833.511)
Constituição de provisões para compromissos contingentes	-	183.248	183.248
Pagamentos a fundos externos	(619.086)	-	(619.086)
Valor pago	-	(3.222.395)	(3.222.395)

Notas Explicativas

Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	27.045	-	27.045
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	32.002	32.002
Saldo no fim do exercício	2.728.126	8.876.356	11.604.482

Em milhares de Reais	Fundos de		2020
	Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	4.960.620	11.365.589	16.326.209
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	276.933	-	276.933
Despesas com pessoal (nota 39)	10.046	-	10.046
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	13.044	1.565.402	1.578.446
Outros Resultados Abrangentes	(1.133.245)	-	(1.133.245)
Constituição de provisões para compromissos contingentes	-	40.861	40.861
Pagamentos a fundos externos	(215.829)	-	(215.829)
Valor pago		(3.136.423)	(3.136.423)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	17.695	-	17.695
Transferências, variações cambiais e outras variações		50.284	50.284
Saldo no fim do exercício	3.929.265	9.885.713	13.814.978

(1) Para maiores informações, consultar a nota 22. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares.

b.1) Provisões para compromissos contingentes

Conforme nota 1.iii, o IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizada a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões no exercício de 2022 e 2021.

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Saldo no início do período (após a adoção inicial do IFRS 9)	908.027	724.779	683.918
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	(477.543)	183.248	40.861
Saldo no fim do exercício	430.484	908.027	724.779

Notas Explicativas

c) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

c.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Em 08 de fevereiro de 2023, o STF decidiu sobre coisa julgada em matéria tributária (Temas 881 e 885), considerando que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. O Banco Santander avaliou e não identificou nenhum impacto material em função dessa decisão.

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e Cofins** - R\$2.436.157 (31/12/2021 - R\$4.075.496) o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais procurando invalidar as disposições da Lei 9.718/1998, de acordo com a qual o PIS e COFINS devem incidir sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação a sociedades não financeiras, o PIS e a COFINS eram tributados apenas sobre o faturamento relativo à venda de mercadorias. Em 23 de abril de 2015, o Supremo Tribunal Federal proferiu decisão aplicável somente ao Santander Brasil, aceitando a competência sobre o recurso relativo ao PIS e indeferindo a competência sobre o recurso relativo ao COFINS. As autoridades fiscais recorreram da decisão do Supremo Tribunal Federal no tocante ao COFINS, sendo tal recurso inadmitido em 19 de agosto de 2015. No tocante ao COFINS, o caso está encerrado, com uma decisão em favor de Santander Brasil. Em dezembro de 2022, o recurso relativo ao PIS, teve seu julgamento iniciado com voto favorável do relator. Assim, após avaliação dos prognósticos e considerando também aspectos processuais, houve uma melhoria na classificação das chances de êxito pelos advogados, de forma que o risco de perda passou a ser considerado possível conforme apresentado nos saldos do item 22.c.4, não sendo provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação do PIS. Os recursos apresentados por outras empresas do grupo, aguardam julgamento.

• Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, registrado na linha de "Provisões".

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- **Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** R\$ 1.016.253 (31/12/2021 - R\$945.715): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

- **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** R\$ 133.593 (31/12/2021 - R\$53.936) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que,

Notas Explicativas

segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

- **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$319.020 (2021 - R\$283.528 e 2020 - R\$263.183): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. (Nota 22.c.4 – Risco de Perda Possível).

c.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 e 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou “STF”) rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro correspondente de cada representado e a AFABESP interpôs recurso que foi negado provimento, motivo pelo qual a decisão transitou em julgado.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença, razão pela qual já foram distribuídas aproximadamente 4,5 mil ações de cumprimento individual da sentença coletiva.

Em 31 de dezembro de 2022, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

c.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações

Notas Explicativas

que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

c.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$33.065.986, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e

Notas Explicativas

administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2022, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$8.328.563.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2022, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$4.716.156.

Compensação Não Homologada – o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$5.319.526.

Amortização do Ágio do Banco Real – a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$1.547.782.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2022, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$1.669.620.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de R\$1.156.559.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, e, atualmente, aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$699.460.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente ao Banco. Em julho de 2020, o Banco ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$ 521.724.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os rendimentos derivados da prestação de serviços realizados por empresa no exterior, por não comportarem transferência de tecnologia, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando a dupla tributação – TDTs. Em julho de 2013, foi concedida a tutela antecipada para suspensão da exigibilidade dos valores, e por conseguinte, sobreveio a sentença procedente. Atualmente, o processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 691.975.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 315.134, excluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos foram julgados improcedentes, motivo pelo qual foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário, ambos, pendentes de admissibilidade. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev

Notas Explicativas

em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é provisionado tendo em vista que não há lista de representados devidamente homologada nos autos, bem como a execução permanece suspensa.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.488.221 no Consolidado, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou uma nova liquidação de sentença.

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

c.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza civil, nos montantes R\$ 496 (31/12/2021 - R\$496), de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos

23. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Resultado Operacional antes da tributação	19.574.727	24.750.329	9.663.975
Alíquota (25% de imposto de renda e 20%/21% de contribuição social) (4)	(8.890.954)	(12.375.164)	(4.348.789)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (1)	(3.629.609)	(1.679.789)	(1.589.260)
Não tributável/Não dedutível:			
Equivalência patrimonial	3.880	72.114	85.723
Ágio	-	(559.247)	(183.854)
Variação cambial - filiais no exterior (2)	-	768.902	6.831.484
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (3)	1.161.311	(230.958)	(57.663)
Ajustes:			

Notas Explicativas

Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	312.227	264.191	551.983
Juros sobre Capital Próprio	2.361.830	1.820.072	1.478.138
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4)	715.075	1.192.687	353.777
Outros ajustes	2.730.988	1.536.187	665.239
Imposto sobre a renda	(5.235.252)	(9.191.005)	3.786.778
Sendo:			
Impostos correntes	(4.597.818)	(8.087.119)	(5.111.380)
Impostos diferidos	(637.434)	(1.103.886)	8.898.158
Impostos pagos no exercício	(6.077.436)	(4.534.538)	(1.269.150)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(3) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias

(4) Em 2021, a Lei nº 14.183/2021 majorou a alíquota da CSLL das empresas financeiras de 15% para 20% e dos Bancos de 20% para 25% de julho a dezembro de 2021. Em 2022, a CSLL foi majorada de 15% para 16% para empresas Financeiras e de 20% para 21% de agosto a dezembro de 2022, de acordo com a Lei 14.446/22. No Consolidado consideramos as diferenças de alíquotas de CSLL de 9% (empresas não financeiras), 16% (empresas Financeiras) e 21% (Bancos). Além dos eventos recorrentes demonstrados nessa linha, também foram reconhecidos os valores relativos do julgamento do Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic de repetição de indébito tributário.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal ainda distinto para os tributos PIS e COFINS, de tais diferenças cambiais, resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2022	2021	2020
------	------	------

Notas Explicativas

**Variações cambiais
(líquidas)**

Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	(2.643.931)	3.862.128	16.791.857
---	-------------	-----------	------------

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como <i>hedge</i> cambial	2.773.337	(6.374.108)	(30.374.869)
---	-----------	-------------	--------------

Impostos sobre a renda

Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como <i>hedge</i> - PIS/COFINS	(129.406)	275.052	311.819
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como <i>hedge</i> - IR/CS	-	2.236.928	13.271.193

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Resultado Operacional antes da tributação	19.574.727	24.750.329	9.663.975
Imposto sobre a renda	(5.235.252)	(9.191.005)	3.786.778
Alíquota efetiva	26,74%	37,13%	-39,18%

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	4.853.421	4.583.297	3.008.035
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2.061.631	1.978.165	472.472
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	758.045	388.307	1.533
Avaliação de hedge de investimento	562.352	562.353	562.353
Avaliação de plano de benefício definido	1.471.393	1.654.472	1.971.677
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(1.474.107)	(2.349.500)	(3.087.311)

Notas Explicativas

Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(1.465.965)	(2.340.394)	(2.700.991)
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	-	-	(386.284)
Avaliação de plano de benefício definido	(8.142)	(9.106)	(36)
Total	3.379.314	2.233.797	(79.276)

Refere-se a impostos diferidos reconhecidos no patrimônio líquido derivados de diferenças temporárias contabilizadas no patrimônio líquido.

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Ativos Fiscais Diferidos	37.640.297		
	38.607.588	37.981.698	
Sendo:			
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	33.086.551	32.884.314	32.113.436
Prejuízo fiscal	5.521.037	4.755.983	5.693.104
CSLL 18%	-	-	175.158
Total de ativos fiscais diferidos	37.640.297		
	38.607.588	37.981.698	
Passivos fiscais Diferidos	3.642.000	2.225.190	4.546.595
Sendo:			
Depreciação excedente de bens arrendados	289.026	-	166.903
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	3.352.974	2.225.190	4.379.692
Total de passivos fiscais diferidos	3.642.000	2.225.190	4.546.595

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação ("impairment") sobre empréstimos e valores a receber, provisões para processos judiciais e administrativos e ao efeito do valor justo de instrumentos financeiros.

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos três exercícios foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Ajustes ao valor de mercado (1)	Ajuste no resultado	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2022
			Outros (2)		

Notas Explicativas

Ativos Fiscais						
Diferidos	37.640.297	2.834.405	(735.734)	(1.131.380)	-	38.607.588
Diferenças temporárias	32.884.314	2.069.351	(735.734)	(1.131.380)	-	33.086.551
Prejuízo fiscal	4.755.983	765.054	-	-	-	5.521.037
Passivos fiscais						
diferidos	2.225.190	2.898.723	(647.856)	(834.057)	-	3.642.000
Diferenças temporárias	2.225.190	2.898.723	(647.856)	(834.057)	-	3.642.000
Total	35.415.107	(64.318)	(87.878)	(297.323)	-	34.965.588

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Ativos Fiscais	(3.609.495)					
Diferidos	37.999.396	)	1.696.091	1.554.305	-	37.640.297
Diferenças temporárias	32.131.133	(2.497.215)	1.696.091	1.554.305	-	32.884.314
Prejuízo fiscal	5.693.104	(937.121)	-	-	-	4.755.983
CSLL 18%	175.159	(175.159)	-	-	-	-
Passivos fiscais	(1.344.268)					
diferidos	4.546.595	)	(977.137)	-	-	2.225.190
Diferenças temporárias	4.546.595	(1.344.268)	(977.137)	-	-	2.225.190
	(2.265.227)					
Total	33.452.801	)	2.673.228	1.554.305	-	35.415.107

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor de mercado (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Ativos Fiscais						
Diferidos	30.295.060	8.362.100	(400.583)	(418.784)	161.603	37.999.396
Diferenças temporárias	29.565.700	3.223.197	(400.583)	(418.784)	161.603	32.131.133
Prejuízo fiscal	367.120	5.325.984	-	-	-	5.693.104
CSLL 18%	362.240	(187.081)	-	-	-	175.159
Passivos fiscais diferidos	5.540.873	129.231	(1.063.160)	(60.349)	-	4.546.595
Diferenças temporárias	5.540.873	129.231	(1.063.160)	(60.349)	-	4.546.595
Total	24.754.187	8.232.869	662.577	(358.435)	161.603	33.452.801

Notas Explicativas

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.

(2) Em 2022 refere-se, principalmente, ao net dos impostos diferidos no montante de R\$(297.323) (2021 – R\$1.572.002 e 2020 – R\$358.435), que possuem a mesma contraparte e prazo de realização.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

Ano	Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Diferenças temporárias	Total	
2023	11.738.573	94.081	11.832.654	674.661	674.661
2024	9.210.122	110.376	9.320.498	691.457	691.457
2025	9.001.904	850.688	9.852.592	506.886	506.886
2026	1.577.206	5.097	1.582.303	853.414	853.414
2027	986.375	4.029	990.404	853.414	853.414
2028 a 2032	572.371	4.456.766	5.029.137	62.168	62.168
Total	33.086.551	5.521.037	38.607.588	3.642.000	3.642.000

24. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Despesas provisionadas e receitas diferidas (1)	4.127.300	2.649.744	5.115.936
Transações em andamento (3)	794.786	796.671	674.162
Provisão para pagamento com base em ações	340.789	319.660	325.930
Passivos por contratos de seguros	1.950.220	2.011.596	1.987.577
Outros (2)	5.679.249	4.723.707	5.947.640
Total	12.892.344	10.501.378	14.051.245

(1) Corresponde, principalmente, a pagamentos a efetuar - despesas com pessoal.

(2) Inclui Créditos por Recursos a Liberar como Taxas Administrativas, Valores a Pagar de Sociedades Ligadas e Fornecedores.

(3) Inclui principalmente valores a repassar às bandeiras de cartões de crédito (recursos em trânsito) e valores a liberar referentes às operações de créditos imobiliários.

25. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Outros Resultados Abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

Notas Explicativas

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "Outros Resultados Abrangentes", como segue:

- Ajuste ao valor de mercado - Ganhos/(perdas): incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.
- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.
- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Outros Resultados Abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados às participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos Financeiros com efeito no Patrimônio Líquido

a.1) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (Nota 6), líquidos de impostos.

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (IFRS 9) em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

Em milhares de Reais				2022
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas liquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	1.460.128	(2.544.087)	(1.083.959)	54.809.740
Títulos privados	428.640	(52.114)	376.526	582.438
Total	1.888.768	(2.596.201)	(707.433)	55.392.178

Em milhares de Reais				2021
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas liquidas	Valor de mercado

Notas Explicativas

Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	6.756.252	(9.937.757)	(3.181.505)	101.158.055
Títulos privados	795.765	(3.965)	791.800	54.545
Total	7.552.017	(9.941.722)	(2.389.705)	101.212.600

Em milhares de Reais				2020
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor de mercado
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	11.061.691	(8.832.504)	2.229.187	109.317.614
Títulos privados	953.043	(840.101)	112.942	38.131
Total	12.014.734	(9.672.605)	2.342.129	109.355.745

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência objetiva de que os instrumentos classificados como Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (títulos de dívida) têm indícios de perda por não recuperação.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Outros Resultados Abrangentes - Hedge de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de hedge que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles sejam reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (Nota 8).

c) Hedge de investimentos no exterior e Ajustes de conversão de investimento no exterior

Outros Resultados Abrangentes - Hedges de investimentos líquidos em operações estrangeiras, inclui o montante líquido das mudanças no valor dos instrumentos que possuem hedge para os hedges de investimentos líquidos em operações no exterior. Em 2021, esse hedge foi descontinuado (Nota 8.a5).

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Reais (Nota 2.a).

26. Participações de não-controladoras

"Participações não-controladoras" dizem respeito ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Total	497.342	334.349	312.885

Notas Explicativas

Banco PSA Finance Brasil S.A.	130.404	129.289	138.644
Rojo Entretenimento S.A.	7.692	6.939	7.087
Banco Hyundai Capital	218.808	183.538	167.155
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	(72)	3.109	-
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	115.671	11.474	-
Toro Investimentos S.A.	19.899	-	-
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	1.648	-	-
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	3.292	-	-

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
-----------------------------	-------------	-------------	-------------

Lucro atribuível às participações não-controladoras	52.382	31.272	32.224
--	---------------	---------------	---------------

Sendo:

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

- - (444)

Banco PSA Finance Brasil S.A.	11.657	12.688	14.146
-------------------------------	--------	--------	--------

Rojo Entretenimento S.A.	530	(148)	(159)
--------------------------	-----	-------	-------

Banco Hyundai Capital	41.107	21.563	18.681
-----------------------	--------	--------	--------

GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	(3.182)	1.569	-
--	---------	-------	---

Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	2.693	(4.400)	-
--	-------	---------	---

Toro Investimentos S.A.	1.229	-	-
-------------------------	-------	---	---

Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	(1.023)	-	-
--	---------	---	---

Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	(629)	-	-
---	-------	---	---

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
-----------------------------	-------------	-------------	-------------

Saldo no início do exercício	334.349	312.885	558.581
-------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Mudança no escopo de consolidação (1)	-	17.415	(271.078)
---------------------------------------	---	--------	-----------

Incorporação/Aquisição	20.446	-	-
------------------------	--------	---	---

Dividendos pagos / Juros sobre capital próprio	(7.432)	(19.138)	-
--	---------	----------	---

Notas Explicativas

Aumento de Capital	66.957	-	-
Lucro atribuível às participações não-controladoras	52.382	31.272	32.224
Outros	30.640	(8.085)	(6.842)
Saldo no encerramento do exercício	497.342	334.349	312.885

(1) Em 2020, refere-se à incorporação do Banco Olé Consignado S.A pela Companhia. Em 2021, refere-se à incorporação da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.

27. Patrimônio líquido**a) Capital social**

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de dois bilhões de reais, sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de cinquenta e sete bilhões de reais para cinquenta e cinco bilhões de reais.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2022			Ações - mil 2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no Brasil	120.850	146.392	267.242	109.718	135.345	245.063
De Domiciliados no exterior	3.697.845	3.533.444	7.231.289	3.708.977	3.544.491	7.253.468
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(31.162)	(31.162)	(62.324)	(15.755)	(15.755)	(31.510)
Total em circulação	3.787.533	3.648.674	7.436.207	3.802.940	3.664.081	7.467.021

	Ações - mil 2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	109.885	135.438	245.323

Notas Explicativas

De Domiciliados no Exterior	3.708.810	3.544.398	7.253.208
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(18.829)	(18.829)	(37.658)
Total em circulação	3.799.866	3.661.007	7.460.873

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

2022							
	Reais por milhares de ações / Units						
	Em milhares de Reais	Bruto			Líquido		
		Ordinária Preferenciais		Units	Preferenciais		Units
		s	s		s	s	
Dividendos (1)(5)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(6)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59	388,68
Dividendos (4)(6)	820.000	105,02	115,53	220,55	105,02	115,53	220,55

Notas Explicativas

Juros sobre o Capital							
Próprio (4)(6)	880.000	112,71	123,98	236,69	95,80	105,38	201,19
Total	8.100.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2022, pagos no dia 06 de setembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de outubro de 2022, pagos no dia 22 de novembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

(6) Serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

							2021
Reais por milhares de ações / Units							
	Em milhares de Reais	Bruto			Líquido		
		Ordinária	Preferenciais	Units	Ordinárias	Preferenciais	Units
Dividendos							
(1)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital							
Próprio (2)(5)	3.400.000	434,04	477,45	911,49	368,94	405,83	774,77
Dividendos							
(3)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital							
Próprio (4)(5)	249.000	31,79	34,97	66,75	27,02	29,72	56,74
Total	9.649.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2021, pagos no dia 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Notas Explicativas

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, pagos no dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma

remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

							2020
Reais por milhares de ações / Units							
	Em milhares de Reais	Bruto		Líquido			
		Ordinária	Preferenciai	Preferenciai			
		s	s	Units	Ordinárias	s	Units
Juros sobre o Capital							
Próprio (1) (5)	890.000	113,71	125,08	238,79	96,65	106,32	202,97
Dividendos Intercalares							
(2) (5)	770.000	98,37	108,21	206,58	83,62	91,98	175,60
Juros sobre o Capital							
Próprio (3) (5)	1.000.000	127,76	140,54	268,30	108,59	119,45	228,04
Juros sobre o Capital							
Próprio (4) (5)	665.000	84,96	93,45	178,41	72,21	79,44	151,65
Dividendos							
Intercalares (5) (6)	512.085	65,43	71,97	137,40	65,43	71,97	137,40
Total	3.837.085						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de

atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título

de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a

título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos a partir de 1º de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração

a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

Notas Explicativas

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2021, pagos no dia 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título

de atualização monetária.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de junho de 2022, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2022, o Banco Santander possuía 345.962.035 ações ordinárias e 373.766.448 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do

Notas Explicativas

Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

	2022	2021	2020
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
	Units	Units	Units
Ações em Tesouraria no início do Exercício	15.755	18.829	16.702
Aquisições de Ações	20.297	91	5.052
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(4.891)	(3.165)	(2.925)
Ações em Tesouraria no final do Exercício	31.161	15.755	18.829
Saldo de Ações em Tesouraria em milhares de reais	R\$ 1.217.545	R\$ 711.268	R\$ 789.587
Custos de Emissão em milhares de reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771	R\$ 1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 1.219.316	R\$ 713.039	R\$ 791.358
Custo / Cotação da Ação	Units	Units	Units
Custo mínimo (1)	R\$7,55	R\$7,55	R\$7,55
Custo médio ponderado (1)	R\$27,73	R\$33,86	R\$33,24
Custo máximo (1)	R\$49,55	R\$49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	R\$28,19	R\$29,98	R\$44,83

(1) Considerando desde o início das operações em bolsa.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em um ganho de R\$ 68.895 (2021 – perda de R\$ 40.820 e 2020 – perda de R\$9.274), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

28. Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria.

Notas Explicativas

	2022	2021	2020
Lucro atribuível à controladora	14.287.093	15.528.052	13.418.529
Lucro por Ação (em reais - R\$)			
Lucro Básico por 1.000 ações (em reais - R\$):			
Ações ordinárias	1.831,43	1.981,65	1.713,45
Ações preferenciais	2.014,57	2.179,82	1.884,80
Lucro líquido atribuído - Básico (em reais - R\$)			
Ações ordinárias	6.936.588	7.535.924	6.511.367
Ações preferenciais	7.350.505	7.992.128	6.907.162
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico			
Ações ordinárias	3.787.533	3.802.851	3.800.140
Ações preferenciais	3.648.674	3.666.423	3.664.666

b) Lucro por Ação Diluído

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

	2022	2021	2020
Lucro atribuível à controladora	14.287.093	15.528.052	13.418.529
Lucro por Ação (R\$)			
Lucro Diluído por 1.000 ações (R\$):			
Ações ordinárias	1.831,43	1.981,65	1.713,45
Ações preferenciais	2.014,57	2.179,82	1.884,80
Lucro líquido atribuído - Diluído (R\$)			
Ações ordinárias	6.936.588	7.535.924	6.511.367
Ações preferenciais	7.350.505	7.992.128	6.907.162
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Diluído			
Ações ordinárias	3.787.533	3.802.851	3.800.140
Ações preferenciais	3.648.674	3.666.423	3.664.666

29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Notas Explicativas

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (NTN-A), compromissadas, LCI Cancelável e em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Categoria	Tipo Ativo/Passivo	Técnica de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de Inflação	<i>Discounted cash flow</i>	Taxa de Cupom de IGPM
	Swap de taxa de juros	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas pré-fixadas de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo IDI
	Opções de Moeda	<i>Black&Scholes</i>	Volatilidades Implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Passivo de previdência	Modelo Atuarial	Taxa de Cupom de IGPM
	Títulos privados	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos públicos	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas de desconto ("Yields") de NTN-C e TDA

Notas ExplicativasOpções de Venda Opções de venda *Discounted cash flow* Taxas de crescimento e taxas de desconto

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

	31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	617.356	55.500.261	2.428.997	58.546.614
Instrumentos de dívida	617.356	910.480	2.428.997	3.956.833
Reservas no Banco Central do Brasil	-	54.589.781	-	54.589.781
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	62.749.831	21.304.134	780.391	84.834.356
Instrumentos de dívida	60.482.471	1.508.342	243.808	62.234.621
Instrumentos de patrimônio	2.267.360	97.869	-	2.365.229
Derivativos	-	19.697.923	536.583	20.234.506
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	1.691.606	442.726	2.134.332
Instrumentos de patrimônio	-	211.788	28.262	240.050
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.479.818	414.464	1.894.282
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	52.154.497	1.767.733	1.503.441	55.425.671
Instrumentos de dívida	52.154.405	1.762.547	1.475.226	55.392.178
Instrumentos de patrimônio	92	5.186	28.215	33.493
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	1.741.318	-	1.741.318
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	40.512.986	233.762	40.746.748
Derivativos	-	18.465.563	233.762	18.699.325
Posições vendidas	-	22.047.423	-	22.047.423
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	8.921.518	-	8.921.518
Outros Passivos Financeiros	-	8.921.518	-	8.921.518
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	-	-	-

	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	601.204	15.736.825	2.520.813	18.858.842
Instrumentos de dívida	601.204	-	2.520.813	3.122.017
Reservas no Banco Central do Brasil	-	15.736.825	-	15.736.825
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	49.462.429	20.608.008	500.228	70.570.665
Instrumentos de dívida	47.582.871	19.329	150.395	47.752.595

Notas Explicativas

Instrumentos de patrimônio	1.879.558	85.029	56.023	2.020.610
Derivativos	-	20.503.650	293.810	20.797.460
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	420.898	449.264	870.162
Instrumentos de patrimônio	-	98.921	378.786	477.707
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	321.977	70.478	392.455
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	98.977.403	1.662.779	601.605	101.241.787
Instrumentos de dívida	98.975.973	1.649.925	586.702	101.212.600
Instrumentos de patrimônio	1.430	12.854	14.903	29.187
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	342.463	-	342.463
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	36.484.135	468.432	36.952.567
Derivativos	-	23.703.576	468.432	24.172.008
Posições vendidas	-	12.780.559	-	12.780.559
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	7.459.784	-	7.459.784
Outros Passivos Financeiros	-	7.459.784	-	7.459.784
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	446.973	-	446.973

	31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	588.778	57.354.806	2.956.882	60.900.466
Instrumentos de dívida	588.778	-	2.956.882	3.545.660
Reservas no Banco Central do Brasil	-	57.354.806	-	57.354.806
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	70.139.962	27.508.722	817.548	98.466.232
Instrumentos de dívida	68.461.854	11.848	47.097	68.520.799
Instrumentos de patrimônio	1.678.108	128.251	11.917	1.818.276
Derivativos	-	27.368.623	758.534	28.127.157
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	217.569	282.151	499.720
Instrumentos de patrimônio	-	185.790	253.122	438.912
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	31.779	29.029	60.808
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	106.456.132	1.987.234	1.297.021	109.740.387
Instrumentos de dívida	106.454.645	1.953.504	1.260.065	109.668.214
Instrumentos de patrimônio	1.487	33.730	36.956	72.173
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	743.463	-	743.463

Notas Explicativas

Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	- 76.890.170	753.121	77.643.291
Derivativos	- 31.082.223	753.121	31.835.344
Posições vendidas	- 45.807.947	-	45.807.947
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.038.467	-	7.038.467
Outros Passivos Financeiros	- 7.038.467	-	7.038.467
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	- 144.594	-	144.594

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o ano de 2022, 2021 e 2020 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências as no e/ ou Fora do Nível 3	Adições / Baixas	Valor Justo 31/12/2022
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.520.813	(139.603)	(156.307)	204.094	2.428.997
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	500.228	140.780	(57.926)	197.309	780.391
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	449.264	(49.069)	(66.980)	109.511	442.726
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	601.605	(4.792)	325.456	581.172	1.503.441
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	468.432	(176.639)	(89.734)	31.703	233.762

	Valor Justo 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências as no e/ ou Fora do Nível 3	Adições / Baixas	Valor Justo 31/12/2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.956.882	99.401	-	(535.470)	2.520.813
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	817.548	(802.760)	(36.051)	483.419	462.156
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	282.151	78.853	-	88.260	449.264

Notas Explicativas

Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.297.021	(268.095)	-	(427.322)	601.604
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	753.121	(337.847)	(137.963)	156.272	433.583

	Valor Justo 31/12/2019	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.627.405	83.832	(239.512)	485.157	2.956.882
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	715.548	502.596	(231.468)	(169.128)	817.548
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	27.749	100.091	125.282	29.029	282.151
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	951.966	(21.677)	(197.098)	563.830	1.297.021
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	564.757	500.159	(406.971)	95.176	753.121
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.600.000	-	-	(1.600.000)	-

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

31/12/2022					
Ativo	Valor		Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Contábil	Valor Justo			
Aplicações no mercado aberto	22.003.439	22.003.439	22.003.439	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	20.713.315	20.713.315	-	2.439.823	18.273.492
Empréstimos e adiantamentos a clientes	488.735.746	484.362.272	-	-	484.362.272
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	81.329.013	81.129.982	23.419.946	9.873.633	47.836.403
Reservas no Banco Central do Brasil	73.046.299	73.046.299	-	73.046.299	-
		681.255.307	45.423.385	85.359.755	550.472.167
Total	685.827.812				

31/12/2021					
Ativo	Valor		Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Contábil	Valor Justo			
Aplicações no mercado aberto	16.657.201	16.657.201	16.657.201	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	26.485.913	26.485.913	-	4.129.438	22.356.475
Empréstimos e adiantamentos a clientes	464.451.587	460.525.749	-	6.044.808	454.480.941
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	73.125.011	74.074.095	28.472.612	12.124.154	33.477.329
Reservas no Banco Central do Brasil	69.178.841	69.178.841	-	69.178.841	-
		646.921.799	45.129.813	91.477.241	510.314.745
Total	649.898.553				

31/12/2020					
Ativo	Valor		Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Contábil	Valor Justo			
Aplicações no mercado aberto	20.148.725	20.148.725	20.148.725	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	54.072.564	54.072.564	-	715.526	53.357.038

Notas Explicativas

Empréstimos e adiantamentos a clientes	393.707.229	396.878.319	-	4.530.041	392.348.278
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	48.367.791	49.963.947	4.425.723	17.486.057	28.052.167
Reservas no Banco Central do Brasil	58.777.212	58.777.212	-	58.777.212	-
		579.840.767	24.574.448	81.508.836	473.757.483
Total		575.073.521			

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Durante 2020, o Banco reclassificou R \$ 73.075.341 de "Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito" e R\$ 390.760.088 de "Depósitos de clientes" do nível 2 para o nível 3, uma vez que não havia mercado de negociação ativo para esses instrumentos."

31/12/2022					
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	116.079.014	116.079.014	-	24.734.029	91.344.985
Depósitos de clientes	489.953.489	489.920.266	-	63.223.998	426.696.268
Obrigações por títulos e valores mobiliários	107.120.875	105.554.365	-	-	105.554.365
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.537.618	-	-	19.537.618
Outros passivos financeiros	62.593.104	62.593.104	-	-	62.593.104
		793.684.367		87.958.027	705.726.340
Total	795.284.100		-		

31/12/2021					
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	121.005.909	121.005.909	-	26.200.162	94.805.747
Depósitos de clientes	468.961.069	468.960.950	-	60.911.279	408.049.671
Obrigações por títulos e valores mobiliários	79.036.792	79.035.644	-	-	79.035.644
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.408	19.641.408	-	-	19.641.408
Outros passivos financeiros	61.448.516	61.448.516	-	-	61.448.516

Notas Explicativas

	750.092.427	87.111.441	662.980.986
Total	750.093.694	-	

31/12/2020					
Passivo	Valor		Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Contábil	Valor Justo			
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	131.656.962	131.654.431	-	58.579.090	73.075.341
Depósitos de clientes	445.813.972	445.856.090	-	55.096.002	390.760.088
Obrigações por títulos e valores mobiliários	56.875.514	57.265.307	-	-	57.265.307
Dívidas subordinadas	13.119.660	13.119.660	-	-	13.119.660
Outros passivos financeiros	59.822.683	59.822.683	-	-	59.822.683
	707.288.791	707.718.171		113.675.092	594.043.080
Total			-		

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 2.e.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

30. Índices operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Notas Explicativas

Conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.193/2013 e nº 4.783/2020, até setembro de 2021 a exigência de PR estava em 10,625%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,625% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I era de 8,625% e o Capital Principal Mínimo de 7,125%.

No mês de outubro de 2021 o Adicional de Conservação de Capital aumentou para 2,00%. Desta maneira, em dezembro a exigência de PR é de 11,00%. Considera-se 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,00% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico, com a exigência de PR Nível I de 9,00% e de Capital Principal Mínimo de 7,50%. A partir de abril de 2022 a exigência de PR alcançou 11,50%, considerando 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico, com exigência de PR Nível I e de Capital Principal Mínimo de 9,50% de 8,00%, respectivamente.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez-22	dez-21	dez-20
Patrimônio de Referência Nível I	75.943,7	76.969,9	77.571,5
Capital Principal	69.229,0	69.919,9	71.006,3
Capital Complementar	6.714,7	7.050,1	6.565,2
Patrimônio de Referência Nível II	13.109,8	12.591,3	6.554,5
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	89.053,5	89.561,3	84.126,0
Risco de Crédito	559.230,6	527.119,3	478.303,5
Risco de Mercado	19.332,1	15.122,2	15.846,3
Risco Operacional	60.073,2	58.499,8	57.419,4
Total de RWA	638.635,9	600.741,3	551.569,2
Índice de Basileia Nível I	11,89	12,81	14,06
Índice de Basileia Capital Principal	10,84	11,64	12,87
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,94	14,91	15,25

- (1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.
- (2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWacam).
- (3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor

Notas Explicativas

do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

31. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2022, 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	10.202.362	2.581.083	1.552.121
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	2.722.311	1.116.013	1.518.557
Empréstimos e adiantamentos a clientes	73.596.047	55.775.027	44.103.997
Instrumentos de dívida	22.001.700	16.957.840	13.556.403
Planos de previdência (nota 21)	19.587	19.612	16.720
Outros juros	6.683.111	1.537.733	2.027.142
Total	115.225.118	77.987.308	62.774.940

32. Despesas com juros e similares

"Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do hedge e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2022, 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Depósitos de instituições de crédito	6.736.736	4.712.388	4.327.276
Depósitos de clientes	38.508.954	13.187.967	7.504.276
Títulos de dívida e passivos subordinados :	-		
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	6.951.908	4.536.849	2.785.942
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 19)	863.394	902.398	909.393
Planos de previdência (nota 21)	176.224	237.024	293.653
Outros juros (1)	14.484.725	3.092.216	2.511.688
Total	67.721.941	26.668.842	18.332.228

(1) É composto principalmente por Despesas com Juros de Operações Compromissadas

Notas Explicativas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

33. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio. A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	33.985	89.563	30.232
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.088	477	3.522
Total	38.073	90.040	33.754

34. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	1.097.170	1.228.497	1.146.929
Contas à vista	2.917.271	3.088.728	2.984.289
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirentes	5.890.549	5.208.160	6.300.583
Cheques e outros	109.014	108.487	126.481
Ordens de pagamento	751.766	660.177	844.056
			11.402.338
Total	10.765.770	10.294.049	
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	568.455	672.915	545.822
Seguros	3.524.201	3.499.342	3.043.036
Capitalização	803.052	703.980	630.453
Total	4.895.708	4.876.237	4.219.311
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	1.017.763	894.182	695.654
Negociação de títulos e valores mobiliários	325.960	304.507	267.576
Administração e custódia	704.936	640.608	485.756
Gestão de bens	890	946	1.161
Total	2.049.549	1.840.243	1.450.147

Notas Explicativas**Outros:**

Cambiais	1.888.194	1.511.807	1.396.715
Garantias financeiras	678.908	804.503	728.232
Outros tarifas e comissões	959.594	1.061.250	1.409.964
Total	3.526.696	3.377.560	3.534.911
			20.606.707
Total	21.237.723	20.388.089	

35. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Tarifas e comissões designados a terceiros (1)	3.918.115	3.019.496	2.781.568
Outras tarifas e comissões	2.443.728	2.095.292	1.596.925
Total	6.361.843	5.114.788	4.378.493

(1) Composto, principalmente, por cartões de crédito.

36. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Ativos financeiros para negociação (1)			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.626.177	1.555.837	711.949
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação (1)	3.445.525	3.519.626	12.122.794
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	(270.616)	205.016	172.828
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	(239.777)	(665.853)	(239.054)
Sendo: Ativos financeiros disponíveis para venda			

Notas Explicativas**Demonstrações Financeiras****Notas Explicativas****Relatório da Administração****Composição da Administração**

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Instrumentos de dívida	(42.552)	(432.510)	(207.011)
Instrumentos de patrimônio	(197.225)	(233.343)	(32.043)

Sendo: Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes

Derivativos de hedge e outros	(407.973)	(4.392.844)	229.543
Total	4.153.336	221.782	12.998.060

(1) Inclui o hedge cambial da posição do Banco em Cayman (nota 23).

37. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Receitas com Variações Cambiais	170.221.459	196.480.319	78.578.786
Despesas com Variações Cambiais	(169.675.569)	(198.482.605)	(103.279.748)
Total	545.890	(2.002.286)	(24.700.962)

38. Outras Despesas Operacionais (Líquidas)

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Outras receitas operacionais	885.774	914.084	792.639
Outras despesas operacionais	(1.238.328)	(1.559.663)	(1.237.133)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(488.448)	(473.801)	(428.016)
Total	(841.002)	(1.119.380)	(872.510)

39. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Remuneração direta	6.311.240	5.905.394	5.730.779
Encargos	1.431.129	1.153.164	1.222.352
Benefícios	1.602.744	1.434.815	1.390.044
Fundos de pensões de benefício definido (nota 22)	6.447	6.415	6.892

Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	128.091	152.156	117.216
Remuneração com base em ações	39.876	24.045	19.348
Treinamento	59.832	54.858	49.037
Outras despesas de pessoal	317.636	294.855	335.814
Total	9.896.995	9.025.702	8.871.482

Notas Explicativas

b) Remuneração baseada em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. Estes montantes estão registrados nas rubricas Outras Obrigações (Nota 24) e despesas de Pessoal (Nota 39.a).

b.1) Programa Local e Global

Programa		Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício	01/01 a 31/12/2022		01/01 a 31/12/2021		01/01 a 31/12/2020	
Locais	Ações do Santander (Brasil)		01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$	40.403 (*)	R\$	4.216.667 (*)	R\$	4.916.667
			01/2020 a 12/2022	2023	R\$	4.002.000 (*)	R\$	3.668.000 (*)	R\$	-
			01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$	- (*)	R\$	2.986.667 (*)	R\$	9.440.000
			01/2021 a 09/2024	2024	R\$	23.490.000 (*)	R\$	13.520.000 (*)	R\$	-
			01/2021 a 12/2023	2023	R\$	1.500.000 (*)	R\$	1.834.000 (*)	R\$	-
			07/2019 a 06/2022	2022		111.066 SANB11		111.962 SANB11		109.677 SANB
			09/2020 a 09/2022	2022		304.594 SANB11		301.583 SANB11		450.738 SANB
			01/2020 a 09/2023	2023		209.278 SANB11		249.666 SANB11		281.031 SANB
			01/2021 a 12/2022	2023		139.163 SANB11		177.252 SANB11		- SANB

Notas Explicativas

Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2021 a 12/2023	2024	343.863 SANB11	327.065 SANB11	- SANB11
		01/2021 a 01/2024	2024	222.178 SANB11	30.545 SANB11	- SANB11
		01/2020 a 12/2022	2023	159.253 SAN (**)	309.576 SAN (**)	318.478 SAN (**)
		01/2020 a 12/2022	2023, com limite para exercício das opções até 2030	832.569 Opções s/ SAN (**)	1.618.445 Opções s/ SAN (**)	1.664.983 Opções s/ SAN (**)
		01/2021 a 12/2023	02/2024	124.184 SAN (**)	135.632 SAN (**)	-
		01/2021 a 12/2023	02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029	370.477 Opções s/ SAN (**)	404.630 Opções s/ SAN (**)	-
				R\$ 28.992.000 (*)	R\$ 26.225.334 (*)	R\$ 14.356.667 (*)
				1.436.867 SANB11	1.198.073 SANB11	841.446 SANB11
				434.140 SAN	445.208 SAN	318.478 SAN
				1.781.759 Opções s/ SAN	2.023.075 Opções s/ SAN	1.664.983 Opções s/ SAN
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2022						

(*) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

(**) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

Notas Explicativas

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting as ações resultantes são entregues com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Programa	Tipo de Liquidação			
Local	Ações do Santander (Brasil)	25.506	20.720	10.776
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	3.706	3.534	846

b.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	8.228	63.658	103.696

Notas Explicativas

	assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle				
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	76.275	111.995	98.696

Notas Explicativas**40. Outras Despesas Administrativas****a) Composição**

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Despesas com manutenções diversas	895.734	889.077	743.580
Despesas com manutenção de sistemas	2.577.479	2.474.348	2.355.310
Publicidade	540.593	621.425	654.175
Comunicações	421.522	353.271	648.856
Ajudas de custo e despesas de viagem	72.647	71.840	68.922
Tributos exceto imposto de renda	148.950	202.440	280.098
Serviços de vigilância e transporte de valores	548.759	597.946	594.953
Prêmios de seguros	21.977	22.374	16.620
Serviços técnicos especializados	2.228.715	2.184.139	2.171.460
Relatórios técnicos	425.767	355.343	319.814
Outros serviços técnicos e especializados	1.802.948	1.828.795	1.851.646
Outras despesas administrativas (1)	886.742	873.857	709.504
Total	8.343.118	8.290.717	8.243.478

(1) Em 31 de dezembro de 2022 é composto principalmente por Despesas de Processamento de Dados no saldo de R\$155.326 (2021 – R\$160.716 e 2020 - R\$176.105), Despesas de Serviços no saldo de R\$ 52.165 (2021 - receita de R\$ 51.689 e 2020 - R\$27.751), Despesas com Fundo Garantidor de Benefícios - FGB 3.979 (2021 – R\$3.864 e 2020 - R\$8.478), e Recuperação de Encargos e Despesas R\$ 435.717 (2021 – R\$ 378.604 e 2020 – R\$212.850).

b) Outras informações

O saldo dos “Relatórios técnicos” incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhões de Reais	2022	2021	2020
Auditoria independente das demonstrações financeiras das empresas constantes no escopo da consolidação	28,9	26,3	24,0
Relacionados a Auditoria	0,3	0,2	0,4
Outros	0,3	0,4	0,0
Total	29,5	26,9	24,4

O valor aproximado dos tributos conforme lei 12.741/2012 totalizam R\$4,2 milhões (2021 - R\$3,8 milhões e 2020 - R\$3,5 milhões).

41. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
-----------------------------	-------------	-------------	-------------

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ganhos	62.951	45.780	285.335
Alienação de tangíveis	62.951	45.780	36.778
Alienação de investimentos	-	-	248.557
Perdas	(40.596)	(60.893)	(54.622)
Alienação de tangíveis	(40.596)	(32.863)	(14.517)
Alienação de investimentos	-	(28.030)	(40.105)
Total	22.355	(15.113)	230.713

42. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de R\$ 109 milhões é composto principalmente por lucro de R\$ 85 milhões de resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes, e em 31 de dezembro de 2021, o resultado de R\$ 48 milhões é composto principalmente por lucro de R\$ 101 milhões de resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes, e em 31 de dezembro de 2020 o resultado de R\$ 77 milhões é composto principalmente por lucro de R\$ 24 milhões com reversão de provisão para perdas em outros valores e bens liquida de constituição da provisão para perda do valor recuperável de imóveis, constituição de provisão para perdas em outros valores e bens e de receita de R\$ 49 milhões de resultado na alienação de bens recebidos nos processos de recuperação de créditos com clientes.

43. Outras divulgações

a) Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

Como exigido, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" representa os valores notional que poderiam ser considerados como perda se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Máximo valor potencial de pagamentos futuros			
Passivos contingentes			
Garantias e outras fianças	54.497.392	49.391.839	45.930.486
Garantias financeiras	41.456.445	33.192.559	32.477.336
Garantias de desempenho	2.167.016	1.167.603	989.979
Cartas de crédito financeiras	10.841.284	14.990.887	12.407.888
Outros	32.647	40.790	55.283
Outras exposições contingentes	2.881.565	4.028.516	2.351.530

Notas Explicativas

Créditos de documentação	2.881.565	4.028.516	2.351.530
Total de passivos contingentes	57.378.957	53.420.355	48.282.016
Compromissos			
Compromissos de empréstimo resgatáveis ⁽¹⁾	158.731.264	145.958.258	131.706.433
Total de compromissos	158.731.264	145.958.258	131.706.433
Total	216.110.221	199.378.613	179.988.449

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (*standby letter of credits*) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras *standby* e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

O registro das provisões para perdas por não recuperação referente à garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas) na demonstração consolidada do resultado e seu cálculo está descrito na nota 2.i.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$307.296 (2021 - R\$382.255 e 2020 - R\$356.226).

b) Fundos geridos não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não possui participação acionária. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal" (Nota 2.w).

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os fundos geridos pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Fundos sob gestão	18.934.221	2.770.684	2.716.477
Fundos Administrados	265.517.852	192.927.475	191.873.169
Total	284.452.073	195.698.159	194.589.646

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$ 48.918.436 (2021 - R\$ 37.998.502 - e 2020 - R\$ 35.519.498).

d) Vencimento residual

A composição, por vencimento, dos saldos dos Ativos Financeiros e Passivos Financeiros do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

							2022
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades	21.588.648	414.791	-	-	-	-	22.003.439
Instrumentos de dívida	16.743.026	6.128.498	24.066.831	51.980.394	33.416.823	70.577.073	202.912.645
Instrumentos de patrimônio	2.473.827	42.813	116.447	2.429	-	3.256	2.638.772
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	53.762	542.117	10.740.281	8.723.942	640.701	12.512	20.713.315
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11.271.204	123.503.143	117.101.333	152.555.108	38.944.000	47.255.240	490.630.028
Derivativos	5.815	4.365.403	2.827.973	4.661.329	3.033.806	7.081.498	21.975.824
Reservas no Banco Central do Brasil	96.850.321	30.787.099	-	-	-	-	127.637.420

Notas Explicativas

	148.986.603	154.852.865	217.923.202	76.035.330	124.929.579	888.511.443	
Total	165.783.864						
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	356.140	95.792.043	236.530	14.468.825	2.902.097	2.323.379	116.079.014
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	77.834.830	185.158.988	98.821.185	85.233.350	42.786.508	118.628	489.953.489
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	2.206.218	12.355.853	32.544.969	44.723.451	10.150.295	5.140.089	107.120.875
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	6.786.472	875.575	1.358.736	1.526.828	8.990.007	19.537.618
Outros passivos financeiros	185.609	35.253.913	3.660.383	23.346.129	87.904	59.166	62.593.104
Posições vendidas	-	144.261	3.083.821	4.575.483	5.395.593	8.848.265	22.047.423
Derivativos	-	5.076.938	3.131.463	5.366.782	2.975.559	2.148.583	18.699.325
			142.353.926	179.072.756	65.824.784		836.030.848
Total	80.582.797	340.568.468				27.628.117	
Diferença (ativo e passivo)	68.403.806	(174.784.604)	12.498.939	38.850.446	10.210.546	97.301.462	52.480.595

							2021
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades	15.430.680	1.226.521	-	-	-	-	16.657.201
Instrumentos de dívida	1.612.213	119.780.229	20.352.554	5.834.524	38.904.369	38.728.334	225.212.223
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	2.527.504	2.527.504
Empréstimos e outros valores	11.176.922	2.717.359	1.748.733	10.827.639	15.057	203	26.485.913

Notas Explicativas

com instituições de crédito							
Empréstimos e adiantamentos a clientes	70.399.332	82.203.458	84.986.074	152.608.938	31.902.231	42.744.009	464.844.042
Derivativos	-	8.667.809	2.836.098	1.645.538	5.989.792	2.000.686	21.139.923
Reservas no Banco Central do Brasil	69.178.841	15.736.825	-	-	-	-	84.915.666
	167.797.988	230.332.201	109.923.459	170.916.639		86.000.736	841.782.472
Total						76.811.449	
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	10.052.363	60.636.478	39.748.331	6.681.493	1.656.909	2.230.335	121.005.909
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	86.051.583	79.687.549	56.178.087	163.641.875	83.326.774	75.201	468.961.069
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	28.052.200	5.038.906	35.844.265	9.341.229	760.192	79.036.792
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	5.552.801	-	14.088.607	-	-	19.641.408
Outros passivos financeiros	3.935.497	770.492	9.962.122	11.672.615	35.107.790	-	61.448.516
Posições vendidas	-	12.780.559	-	-	-	-	12.780.559
Derivativos	641.571	7.239.697	2.503.888	9.117.265	3.773.251	1.343.309	24.618.981
	100.681.014	194.719.776	113.431.334	241.046.120	133.205.953		787.493.234
Total						4.409.037	
Diferença (ativo e passivo)	67.116.974	35.612.425	(3.507.875)	(70.129.481)	(56.394.504)	81.591.699	54.289.238

Notas Explicativas

							2020
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades	7.373.662	12.775.063	-	-	-	-	20.148.725
Instrumentos de dívida	432.579	13.195.527	33.903.698	64.225.680	70.182.705	48.162.275	230.102.464
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	2.329.361	2.329.361
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	2.777.562	35.728.322	15.155.444	363.135	48.101	54.072.564
Empréstimos e adiantamentos a clientes	29.385.631	80.281.579	93.750.065	98.550.271	47.160.700	44.639.790	393.768.036
Derivativos	-	14.558.434	1.994.418	4.103.735	1.869.509	3.721.418	26.247.514
Reservas no Banco Central do Brasil	58.777.212	57.354.806	-	-	-	-	116.132.018
Total	95.969.084	180.942.971	165.376.503	182.035.130	119.576.048	98.900.945	842.800.681
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	-	83.922.876	43.315.412	3.764.159	-	654.516	131.656.962
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	85.433.287	139.191.140	121.804.752	62.768.886	36.578.335	37.572	445.813.972
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	8.815.410	18.736.230	28.158.133	747.340	418.401	56.875.514
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	220.425	-	12.899.235	-	-	13.119.660
Outros passivos financeiros	23.352	21.858.532	20.730.398	17.203.162	4.787	2.452	59.822.683
Posições vendidas	-	45.807.946	-	-	-	-	45.807.946

Notas Explicativas

Derivativos	-	2.046.924	1.973.701	5.387.607	7.744.145	12.204.455	29.356.832
	85.456.639		206.560.493	130.181.182		13.317.396	782.453.569
Total		301.863.252			45.074.607		
Diferença							
(ativo e	10.512.445	(120.920.281	(41.183.990			85.583.549	
passivo)		)	) 51.853.948	74.501.441			60.347.112

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

Notas Explicativas**e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos**

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	2022		2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades	10.657.125	-	10.851.016	-	15.835.124	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	5.895.720	5.376.666	2.587.588	21.784.041	27.012.315	7.867.168
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.114.102	-	17.102.273	-	17.062.156	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	75.695.229	117.277.231	70.283.097	86.184.330	52.002.476	118.142.613
	109.362.176	122.653.89	100.823.97	107.968.37	111.912.07	126.009.78
Total		7	4	1	1	1

f) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional.

O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	2022	2021	2020
Até 1 Ano	284.945	715.576	670.619
Entre 1 a 5 Anos	1.044.715	1.420.853	1.607.995
Mais de 5 Anos	224.536	181.417	171.420
Total	1.554.196	2.317.846	2.450.034

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$700 (2021 - R\$801 e 2020 - R\$880)

Correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento, reconhecidos como despesas no exercício de 2022, foram no valor de R\$ 391.408 (2021 - R\$369.482 - R\$ e 2020 - R\$358.656).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Ativos contingentes

Relatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da
AdministraçãoComposição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

44. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global (SCIB)

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais	2022		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	45.617.896	1.885.281	47.503.177
Receitas de instrumentos de patrimônio	11.239	26.834	38.073
Resultado de equivalência patrimonial	147.676	51.503	199.179
Receita líquida de tarifas e comissões	12.538.806	2.337.074	14.875.880
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(360.383)	5.059.609	4.699.226
Outras despesas operacionais (Líquida)	(718.459)	(122.543)	(841.002)
TOTAL DE RECEITAS	57.236.775	9.237.758	66.474.533
Despesas com pessoal	(8.985.721)	(911.274)	(9.896.995)
Outras despesas administrativas	(7.571.376)	(771.742)	(8.343.118)
Depreciação e amortização	(2.479.643)	(105.859)	(2.585.502)
Provisões (líquidas)	(1.207.531)	(7.959)	(1.215.490)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(23.682.848)	(1.145.901)	(24.828.749)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(160.479)	(955)	(161.434)
Outros ganhos (perdas) financeiros	131.482	-	131.482

Notas Explicativas

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	13.280.659	6.294.068	19.574.727
Hedge Cambial (1)	(129.406)	-	(129.406)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	13.151.253	6.294.068	19.445.321

Em milhares de Reais

2021

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	46.236.026	5.082.440	51.318.466
Receitas de instrumentos de patrimônio	10.216	79.824	90.040
Resultado de equivalência patrimonial	105.403	38.781	144.184
Receita líquida de tarifas e comissões	13.285.099	1.988.202	15.273.301
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(1.433.236)	(347.268)	(1.780.504)
Outras despesas operacionais (Líquida)	(974.391)	(144.989)	(1.119.380)
TOTAL DE RECEITAS	57.229.117	6.696.990	63.926.107
Despesas com pessoal	(8.220.544)	(805.158)	(9.025.702)
Outras despesas administrativas	(7.697.346)	(593.371)	(8.290.717)
Depreciação e amortização	(2.342.639)	(91.282)	(2.433.921)
Provisões (líquidas)	(2.176.774)	(2.643)	(2.179.417)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.169.630)	56.896	(17.112.734)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(163.935)	(1.864)	(165.799)
Outros ganhos (perdas) financeiros	32.512	-	32.512
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	19.490.761	5.259.568	24.750.329
Hedge Cambial (1)	2.511.980	-	2.511.980
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	22.002.741	5.259.568	27.262.309

Em milhares de Reais

2020

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	41.457.352	2.985.361	44.442.713
Receitas de instrumentos de patrimônio	3.617	30.137	33.754
Resultado de equivalência patrimonial	84.051	28.210	112.261

Notas Explicativas

Receita líquida de tarifas e comissões	14.405.280	1.822.934	16.228.214
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(13.515.305)	1.812.403	(11.702.902)
Outras despesas operacionais (Líquida)	(767.088)	(105.422)	(872.510)
TOTAL DE RECEITAS	41.667.906	6.573.623	48.241.529
Despesas com pessoal	(8.139.785)	(731.697)	(8.871.482)
Outras despesas administrativas	(7.634.670)	(608.808)	(8.243.478)
Depreciação e amortização	(2.488.517)	(90.610)	(2.579.127)
Provisões (líquidas)	(1.638.787)	(17.759)	(1.656.546)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.379.570)	(70.619)	(17.450.189)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(28.403)	(56.504)	(84.907)
Outros ganhos (perdas) financeiros	308.176	-	308.176
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	4.666.350	4.997.625	9.663.975
Hedge Cambial (1)	13.583.011	-	13.583.011
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	18.249.361	4.997.625	23.246.986

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

	2022		
	Banco	Banco de	
Outros:	Comercial	Atacado	
		Global	Total
Total em ativos	886.630.727	98.820.102	985.450.829
Empréstimos e adiantamentos a clientes	417.773.158	72.856.870	490.630.028
Depósitos de clientes	356.744.926	133.208.563	489.953.489

	2021		
	Banco	Banco de	
Outros:	Comercial	Atacado	
		Global	Total
Total em ativos	838.267.118	92.941.277	931.208.396
Empréstimos e adiantamentos a clientes	394.086.048	70.757.994	464.844.042
Depósitos de clientes	344.180.608	124.780.461	468.961.069

	2020		
	Banco	Banco de	
Outros:	Comercial	Atacado	
		Global	Total
Total em ativos	837.339.314	96.239.065	933.578.379
Empréstimos e adiantamentos a clientes	317.553.409	76.214.628	393.768.037
Depósitos de clientes	322.328.033	123.485.939	445.813.972

Notas Explicativas

45. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 25 de março de 2022 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2022, no montante de até R\$504.550, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Remuneração fixa	115.680	96.544	90.889
Remuneração variável - Em espécie	117.730	115.627	83.352
Remuneração variável - Em ações	87.702	94.607	81.306
Outros (1)	61.294	67.883	47.832
Total Benefícios de curto prazo	382.406	374.661	303.379
Remuneração variável - Em espécie	95.398	101.837	98.407
Remuneração variável - Em ações	99.827	109.918	97.729
Total Benefícios de longo prazo	195.225	211.755	196.136
Total (2)	577.631	586.416	499.515

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$36.747 (2021 - R\$32.086 e 2020 - R\$29.162).

Notas Explicativas

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - Diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - Pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%; e

IV - Pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

						2022
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,5%

						2021
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%

Notas Explicativas

Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.376	9,9%
Total em Circulação	3.802.940	99,6%	3.664.081	99,6%	7.467.021	99,5%
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
<i>Free Float</i> ⁽²⁾	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.376	9,9%

						2020
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,8%	3.167.754	42,3%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,07%	-	0,0%	2.696	0,04%
Funcionários	2.046	0,05%	2.046	0,06%	4.092	0,05%
Administradores (*)	4.034	0,11%	4.034	0,11%	8.067	0,11%
Outros	353.616	9,3%	381.420	10,4%	735.036	9,8%
Total em Circulação	3.799.866	99,5%	3.661.007	99,5%	7.460.873	99,5%
Ações em Tesouraria	18.829	0,5%	18.829	0,5%	37.658	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
<i>Free Float</i> ⁽²⁾	355.662	9,3%	383.466	10,4%	739.128	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Notas Explicativas

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo	4.671.501	895.492	24.340.579	32.119.319	25.737	19.776	29.037.817	33.034.587
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	(3.138.996)	(3.043.904)	1.034.184	(73.209)	-	-	(2.104.812)	(3.117.113)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	7.800.513	3.930.078	21.408.097	27.591.391	-	-	29.208.610	31.521.469
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	109	1.795.084	3.550.601	16.380	20.034	1.811.464	3.570.744
Outros ativos	9.984	9.209	103.214	1.050.536	-	-	113.198	1.059.745
Garantias e Limites	-	-	-	-	9.357	(258)	9.357	(258)
Passivo	(23.541.990)	(25.832.894)	(7.953.565)	(8.844.861)	(263.592)	(821.529)	(31.759.147)	(35.499.284)
Depósitos de instituições de crédito	(10.167.933)	(11.178.490)	(6.846.987)	(7.866.308)	-	-	(17.014.920)	(19.044.798)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(201.054)	(128.593)	(201.054)	(128.593)
Depósitos de clientes	-	-	(904.926)	(799.435)	(31.040)	(28.672)	(935.966)	(828.107)

Notas Explicativas

Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	(564.786)	-	-	-	-	-	(564.786)
Outras obrigações	(201.380)	(1.011)	(201.652)	(179.118)	(31.498)	(664.264)	(434.530)	(844.393)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.172.677)	(14.088.607)	-	-	-	-	(13.172.677)	(14.088.607)
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Resultado	(1.217.332)	(694.221)	1.620.385	1.673.360	18.223	(429.512)	421.276	549.638
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	47.120	5.902	-	69.372	2.388	1.421	49.508	76.695
Garantias e Limites	-	-	-	-	37.769	63	37.769	63
Despesas com juros e similares	(111.024)	(88.585)	(276.809)	(20.462)	(22.685)	(431.539)	(410.518)	(540.586)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	-	-	3.432.090	2.624.519	495	273	3.432.585	2.624.792
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(88.674)	192.088	(1.011.261)	(538.871)	256	270	(1.099.679)	(346.502)
Despesas administrativas e amortização	(201.359)	(145.463)	(523.635)	(447.998)	-	-	(724.994)	(593.461)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(863.395)	(658.163)	-	-	-	-	(863.395)	(658.163)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	-	13.200	-	-	-	(13.200)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1.a), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 11.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

Notas Explicativas

46. Gestão do risco

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- A. Independência da função de riscos com relação às áreas comerciais.
- B. Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão.
- C. Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais.
- D. Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais.
- E. Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e *credit scoring* e *behaviour scoring*, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (*Value at Risk*, ou valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras.
- F. Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão.
- G. Instrumentos comuns de gestão
- H. Estrutura organizacional
- I. Alçadas e responsabilidades
- J. Limitação de riscos
- K. Reconhecimento
- L. Canais de informação eficientes
- M. Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:
 - A diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras.
 - Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Modelo Normativo de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco, seguindo as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

No Santander Brasil, o processo de controle e gestão de riscos foi definido tomando-se como referência o Marco definido no nível corporativo, descrito de acordo com as seguintes fases:

- I. Adaptação das estruturas e políticas de gestão de risco que refletem os princípios de gestão de risco do Banco Santander.

O Marco Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos) tem a função de estabelecer os princípios e as normas para gestão e controle de risco do Banco Santander, com base nos modelos corporativos de organização e atendendo aos requisitos necessários de regulação para a gestão do crédito.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar.
- II. Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.
- III. Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.
- IV. Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pela Diretoria do Banco Santander.
- V. Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas aprovadas e os limites definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima), já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para os demais segmentos, modelos baseados em classificações e *scorings* internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão em processo de integração na gestão de riscos.
- VI. Modelos baseados em classificação e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e

Notas Explicativas

quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda com base nas estimativas LGD.

- VII. Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- VIII. RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).
- IX. VaR, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- X. Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos, respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local. Suas principais atribuições são:

- A. Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- B. Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- C. Realizar um acompanhamento periódico de todos os riscos inerentes ao negócio, comprovando se o seu perfil está adequado ao que foi estabelecido no apetite ao risco.
- D. Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- E. Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios e de núcleos de análise e decisão dos créditos de maneira individualizada em Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do varejo e do atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

Uma estrutura específica é responsável pelo atendimento aos reguladores, supervisores e auditores internos e externos.

Possui um núcleo denominado ERM-Enterprise Risk management, integrado por um conjunto de funções, transversais a todos os riscos, necessárias para sua adequada gestão. Fazem parte desta estrutura as áreas de Metodologia (desenvolvimento e parametrização de modelos); Controle de Risco de Crédito; Controle e Performance de Riscos (abrangendo Cultura de Riscos); Gestão Integrada e Relação com Supervisores e Stress Test.

b) Risco de Crédito

b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados).

- Gestão individualizada – É executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento Banco de Atacado Global (Corporate e Santander Corporate & Investment Banking - SCIB) e Banco Comercial (Carteirizados, Empresas 3 e GIU-Governos, Instituições e Universidades);

Notas Explicativas

- Gestão estandarizada – Voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração

Ferramentas de rating

O Banco usa modelos próprios de ratings para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não pagamento, determinada a partir da experiência histórica do Banco, para prever a inadimplência. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco de crédito.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas frequentemente. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito e à verificação e adequação aos controles adotados pelo Banco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

Parâmetros de risco de crédito

Nós avaliamos todos os empréstimos no tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito. Os empréstimos são individualmente avaliados para desvalorização ou, coletivamente avaliados por meio do agrupamento de características de risco semelhantes. Empréstimos individualmente avaliados para perdas por redução ao valor recuperável não são avaliados coletivamente.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto à redução ao valor recuperável, consideramos as condições dos mutuários, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de fluxo de caixa, qualidade da administração, governança corporativa, qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e nível de liquidez das garantias, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto à redução ao valor recuperável, nós separamos os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito. Em outras palavras, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

Exposição à inadimplência (EAD): é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na inadimplência. Modelos desenvolvidos incorporam hipóteses considerando possíveis modificações no cronograma de pagamento.

Probabilidade de inadimplência (PD): é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros. Para fins do IFRS 9, isso considerará tanto os PD-12 meses, que é a probabilidade de o instrumento financeiro entrar em default nos próximos 12 meses, como também a PD vitalícia, que é a probabilidade da transação entrar em default considerando o seu prazo remanescente. Informações futuras de relevância são consideradas necessárias para estimar esses parâmetros, de acordo com o padrão.

Loss Given Default (LGD): é a perda produzida em caso de inadimplência. Em outras palavras, isso reflete a porcentagem de exposição que não pôde ser recuperada no caso de um evento de default. Depende principalmente das garantias, que são consideradas mitigantes do risco de crédito associadas a cada ativo financeiro, e dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recuperados. De acordo com a norma, as informações prospectivas devem ser levadas em consideração na estimativa.

Taxa de desconto: a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Notas Explicativas

Para estimar os parâmetros acima, o Banco aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros tanto para fins regulatórios quanto de gestão.

A tabela demonstrada na nota 9.b, mostra o portfólio pelos níveis internos de rating de risco e sua probabilidade de default.

Em milhares de Reais	2022	2021	2020
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	269.784.211	270.050.934	219.062.744
Entre 1 a 5 anos	177.488.141	160.932.317	147.013.817
Mais de 5 anos	77.382.938	62.371.451	51.745.465
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	524.655.290	493.354.702	417.822.026
Por classificação interna de risco			
Baixo	392.397.296	374.505.212	347.315.357
Médio-baixo	77.992.749	79.216.725	24.277.404
Médio	18.647.136	14.589.977	26.231.871
Médio-alto	13.573.901	9.413.110	3.896.457
Alto	22.044.208	15.629.678	16.100.937
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	524.655.290	493.354.702	417.822.026

As perdas de crédito esperadas, mensuradas através de dados históricos suficientes e disponíveis, são apresentadas abaixo.

	2022		
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	223.321.961	6%	41%
Crédito imobiliário - construção	58.242.768	5%	5%
Empréstimos a pessoas físicas	240.227.475	12%	49%
Leasing	2.863.086	1%	26%
	2021		
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	247.674.251	6%	50%
Crédito imobiliário - construção	54.738.606	2%	8%
Empréstimos a pessoas físicas	188.408.840	10%	61%
Leasing	2.533.004	2%	31%

Notas Explicativas

			2020
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	191.281.653	5%	41%
Crédito imobiliário - construção	45.791.869	3%	7%
Empréstimos a pessoas físicas	178.652.145	9%	52%
Leasing	2.096.359	1%	31%

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

O Banco estima mensalmente as perdas relacionadas ao risco de crédito e, posteriormente as comparações dos valores estimados com as perdas efetivas do mês. Periodicamente é realizado análises com o objetivo de monitorar e manter o controle sobre o risco de crédito.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

b.4) Ciclo de risco de crédito

O Banco Santander possui uma visão global de sua carteira de crédito ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comitê Executivo do banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco e sociedades do Conglomerado. O ciclo de crédito prevê três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e

Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

É o processo que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido por meio do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes SCIB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento Corporate, utiliza-se o modelo de limite operacional em valores nominais máximos de crédito.

Para os riscos de clientes com gestão estandarizada, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PEC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos. Este grupo de clientes possui um tratamento mais automatizado em Riscos.

Análise de risco e processo de rating

Notas Explicativas

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de crédito a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisar e adotar de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (rentabilidade ajustada ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

No varejo Pessoa Física, os clientes são sistematicamente revisados por meio de um processo diário de classificação de crédito. Esse processo permite reavaliações na exposição de crédito, permitindo incrementos de exposição para clientes que apresentam boa qualidade de crédito. Em caso de detecção de deterioro no nível de risco, são gerados automaticamente ações para contenção de risco de crédito e ações preventivas.

No caso de gestão individualizada, a detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos por meio de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em SCAN (trata-se de um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso).

Função de controle de risco

A função de controle é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, detectar situações específicas que requerem tomadas de decisões. Obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

As mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

b.5) Recuperação de Crédito

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os respectivos montantes, que resultam em um Mapa de Responsabilidades e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente.

São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes, com menor probabilidade de recuperação, recebam ações tempestivas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento, o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes. Todos os clientes com valores em atraso mais severos ou créditos reescalados possuem restrições internas.

Clientes com maiores volumes em Risco possuem modelo de recuperação Carteirizado, com acompanhamento comercial e especialista de recuperação.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Notas Explicativas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial para ser analisado na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por setor econômico, localidade geográfica/país, grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira. Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Vice Presidência Executiva de Riscos do Banco atua juntamente com a Vice Presidência Executiva Estratégica de Finanças na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de garantias para mitigar o risco das empresas, derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN 4.945/2021 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado e Empresas 3 (um dos segmentos de Pessoa Jurídica no Varejo), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$ 5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

A mitigação dos riscos socioambientais em financiamentos de grandes projetos é realizada a partir de análises pautadas nas diretrizes dos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciados nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da International Finance Corporation (IFC) e nas Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

b.7) Gestão de Crédito - Principais variações

As tendências observadas em 2022 foram consistentes com as de 2021, em que observamos um cenário econômico desafiador. O Banco conseguiu preservar a boa qualidade dos negócios, apresentando uma piora no índice de inadimplência, principalmente por um cliente específico do segmento Atacado entrando em Default. Em dezembro de 2022, esse índice era de 7,5% ante 5,46%, 31 de dezembro de 2021 e 5,55% em 31 de dezembro de 2020.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

Notas Explicativas

	2022	2021	2020
Exposição ao risco de Crédito - clientes (Milhares de Reais)	582.034.247	546.775.057	466.104.042
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (nota 9)	524.655.290	493.354.702	417.822.026
Passivos contingentes - Garantias e compromissos (nota 43.a)	57.378.957	53.420.355	48.282.016
Índice de empréstimos inadimplentes (%) - não auditado	7,50%	5,46%	5,55%
Índice de cobertura <i>impairment</i> (perda do valor recuperável) (%) - não auditado	89,80%	110,40%	110,64%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (*) (Milhares de Reais) - não auditado	35.211.623	29.723.376	25.640.488
Custo do crédito (% do risco) - não auditado	4,79%	3,73%	4,35%

Dados preparados com base em critérios de gestão e critérios de contabilidade da unidade controladora.

(*) RAWO = Recuperações de Ativos Baixados a Prejuízo.

O Banco incorpora informações acerca do futuro tanto em sua avaliação se o risco de crédito de um instrumento aumentou substancialmente desde o reconhecimento inicial quanto em sua mensuração das perdas de crédito esperadas. Com base em orientações de seus Comitês internos e de especialistas econômicos e considerando uma série de informações externas reais e previstas, o Banco elabora um cenário base, bem como outros cenários possíveis. Este processo envolve a projeção de dois ou mais cenários econômicos adicionais e considera as respectivas probabilidades de cada resultado. As informações externas compreendem dados e previsões econômicos publicados por agências governamentais e autoridades monetárias e por analistas do setor privado e acadêmicos selecionados.

O caso base representa o resultado mais provável e está em linha com as informações utilizadas pelo Banco para outros fins, tais como planejamento estratégico e elaboração de orçamentos. Os outros cenários representam resultados mais otimistas e mais pessimistas. Periodicamente, o Banco realiza testes de estresse de choques mais extremos para ajustar sua determinação desses outros cenários representativos.

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value At Risk* - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

Notas Explicativas

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assume risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de commodities e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- I. Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- II. Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentos da taxa de juros e nível de liquidez.
- III. Riscos estruturais:
 - Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o Real (cobertura de resultados).
 - Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais de forma centralizada através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO (*Asset Liability Control*) nos respectivos países.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

Risco de Taxa de Juros

A tabela a seguir agrega por produto os fluxos de caixa das operações do nosso perímetro de empresas que possuem rendimento de juros. As operações estão apresentadas pelo saldo contábil na data de encerramento dos anos de 2022, 2021 e 2020. Ela não está associada à forma de gestão do risco de alterações nas taxas de juros ou descasamentos de indexadores, o que é feito por meio de acompanhamento de métricas de mercado. Todavia, permite avaliar concentrações de prazo e possíveis riscos e abaixo dela são apresentados os saldos dos mesmos produtos ao valor de resgate no vencimento, com exceção da linha que trata dos recebíveis e das obrigações atreladas a contratos de derivativos.

						2022
						Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	3.957	3.957
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	3.957	3.957

Notas Explicativas

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	5.032	5.565	3.054	26.272	25.998	65.921
Instrumentos de Dívida	311	3.909	2.159	16.270	22.222	44.871
Instrumentos de Patrimônio	19	2	3	25	-	49
Derivativos	4.702	1.654	892	9.977	3.776	21.001
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	37.965	4.045	1.579	39.131	22.466	105.186
Instrumentos de Dívida	37.965	4.045	1.579	39.131	22.466	105.186
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	137.112	145.444	91.631	201.562	113.717	689.466
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	77.825	900	1.878	1.989	-	82.592
Empréstimos e adiantamentos a clientes	56.937	138.981	82.676	171.664	96.884	547.142
Instrumentos de dívida	2.350	5.563	7.077	27.909	16.833	59.732
Total	180.109	155.054	96.264	266.965	166.138	864.530
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	21.891	1.444	1.552	8.425	3.417	36.729
Derivativos	4.892	1.444	1.552	8.425	3.417	19.730
Posições vendidas	16.999	-	-	-	-	16.999
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	280.644	115.169	116.122	183.013	31.518	726.466
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	22.451	40.711	18.007	8.710	7.903	97.782
Depósitos de clientes	252.621	48.217	75.869	125.473	26	502.206
Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.572	26.241	22.246	48.830	4.174	107.063
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	19.415	19.415
Total	302.535	116.613	117.674	191.438	34.935	763.195

2021

Em milhões de Reais

Notas Explicativas

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	3.122	3.122
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	3.122	3.122
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	5.573	4.205	5.128	17.846	12.447	45.199
Instrumentos de Dívida	355	858	2.358	10.267	9.963	23.801
Instrumentos de Patrimônio	21	1	8	11	3	44
Derivativos	5.197	3.346	2.762	7.568	2.481	21.354
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	54.053	1.012	4.779	59.267	32.808	151.919
Instrumentos de Dívida	54.053	1.012	4.779	59.267	32.808	151.919
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	135.081	131.966	96.793	178.655	102.292	644.787
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	73.293	1.479	2.255	2.616	-	79.643
Empréstimos e adiantamentos a clientes	60.735	128.631	71.041	158.933	94.368	513.708
Instrumentos de dívida	1.053	1.856	23.497	17.106	7.924	51.436
Total	194.707	137.183	106.700	255.768	150.669	845.027
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	18.955	2.564	2.191	11.196	2.703	37.609
Derivativos	6.174	2.564	2.191	11.196	2.703	24.828
Posições vendidas	12.781	-	-	-	-	12.781
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	309.659	116.052	108.718	180.572	31.897	746.898
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	43.414	48.359	27.340	11.415	4.035	134.563
Depósitos de clientes	260.711	50.470	70.403	110.290	24	491.898
Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.534	17.223	10.975	58.867	8.334	100.933

Notas Explicativas

Instrumentos de Dívida						
Elegíveis a Capital	-	-	-	-	19.504	19.504
Total	328.614	118.616	110.909	191.768	34.600	784.507

Notas Explicativas

						2020
						Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	153	50	250	1.747	2.200
Instrumentos de Dívida	-	153	50	250	1.747	2.200
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para Negociação	15.636	18.487	4.867	57.091	17.707	113.788
Instrumentos de Dívida	3.480	11.789	3.150	47.287	14.078	79.784
Instrumentos de Patrimônio	1.164	-	-	-	-	1.164
Derivativos	10.992	6.698	1.717	9.804	3.629	32.840
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	439	-	-	-	-	439
Instrumentos de Dívida	439					439
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	3.455	3.625	12.177	63.651	22.430	105.338
Instrumentos de Dívida	3.383	3.625	12.177	63.651	22.430	105.266
Instrumentos de Patrimônio	72	-	-	-	-	72
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	50.776	130.067	55.339	152.437	63.844	452.463
Empréstimos e Outros Valores com						
Instituições de Crédito	25.201	39.879	2.765	3.799	-	71.644
Empréstimos e adiantamentos a clientes	25.490	88.071	50.829	134.805	61.795	360.990
Instrumentos de Dívida	85	2.117	1.745	13.833	2.049	19.829
Total	70.306	152.332	72.433	273.429	105.728	674.228
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	55.313	7.878	2.088	12.629	3.515	81.423
Derivativos	10.160	7.878	2.088	12.629	3.515	36.270

Notas Explicativas

Posições vendidas	45.153	-	-	-	-	45.153
Passivos Financeiros ao Custo						
Amortizado	174.848	100.497	91.433	131.590	16.667	515.035
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósito de instituições de crédito	4.007	32.846	22.603	7.891	3.031	70.378
Depósitos de clientes	163.297	44.035	61.293	98.867	203	367.695
Obrigações por títulos e valores mobiliários	7.544	23.616	7.537	24.832	313	63.842
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	13.120	13.120
Total	230.161	108.375	93.521	144.219	20.182	596.458

Notas Explicativas

Risco de Moeda

2022				
Em milhões de Reais				
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	180.331	3.156	3.922	187.409
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	4.515	3.818	463	8.796
Derivativos	261.584	10.126	7.702	279.412
Outros	3.208	-	-	3.208
Total	449.638	17.100	12.087	478.825
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	116.957	1.676	1.668	120.301
Derivativos	202.299	14.361	9.571	226.231
Outros	132.513	996	815	134.324
Total	451.769	17.033	12.054	480.856
2021				
Em milhões de Reais				
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	114.021	1.337	5.163	120.521
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	5.529	2.218	608	8.355
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	-	-	-	-
Derivativos	289.245	14.190	8.011	311.446
Outros	1.251	-	-	1.251
Total	410.046	17.745	13.782	441.573
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	80.991	2.194	2.130	85.315
Derivativos	225.554	14.279	8.631	248.464
Outros	105.570	1.220	2.912	109.702
Total	412.115	17.693	13.673	443.480

Notas Explicativas

2020				
Em milhões de Reais				
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	42.860	1.870	569	45.299
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	5.803	3.187	1.140	10.130
Investimentos em Subsidiárias e Dependência no Exterior	57.914	215	-	58.129
Derivativos	125.495	10.451	2.795	138.741
Outros	25.866	-	-	25.866
Total	257.938	15.723	4.504	278.165
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	61.173	384	-	61.557
Derivativos	147.911	14.449	2.854	165.214
Outros	39.972	219	437	40.628
Total	249.056	15.052	3.291	267.400

c.2) Metodologias**Intermediação financeira**

O Banco Santander calcula requerimento mínimo de capital por riscos de mercado utilizando o modelo interno desde a aprovação pelo Bacen em Maio de 2018.

A metodologia-padrão de mensuração e controle de riscos de mercado aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2022, 2021 e 2020 foi a *Value at Risk* (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida disponível para apuração do risco a qual uma instituição está exposta. Ele é utilizado pela sua facilidade de entendimento, cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras métricas e metodologias também são utilizadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitam a obtenção um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente.

Notas Explicativas

Uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do *underlying* (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao *spread*, *jump-to-default* e concentrações de posições por nível de classificação.

c.3) Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR), os Ganhos em Reais (EaR – Earning At Risk) e a análise de cenários.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações nas curvas das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR) e Ganhos em Risco (EaR)

Define-se com o percentil 99% da função de distribuição de perdas do MVE, calculado considerando o valor de mercado atual das posições, com base nos retornos obtidos nos dois últimos anos e com um grau de certeza estatística (nível de confiança) e para um horizonte temporal definido.

Aplica-se também uma metodologia similar para calcular a perda máxima em NII (EaR), com o objetivo de considerar o risco de taxa de juros tanto em termos de impacto em valor econômico, como em margem financeira.

A unidade soma os vetores de retorno do VAR com os vetores de retorno do EaR, resultando o vetor total de retornos. A composição é feita considerando na métrica do EaR as perdas na margem financeira que ocorrem entre o momento inicial (data de referência) e o *holding period* da carteira de não-negociação. As perdas em valor econômico têm em consideração o impacto nas posições vincendas após o *holding period*.

c.4) Risco de liquidez

Notas Explicativas

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.

Gestão de liquidez do Banco Santander

Para o controle e gestão de liquidez, o Banco Santander utiliza-se de métricas de curto e longo prazo e métricas em situações de estresse que são capazes de mensurar o colchão de liquidez seguro para que o banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Desta forma, podemos citar:

Métricas de curto prazo e estresse de liquidez:

a. LCR

O Banco Santander utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "Liquidity Coverage Ratio" (LCR). LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade e saídas líquidas em 30 dias.

O total de High Quality Liquidity Assets - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente créditos.

b. Cenários de estresse de liquidez:

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de estresse.

O Teste de estresse avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de estresse para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de stress definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, em todos os cenários de crises simuladas.

Métrica de longo prazo:

Visa mensurar a estabilidade das fontes de financiamento frente aos ativos comprometidos. O NSFR, métrica desenvolvida por BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, através de percentuais determinados verificar se a instituição possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Esta métrica possui ponderações diferentes por prazo, segmento do cliente e tipo de produto. É calculado mensalmente pela instituição.

c. Índices de liquidez

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de concentração de contrapartes e concentração por segmentos.

Recursos de Clientes

O Banco Santander possui distintas fontes de financiamento, tanto em termos de produtos como do mix de clientes, com uma distribuição saudável entre os segmentos. O total de recursos de clientes está atualmente no patamar de R\$78,6 bilhões e apresentou um incremento em comparação com o volume de 2019, tendo como destaque o aumento nas captações de depósito a prazo e a manutenção de estoque de letras financeiras.

Notas Explicativas

	Em milhões de Reais					
	2022			2021		
	0 a 30 dias	Total	% 0 a 30 dias	Total	%	
Depósito a Vista	31.351	31.351	100%	39.574	39.574	100%
Depósito Poupança	60.204	60.204	100%	65.220	65.220	100%
Depósito a Prazo	95.523	338.007	28%	92.496	308.950	30%
Depósito Interfinanceiros	1.043	4.010	26%	763	4.001	19%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.139	122.916	5%	5.621	88.089	6%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.081	76.749	9%	-	90.709	0%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	19.538	0%	-	19.641	0%
Total	201.341	652.775	31%	203.674	616.184	33%

	Em milhões de Reais		
	2020		
	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	35.550	35.550	100%
Depósito Poupança	62.210	62.210	100%
Depósito a Prazo	77.298	279.778	28%
Depósito Interfinanceiros	818	5.145	16%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.544	70.628	11%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.189	67.760	5%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	13.120	0%
Total	186.609	534.191	35%

Os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados são os seguintes:

2022					
Em milhões de Reais					
Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
					Total

Notas Explicativas

Ativos Remunerados:

**Ativos Financeiros Mensurados
ao Valor Justo no Resultado**

	-	-	-	-	3.957	3.957
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	3.957	3.957

**Ativos Financeiros Mensurados
ao Valor Justo no Resultado
para negociação**

	5.032	5.526	2.978	23.846	13.617	50.999
Instrumentos de Dívida	311	3.870	2.083	13.844	9.841	29.949
Instrumentos de Patrimônio	19	2	3	25	-	49
Derivativos	4.702	1.654	892	9.977	3.776	21.001

**Ativos Financeiros Mensurados
ao Valor Justo nos Outros**

Resultados Abrangentes	37.925	4.040	1.550	33.176	9.116	85.807
Instrumentos de Dívida	37.925	4.040	1.550	33.176	9.116	85.807

**Ativos Financeiros Mensurados
ao Custo Amortizado**

	113.466	103.419	70.435	185.653	86.193	559.166
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	77.739	888	1.777	1.815	-	82.219
Empréstimos e adiantamentos a clientes	33.386	97.202	62.102	158.805	80.378	431.873
Instrumentos de dívida	2.341	5.329	6.556	25.033	5.815	45.074
Total	156.423	112.985	74.963	242.675	112.883	699.929

Passivos Remunerados:

**Passivos Financeiros
Mensurados ao Valor Justo no
Resultado Mantidos para
Negociação**

	21.891	1.444	1.552	8.425	3.417	36.729
Derivativos	4.892	1.444	1.552	8.425	3.417	19.730
Posições Vendidas	16.999	-	-	-	-	16.999

**Passivos Financeiros ao Custo
Amortizado**

	280.644	115.169	116.122	183.013	31.518	726.466
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	22.451	40.711	18.007	8.710	7.903	97.782
Depósitos de clientes	252.621	48.217	75.869	125.473	26	502.206
Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.572	26.241	22.246	48.830	4.174	107.063
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	19.415	19.415
Total	302.535	116.613	117.674	191.438	34.935	763.195

Notas Explicativas

2021						
Em milhões de Reais						
Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	3.122	3.122
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	3.122	3.122
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	5.573	4.197	5.031	16.365	8.023	39.189
Instrumentos de Dívida	355	850	2.261	8.786	5.539	17.791
Instrumentos de Patrimônio	21	1	8	11	3	44
Derivativos	5.197	3.346	2.762	7.568	2.481	21.353
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	54.012	1.007	4.690	50.092	15.833	125.635
Instrumentos de Dívida	54.012	1.007	4.690	50.092	15.833	125.634
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	109.330	98.848	78.187	172.736	78.053	537.155
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	73.290	1.464	2.041	2.313	-	79.108
Empréstimos e adiantamentos a clientes	34.989	94.872	55.118	150.204	76.554	411.737
Instrumentos de dívida	1.051	2.512	21.028	20.219	1.499	46.309
Total	168.915	104.053	87.907	239.194	105.032	705.102
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	18.955	2.564	2.191	11.196	2.703	37.609
Derivativos	6.174	2.564	2.191	11.196	2.703	24.828
Posições Vendidas	12.781	-	-	-	-	12.781
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	289.743	106.358	102.585	165.145	25.366	689.197

Notas Explicativas

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	33.714	46.465	25.626	10.610	2.742	119.157
Depósitos de clientes	252.070	48.364	67.467	105.690	23	473.614
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.959	11.529	9.492	48.845	3.097	76.922
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	19.504	19.504
Total	308.698	108.922	104.776	176.341	28.069	726.806

2020**Em milhões de Reais**

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	174	98	667	2.900	3.839
Instrumentos de Dívida	-	174	98	667	2.900	3.839
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado para negociação	16.029	19.211	5.763	63.618	25.488	130.109
Instrumentos da Dívida	3.873	12.513	4.046	53.814	21.859	96.105
Instrumentos de Patrimônio	1.164	-	-	-	-	1.164
Derivativos	10.992	6.698	1.717	9.804	3.629	32.840
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	439	-	-	-	-	439
Instrumentos de Patrimônio	439	-	-	-	-	439
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	5.000	3.874	13.850	75.849	35.538	134.111
Instrumentos da Dívida	4.928	3.874	13.850	75.849	35.538	134.039
Instrumentos de Patrimônio	72	-	-	-	-	72
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	53.147	145.279	69.004	208.295	135.782	611.507
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	24.638	40.579	2.901	4.205	-	72.324

Notas Explicativas

Empréstimos e adiantamentos a clientes	28.424	102.379	64.194	188.430	135.987	519.415
Instrumentos de Dívida	85	2.321	1.909	15.660	(205)	19.771
Total	74.615	168.538	88.715	348.429	199.709	880.005

Passivos Remunerados:

Passivos Financeiros						
Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação						
	55.313	7.878	2.088	12.629	3.515	81.424
Derivativos	10.160	7.878	2.088	12.629	3.515	36.270
Posições vendidas	45.153	-	-	-	-	45.153
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado						
	176.223	101.111	93.103	145.931	16.471	532.838
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	3.707	33.039	22.860	8.014	2.802	70.421
Depósitos de clientes	165.171	44.571	62.606	110.809	215	383.372
Obrigações por títulos e valores mobiliários	7.345	23.502	7.637	27.109	333	65.925
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	13.120	13.120
Total	231.536	108.989	95.191	158.560	19.986	614.262

Análise de cenário/plano de contingência

Com base nos resultados obtidos no Teste de Stress, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez. A ativação do Plano decorre do acompanhamento de parâmetros internos relativos às condições de mercado e de liquidez do Banco. Tais parâmetros servem para identificar diferentes níveis de severidade de crise e, assim, determinar se há necessidade ou não de iniciar o processo de ativação.

Após identificada a crise, é estabelecida uma clara comunicação entre as áreas internas capaz de executar as ações corretivas e mitigar os problemas originados. Estas ações corretivas são as medidas capazes de gerar liquidez para solucionar ou mitigar os efeitos da crise e são tomadas levando em consideração suas complexidades, prazos de implementação e impacto de liquidez.

Os parâmetros e medidas deste Plano são revisados a qualquer momento que se faça necessário, entretanto seu período mínimo de revisão é anual.

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares**Medidas de teste e calibragem**

O back-testing consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte) e "sujos" (resultado gerencial levando em conta também os custos, resultados intradia e carregamento). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de back-testing realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de Spearman, medidas de excesso médio, etc. Os

Notas Explicativas

modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Administração. A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.

Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Administração, a fim de evitar riscos não desejados.

Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.

Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.

Delimitar a faixa de produtos e underlyings em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados em 2022

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2022 ficou em R\$40,9 milhões. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço

Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2022, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou positiva em R\$ 945 milhões.

Também no encerramento de 2022, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, foi de R\$ 2.154 milhões.

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, aumentou em R\$ 394 milhões entre 2022 e 2021, tendo atingido o máximo de R\$ 945 milhões no mês de dezembro de 2022. A sensibilidade de valor aumentou R\$ 479 milhões durante o ano de 2022, obtendo o nível máximo de R\$ 2.154 milhões no mês de dezembro de 2022. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2022 e influenciaram nas sensibilidades foram a inclinação da curva de juros (efeito convexidade), decaimento da carteira e atualização das metodologias implícitas sobre os fluxos de caixa dos produtos do Banco Santander.

Em milhões de Reais	2022	2021	2020
Sensibilidades			
Margem Financeira	954	553	432
Valor Patrimonial	2.154	1.675	1.771
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	971	791	1.365

c.8) Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com IFRS 7, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de Reais

2022

Carteira Negociação

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(3.551)	(118.932)	(237.864)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(133)	(2.163)	(4.327)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(338)	(1.090)	(2.180)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.201)	(11.599)	(23.198)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(4.779)	(119.468)	(238.936)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(598)	(7.856)	(15.712)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(10.476)	(117.218)	(234.436)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(428)	(10.688)	(21.375)
Commodities	Exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities)	(588)	(14.688)	(29.376)
Total ⁽¹⁾		(24.092)	(403.702)	(807.404)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Notas Explicativas

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Em milhares de Reais		2022		
Carteira <i>Banking</i>				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário		
		1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(73.235)	(2.799.153)	(5.864.517)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(8.008)	(220.681)	(404.026)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(39.332)	(629.260)	(1.159.017)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(13.644)	(148.985)	(288.282)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(399)	(5.284)	(11.041)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(25.479)	(290.429)	(601.714)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(422)	(10.539)	(21.079)
		(160.519)	(4.104.331)	(8.349.676)
Total ⁽¹⁾		)	)	)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Notas Explicativas

d) Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte do correto processamento do grande número de transações, de forma eficiente e precisa, realizado pelos sistemas de tecnologia da informação, assim como também da capacidade do Banco em confiar nas tecnologias digitais, serviços de computação e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão segura de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede.

O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as suas atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

e) Estrutura Independente

A área de Risco Operacional & Controle Interno, subordinada a Vice-Presidência Executiva de Riscos atua de forma independente como segunda linha de defesa, apoiando e desafiando a primeira linha de defesa. Possui diretrizes, políticas e processos para assegurar a condução e adequação do Modelo de Controle e Gestão do Risco Operacional.

A área adota a definição do Comitê de Basileia, Banco Central do Brasil e demais instruções Corporativas aplicáveis localmente para Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de inadequação ou falha de processos, operacional, sistemas, ou por eventos externos. Além disso, o Conselho da Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência (PR) referente ao Risco Operacional

e.1) Riscos Operacionais & Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno tem como missão perante o Banco Santander: Corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais.

Adicionalmente, a área de Risco Operacional & Controle Interno atua na prevenção aos Riscos Operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de Controles Internos, atendendo aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia, resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Internal Control– Integrated Framework 2013*.

Modelo de Controle e Gestão

O Santander Brasil implementou o Modelo baseado em linhas de defesa que visa o desenvolvimento contínuo da gestão e controle dos riscos operacionais, assegurando que as estruturas possam avaliar, monitorar, controlar, mitigar, reportar e reduzir os riscos e perdas a que estão expostas.

Nas atribuições desse modelo inclui-se a realização de atividades para a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e reporte do Risco Operacional. Assim, distintas análises e acompanhamentos são realizados e reportados. A seguir, são apresentados os principais instrumentos que integram o Modelo de Controle e Gestão de Riscos Operacionais:

- Definição do apetite de Risco Operacional;
- Captura e avaliação de eventos de perdas (internas e externas);
- Treinamento, Comunicação e Cultura;
- Avaliação de produtos e serviços;
- Autoavaliação de riscos operacionais;
- Análise de Cenários;
- Indicadores de Riscos e Controles;
- Controles Internos.

Notas Explicativas

Governança do Modelo

O Modelo conta com a aprovação do Comitê Executivo de Riscos e aprovação pelo Conselho de Administração, integrando à estrutura a responsabilidade de Governança Corporativa da Organização. Periodicamente, os assuntos relevantes de Riscos Operacionais são comunicados à Alta Administração para ciência e deliberações.

Como parte do sistema de Governança de Riscos, também está implantado o Fórum Sênior de Controles Internos e Riscos Operacionais (FSCIRO) cujo objetivo é deliberar para os Risk Pro Officers (RPO), da 1ª Linha de Defesa as políticas, processos, procedimentos, estratégia e decisões sobre os temas a serem aplicados nas unidades de negócio, e possui periodicidade mensal, salvo exceções de calendário/conflito de agenda dos membros, podendo ser substituída pela Reunião de Riscos Operacionais.

Para assegurar um processo estruturado da divulgação da cultura da gestão e controle de Riscos Operacionais, os temas relevantes são tratados em Comitês e Fóruns específicos.

e.2) Atribuições da área de Riscos Operacionais e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno atua como segunda linha de defesa no modelo do Banco Santander e visa manter o cumprimento, alinhamento e conformidade às diretrizes corporativas do Grupo Santander, aos Acordos da Basileia, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Exerce o controle e desafio das atividades desempenhadas pela primeira linha de defesa, contribuindo para o seu fortalecimento, vislumbrando uma abordagem integrada para a gestão dos riscos. A seguir são apresentadas as principais atribuições:

- Disseminar a cultura orientada à gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por Risco Operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional.
- Aprimorar a análise dos riscos para reduzir, consolidar e priorizar ações de mitigação.
- Manter a dinâmica e controle da exposição de riscos operacionais em linha com o apetite ao risco.
- Estabelecer os papéis e responsabilidades, com acompanhamento junto aos responsáveis nas linhas de defesa.
- Assegurar a continuidade dos negócios e fortalecer o ambiente de Controles Internos.
- Fornecer adequado nível de cobertura nas unidades de negócio.
- Fornecer o apoio para as decisões estratégicas da Organização, baseadas no perfil integrado de Riscos Operacionais e tendências emergentes.
- Implementar as melhores práticas para gestão e controle de riscos operacionais nas 1ª e 2ª Linha de Defesa.
- Identificar o perfil de Risco Operacional da Organização.
- Proporcionar o contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e o aprofundamento da cultura de responsabilidade pelos Riscos Operacionais e Controles Internos.

e.3) Fator diferencial

A área de Risco Operacional & Controle Interno investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet e presenciais. Dentre os presenciais destacamos a realização dos treinamentos voltados ao aumento de cultura da gestão de Riscos Operacionais, Controles Internos, treinamentos para a captura das perdas operacionais, entre outros.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander Brasil atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações. O Banco destaca:

- Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Banco Santander, por meio de Netcursos, sobre Riscos Operacionais.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas e *accountability*.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas.
- Desenvolvimento de Indicadores chaves que possuem o objetivo de monitorar os principais riscos operacionais.
- Composição das linhas de defesa com o "ORM - Operational Risk Management" Networks: "RPO-Risk Pro Officer", cuja a função é reportar ao executivo o acompanhamento dos temas de Risco Operacional no nível estratégico da Diretoria

Notas Explicativas

Executiva, o "RPA-Risk Pro Agent" que é o responsável da VPE perante o Modelo de Gestão e Controle do Risco Operacional e "Auxiliar de Riscos Operacionais" abrangendo o perímetro de RO e "Especialistas" para os casos onde o risco operacional seja transversal à organização.

e.4) Comunicação

A área de Risco Operacional & Controle Interno integra a estrutura de Governança do Banco Santander e mantém processo mensal de comunicação e reporte para a Administração por meio do Comitê Integrado de Riscos Operacionais (FSCIRO) e Reunião de RO, contendo os eventos materializados, principais atividades realizadas, planos de ações corretivos, preventivos e respectivo acompanhamento, assegurando a transparência e o conhecimento aos fóruns de governança.

f) Risco de Reputação

f.1) Risco de Reputação

O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes e, em muitos casos, deriva-se de outros eventos de risco. Em geral, estas fontes podem estar relacionadas com o negócio e outras atividades de suporte que são realizadas pelo Santander, o contexto econômico, social ou político, ou mesmo outros eventos causados por outros concorrentes que possam afetar o Banco.

f.2) Compliance

É definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de *compliance* tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

f.3) Diretrizes de atuação

a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, além da realização de monitoramentos e controles que são aplicados de forma que possam garantir a adesão às regras por todos os funcionários.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Comitê de Ética e Compliance, que se reúne mensalmente para deliberar assuntos relacionados ao tema. O comitê envolve-se diretamente nos processos de aceitação de clientes e nas denúncias de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são analisados internamente por diferentes áreas técnicas, assegurando o mapeamento multidisciplinar dos riscos, e para posterior aprovação pelo Comitê Local de Comercialização (CLC), composto por executivos do Santander. Após a análise e aprovação, os novos produtos e serviços são objeto de monitoramento e testes para mitigar eventuais riscos de conduta na comercialização.

g) Adequação ao Arcabouço de Regulamentação Prudencial

O Santander Brasil possui gerenciamento integrado de riscos e capital para o processo de tomada de decisão, respeitando as diretrizes da Resolução BCB nº 4.557. Esse processo contribui para a otimização e eficiência na utilização do capital em suas operações, considerando os objetivos da Instituição com relação aos índices de capital e o retorno aos acionistas.

A participação brasileira no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (BCBS - Basel Committee on Banking Supervision) estimula a implementação tempestiva de normas prudenciais internacionais no arcabouço regulatório brasileiro.

Alinhado a essa perspectiva, o Santander Brasil investe no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de gestão de capital, em conformidade com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão.

Notas Explicativas

A gestão do capital da Instituição consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes do Conglomerado. Considera a avaliação do capital necessário para suportar os riscos de Pilar 1 (crédito, mercado e operacional); desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional para os riscos de Pilar 2; processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP); projeção e monitoramento dos índices de capital; elaboração do plano de capital e do plano de contingência; elaboração do plano de recuperação; testes de estresse; e laboração do relatório trimestral de gerenciamento de riscos e capital – Pilar 3.

g.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é uma etapa importante do ciclo de vida de um modelo, além de ser um pré-requisito do processo de validação por órgãos de supervisão na implantação de Basileia II. Uma equipe especializada do próprio Banco, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle dos riscos estão adequados à estratégia e ao perfil de riscos do Banco.

Adicionalmente, a área de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, pois, a área de validação interna é responsável pelo fornecimento de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

O âmbito de Validação Interna no Banco Santander engloba principalmente os modelos de riscos de Crédito, Compliance Operacional, Mercado, ALM, Pricing, Provisões, Capital Econômico e demais modelos relacionados ao exercício do ICAAP. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto à arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, reporting, uso, envolvimento da gestão, etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados aos processos regulatórios e de gestão de riscos.

Dentre as principais funções da área de Validação Interna de Modelos se destacam as seguintes:

- i. Estabelecer os princípios gerais de validação, conduzindo um processo independente de avaliação incluindo (I) qualidade dos dados, (II) fundamentos metodológicos, (III) entorno tecnológico, (IV) performance e (V) uso e governança;
- ii. Emitir um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade; e
- iii. Fornecer suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, através de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

É importante notar que a função de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação independente para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia, pelo supervisor europeu 'home regulator' (Banco de Espanha e Banco Central Europeu) e pelo Banco Central do Brasil, cumprindo o que se estabelece na Circular 3.648 de 4 de março de 2013 (Capítulo III), na Carta-Circular 3.565 de 6 de setembro de 2012, Circular 3.547 de julho de 2011 e Circ. 3648 IRB e 3646 IMA de 4/3/13, as Res. 4.277 de 31/10/13 e 4389 de 18/12/14 sobre apreçamento/fair value, Res. 4557 de 23/02/17 GIR e Circ. 3876 de 31/01/18 IRRBB. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre Validação Interna e Auditoria Interna, que é a última camada de validação do controle do Banco.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia e do trabalho de validação interna e emite opiniões com um nível de autonomia efetiva. Auditoria Interna (terceira linha de defesa), na função de última instância de controle existente no Grupo, deve (i) avaliar periodicamente se as políticas, os métodos e os procedimentos são adequados e (ii) confirmar que os mesmos estejam efetivamente implantados na gestão.

g.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os aspectos regulatórios e econômicos e tem como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos dos órgãos reguladores e contribuindo para atingir as metas de classificação das agências de *rating* assim como as expectativas dos investidores.

h) Capital Econômico

h.1) Principais objetivos

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e

Notas Explicativas

integrado à gestão do negócio. Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

h.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Ativos Materiais. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basiléia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Ativos Fiscais Diferidos, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

% Capital	2022	2021	2020
	Nova	Nova	Nova
Tipo de Risco	Metodologia	Metodologia	Metodologia
Crédito	55%	62%	69%
Mercado	2%	2%	2%
ALM	7%	6%	2%
Negócio	9%	7%	3%
Operacional	4%	7%	6%
Imobilizado	1%	1%	2%
Intangíveis	3%	5%	5%
Fundos de Pensão	1%	1%	2%
Ativos Fiscais	18%	9%	9%
Total	100%	100%	100%

Ainda assim, por ser um banco comercial, o Crédito é a principal fonte de risco do Banco Santander e a evolução de sua carteira um dos principais fatores para sua oscilação.

RoRAC

O Banco Santander Brasil tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

- Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).
- Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.
- Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo das perdas esperadas e inesperadas. Entre essas variáveis temos:

- Rating de contraparte.
- Vencimento.
- Garantias.
- Natureza do financiamento.

Notas Explicativas

O valor econômico adicionado é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander.

47. Eventos Subsequentes

Deliberação de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2023, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser até o dia 30 de abril de 2023, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros Sobre Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 26 de janeiro de 2023 (inclusive). Dessa forma, a partir de 27 de janeiro de 2023 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio será pago a partir do dia 06 de março de 2023. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária para ambos.

Incremento de Provisão em Acordo com Reavaliação de Nível de Risco

As Demonstrações Financeiras Consolidadas consideram evento subsequente à data do relatório relacionado a um caso específico de empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial, cujas condições creditícias existiam em 31 de dezembro de 2022. Neste sentido, houve o incremento da provisão, de acordo com reavaliação do seu nível de risco.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(g) e 8)

A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN no 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 20)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30(a))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira,

constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável (Notas 1(c)(2)(1)(ii), 2(h), 9 e 46(b))

A estimativa da perda por redução ao valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos do IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

Dessa forma, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas de crédito esperadas, contemplando substancialmente os

seguintes principais processos: (i) modelos e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) mensuração das garantias na determinação do valor recuperável; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização da provisão para perdas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pelo IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor, e quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das perdas de crédito com base no IFRS 9 são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para processos judiciais e administrativos (Notas 1(c)(2)(1)(iv), 2(q) e 22))

O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração, o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de provisões para processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista e cível, e as divulgações em notas explicativas, incluindo, entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a existência dos processos ativos e a totalidade das informações. Adicionalmente, avaliamos, em base amostral, a razoabilidade do prognóstico dos processos atribuídos pela Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 46 (d))

O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas têm um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à Tecnologia de Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco e suas controladas.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma

base razoável, para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Outros assuntos

Informações suplementares

Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido - BRGAAP X IFRS

A conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil referente ao exercício findo nessa mesma data, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP) e o IFRS apresentada no Anexo I, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo I está conciliado com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, bem como efetuamos procedimentos para testar a integridade e acuracidade da informação apresentada como informação suplementar. Em nossa opinião, a conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido - BRGAAP X IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo II como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo II está conciliado com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao quarto trimestre de 2022 e exercício social de 2022, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2023.

CONSELHO FISCAL

José Roberto Machado Filho – Presidente

Luciano Faleiros Paolucci

Louise Barsi

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2022.

No tocante às suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022 em padrão BrGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulamentação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2022, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar" e "Insatisfatório"; e (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2022. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2022, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à regulamentação. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reúne com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulamentação vigente, foram apresentados ao Comitê de Auditoria os trabalhos executados pela Ouvidoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta -

Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vi) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 26 de janeiro de 2023.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeira

René Luiz Grande

Vania Maria da Costa Borgerth

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2022:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos José da Costa André *

Ede Ilson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Jean Pierre Dupui

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman *

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

André Juaçaba de Almeida

André Rosenblit

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Gustavo de Souza Fosse

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivares de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vítor Ohtsuki

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2022:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente
Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Jean Pierre Dupui
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica
Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
André Juaçaba de Almeida
André Rosenblit
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus de Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Gustavo de Souza Fosse
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vítor Ohtsuki